

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar
Centro de Educação e Ciências Humanas - CECH
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

A MORTE DE VLADIMIR HERZOG E A LUTA CONTRA A DITADURA : A
DESCONSTRUÇÃO DO SUICÍDIO

Aluno: Alberto Kleinas

Orientador: Prof. Dr. Roberto Grün

São Carlos

2012

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

K64mv

Kleinas, Alberto.

A morte de Vladimir Herzog e a luta contra a ditadura : a desconstrução do suicídio / Alberto Kleinas. -- São Carlos : UFSCar, 2012.

119 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2012.

1. Ciência política. 2. Brasil - transição política. 3. Judaísmo. 4. Direitos humanos. 5. Vítimas de terrorismo do Estado. I. Título.

CDD: 320 (20^a)



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Alberto Kleinas

29/08/2012

Prof. Dr. Roberto Grun
Orientador e Presidente - UFSCar

Profa. Dra. Cibele Rizek
USP

Prof. Dr. Thales Novaes de Andrade
UFSCar

Para uso da CPG

Homologado na 23.ª Reunião da CPG-Pol,
realizada, em 05/09/2012

A MORTE DE VLADIMIR HERZOG E A LUTA CONTRA A DITADURA : A DESCONSTRUÇÃO DO SUICÍDIO

Resumo

O caso Herzog teve forte impacto na história política recente do Brasil. Um jornalista morto nas dependências do 2º. Exército, em São Paulo, que teve o suicídio imposto pelo establishment. O suicídio forjado foi contestado pelos seus pares jornalistas, pelo Sindicato dos Jornalistas, pela Arquidiocese de São Paulo e, em vista das pressões, pela comunidade judaica de São Paulo. Seu sepultamento foi em local apropriado para aqueles que não atentaram contra a própria vida, e este enterro e depois o Ato Ecumênico na Catedral da Sé, são objetos desta dissertação que busca esclarecer as razões para este fato. Como uma Coletividade Judaica conseguiu romper com o colaboracionismo e submissão ao Regime Militar, comum em comunidades imigrantes, e, atestar o assassinato através do local de sepultamento de Vladimir Herzog. As contradições e pressões institucionais da coletividade judaica paulistana demonstram o quanto a influência externa, da sociedade brasileira foi importante neste episódio, sem menosprezar a importância das pessoas que individualmente se expuseram em prol da verdade e da luta pela democracia e pelos direitos humanos.

Palavras-chave:

Política, Brasil, Judaísmo, Direitos Humanos, Democracia, Transição Política, Ditadura Militar, Mortos e Desaparecidos Políticos.

DEATH OF VLADIMIR HERZOG AND THE FIGHT AGAINST DICTATORSHIP: A SUICIDE DECONSTRUCTION

Abstract

The case Herzog had a strong impact on the recent political history of Brazil. A journalist killed on the premises of the 2nd. Army, in Sao Paulo, which was imposed by the establishment of suicide. Suicide wrought was challenged by his peers journalists, the Journalists' Union, the Archdiocese of St. Paul and in view of the pressures, the Jewish community of Sao Paulo. His burial was in an appropriate place for those who attempted against his life, and this burial and then act on Ecumenical Cathedral, are objects of this dissertation which seeks to clarify the reasons for this fact. As a Jewish collectivity could break with the collaboration and submission to the military regime, common in immigrant communities, and attest to the murder through the burial site of Vladimir Herzog. The contradictions and institutional pressures of Sao Paulo Jewish community demonstrate how external influence, Brazilian society was important in this episode, without underestimating the importance of individual people who were exposed to the truth and the struggle for democracy and human rights.

Key words:

Politics, Brazil, Judaism, Human Rights, Democracy, Political Transition, Military Dictatorship, Political Deaths and Disappearances.

SUMÁRIO

Resumo	02
Abstract	03
1. INTRODUÇÃO	05
2. HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO JUDAICA	28
2.1. A KEHILAH NA EUROPA ORIENTAL	28
2.1.2 A DESAGREGAÇÃO DA KEHILAH	29
2.1.3 A RESISTENCIA AOS POGROMS	31
2.2 O MOVIMENTO BUNDISTA	34
2.3 O MOVIMENTO SIONISTA	35
2.4 A IMIGRAÇÃO JUDAICA PARA O BRASIL.....	37
3. O CASO HERZOG E A LUTA CONTRA A DITADURA	44
3.1 QUEM FOI VLADO?	57
3.1.2 A ORGANIZAÇÃO DO PCB NA COMUNIDADE JUDAICA PAULISTANA	63
3.2 QUEM FOI MINDLIN?	66
3.2.1 O LIBERAL NUMA COMUNIDADE JUDAICA QUIETISTA	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
BIBLIOGRAFIA	83
ANEXOS	90

INTRODUÇÃO

O Caso Herzog impactou a história do nosso país. Há apenas 37 anos o “suicídio” de um jornalista judeu virou manchete de todos os jornais. Este trabalho trata das forças que operaram por trás desta tragédia familiar e alimentaram a oposição ao regime militar brasileiro.

Muitos foram até o cemitério israelita do Butantã. Jornalistas, amigos, sindicalistas, artistas, cineastas, cristãos, judeus, protestantes, umbandistas, kardecistas, adeptos do candomblé, budistas, todas as religiões, cores e etnias. O rabino não estava, mas lá estava o Cardeal rezando baixinho os salmos.

O sepultamento foi rápido e nem esperou a mãe chegar. O caixão já havia baixado à sepultura. A terra já estava sendo jogada por cima. Rápido para se evitar qualquer tumulto.

Já era uma vitória parcial de sua família e amigos, o de Vladimir não ser enterrado no local dos suicidas. Ele foi sepultado com todos os rituais judaicos, apropriados para as mortes involuntárias, segundo o rabino Henry Sobel.

Para os opositores do regime militar, era a primeira contestação pública a versão construída de suicídio. Para a sociedade brasileira, os judeus paulistanos estavam assumindo corajosamente que Herzog não se matara, portanto, fora morto, assassinado nas dependências do 2º. Exército.

O que buscamos desvendar é como isso foi possível, sabendo de antemão da histórica submissão da comunidade judaica aos governos estabelecidos. Ainda mais da sociedade cemitério israelita, a Chevra Kadisha, que é conservadora por usa própria constituição, no aspecto de conservação da tradição religiosa e composta por lideranças mais velhas e suscetíveis as pressões políticas.

Antes muitos foram sepultados como suicidas sem levantarem tanta celeuma. Como o exemplo de Iara Iavelberg, assassinada em 1971 e enterrada quase um mês depois como suicida.

Porque Vladimir Herzog conseguiu essa proeza?

Diante desta questão, a trajetória política desta coletividade será revista desde a leva imigratória do início do século XX, até o período abordado.

Assim, esperamos, as divisões e conflitos políticos serão evidenciados, onde acreditamos que as transformações de uma consciência coletiva identitária judaica serão evidenciados através do arcabouço teórico de Bourdieu em suas obras “A Economia das Trocas Simbólicas” e “O Poder Simbólico”, onde:

“A luta política é uma luta cognitiva (prática e teórica) pelo poder de impor a visão legítima do mundo social ou, mais precisamente, pelo reconhecimento, acumulado sob a forma de capital simbólico, de notoriedade e de respeitabilidade, que fornece a autoridade necessária para impor o conhecimento legítimo do sentido do mundo social, de seu significado atual e da direção para onde ele vai e deve caminhar. O trabalho de “worldmaking” que, como observa Nelson Goodman, “consiste em separar e ajuntar, freqüentemente ao mesmo tempo”, tende, quando se trata do mundo social, à construção e à imposição de princípios de divisão próprios a conservar ou a transformar esse mundo transformando a visão de suas divisões, e assim dos grupos que o compõem e de suas relações. Nesse sentido, é uma política da percepção visando manter ou subverter a ordem das coisas transformando ou conservando as categorias através das quais ele é percebido, as palavras nas quais ele é expresso: o esforço para informar e orientar a percepção e o esforço para explicitar a experiência prática do mundo correm paralelamente, uma vez que um dos contenciosos da luta simbólica é o poder do conhecimento, quer dizer, o poder sobre os instrumentos incorporados de conhecimento, os esquemas de percepção e de apreciação do mundo social, os princípios de divisão que, num momento dado, determinam a visão do mundo e o poder de fazer ver e de fazer acreditar que esse poder implica”. (GRÜN : 1999 :127)

É importante para este trabalho a prospecção das organizações de esquerda judaicas, suas influências e sua atuação – dentro e fora da comunidade – bem como a trajetória de adesão política desta coletividade, que será revista, desde a leva imigratória do início do século XX, até 1975.

Aqueles engajados não tem necessariamente uma bandeira político-partidária, mas não excluiremos os políticos, os militantes, simpatizantes e financiadores políticos. A atuação dos militantes e políticos será revisada, mas a atuação e atualização dos financiadores visto a parca documentação jornalística, foi pesquisada em arquivos pessoais e públicos, além de entrevistas com atores sobreviventes e acessíveis da época, como:

Alberto Goldman – São Paulo, 08 de fevereiro de 2012,

Anna Verônica Mautner – São Paulo, 30 de abril de 2012;

Audálio Dantas – São Paulo, 15 de maio de 2012;

Clarice Herzog – São Paulo, 22 de junho de 2012;

João Guilherme Vargas Neto – São Paulo, 10 de maio de 2012;

Rabino Henry I. Sobel – São Paulo, 12 de fevereiro de 2012;

Sérgio Gomes da Silva – São Paulo, 25 de maio e 13 de junho de 2012;

Sylvio Band – São Paulo, 30 de abril de 2012.

Assim com o arcabouço teórico e as fontes de pesquisa definidos, nos remetemos a tratar da onda migratória do início do século XX, mais precisamente a partir de 1920, quando se estabeleceram cotas de imigração para os EUA e, a política de contenção da imigração judaica para a Palestina, desencadearam um fluxo migratório judaico para outros países, incluso o Brasil.

A principal motivação do fluxo migratório deste período está relacionada à ocorrência de “pogroms”¹ nas regiões do antigo Império Czarista onde a Revolução de Outubro fracassara, especialmente na Polônia e Lituânia, aliado a penúria da população judia sem perspectivas de sobrevivência digna nestes países. A miséria das massas judias principalmente na Europa Oriental já se evidenciava desde meados do século XIX, quando do avanço do capitalismo industrial nos domínios da Rússia Czarista – um capitalismo tardio –, aliado à uma política governamental antisemita, restringindo o local de moradia, posse de terras, educação em todos os níveis, formação técnica e laboral.

Os judeus das aldeias da chamada *Pale* (região onde os judeus tinham autorização para morar), nas atuais Rússia, Polônia, Lituânia, Ucrânia, Bielo-Rússia, Moldávia, sobreviviam como pequenos artesãos e quase operários de uma pequena indústria pertencente normalmente a judeus um pouco mais abastados. A contradição do socialismo judaico dá-se de uma forma *sui generis*, pois é internacionalista, mas também nacionalista, por tratar de um grupo específico que, como se definiu nos seus

¹ Pogrom (do russo погром) é um ataque violento maciço a pessoas, com a destruição simultânea do seu ambiente (casas, negócios, centros religiosos). Historicamente, o termo tem sido usado para denominar atos em massa de violência, espontânea ou premeditada, contra judeus.

primórdios, “trabalhadores de língua iídiche”. Esta contradição muito bem expressada por Clemesha (1998 : 95) e por Mishkinski (1972 : 325)², permeia o conflito com a 2ª. Internacional e com o Partido Operário Social Democrata Russo, quanto a representatividade exclusiva dos trabalhadores judeus e seu programa de emancipação cultural judaica, muito próximo do defendido por Otto Bauer no Partido Social Democrata Austríaco.

Já Dina Lida Kinoshita, em sua pesquisa sobre a esquerda judaica comunista e a organização do ICUF (Ídicher Cultur Farband, Associação de Cultura Judaica), entidade mundial de promoção da cultura progressista judaica, analisa da seguinte forma:

“A ascensão de Hitler ao poder na Alemanha intensificou este fluxo, esta emigração se dá em primeiro lugar por fatores econômicos, mas muitos fogem das ditaduras fascistas da Polônia, Hungria e Romênia não só devido à ascensão de Hitler ao poder na Alemanha, mas também porque são militantes ou simpatizantes comunistas ou do Bund”. (KINOSHITA : 2000)

A imigração judaica iniciada no século XIX tinha como primeiro objetivo os países da Europa Ocidental onde os judeus já tinham garantida sua emancipação. Assim, muitos se dirigem para Paris, Londres, Berlim e demais grandes cidades européias, criando seus bairros como espelhos do antigo *shtetl* de onde saíram. Eram bairros operários judeus, como o *East End* em Londres. Clubes, sinagogas, Chevra Kadisha (mantenedora do cemitério), Lar dos velhos, escolas, grupo de teatro, coral, círculo de leitura, fundo de ajuda mútua, sociedade beneficente e até sindicatos e partidos.

A imigração judaica contemporânea para o Brasil teve como precursor as colônias agrícolas fomentadas pela JCA (Jewish Colonization Association) de 1904 a 1914, com fundos do Barão Hirsh, que buscava assentar judeus das Europa Oriental em estado de total penúria e vítimas de perseguição. Com projeto agrícola no Rio Grande do Sul, particularmente na Região de Erechim, Passo Fundo e 3 Irmãos. Este projeto fracassou e muitos dos imigrantes foram engrossar as comunidades judaicas existentes nas cidades importantes. Assim, Porto Alegre e São Paulo, além do Rio de Janeiro,

² Moshe Mishkinski. O Movimento Operário Judaico e o Socialismo Europeu, in: UNESCO. Vida e valores do povo judeu, São Paulo, Perspectiva, 1972, p: 325.

começam a se tornar destino de imigrantes judeus. (FALBEL, Nachman IN: BORGER : 2002).

Esta imigração ganhou reforço com a política de cotas de imigração implantado pelos EUA após a grande corrente migratória do início do século XX, onde os judeus pularam de cerca de 280.000 em 1877 para 4.500.000 em 1925.

“A partir de então a população judaica multiplicou com espantosa rapidez devendo-se inteiramente à imigração em massa da Europa Oriental. Contemporâneos pretendem que 1.000.000 de judeus habitavam nos Estados Unidos em 1900, 3.000.000 em 1915 e 4.500.000 em 1925, quando leis drásticas de imigração foram postas em vigor.” (GARTNER : 1972)³

Esta imigração para os EUA é objeto de vários estudos, inclusive sobre a participação judaica no movimento operário norte-americano (GREEN : 1998; WEINSTOK : 1984; GARTNER : 1972), onde percebemos a similitude da ação dos progressistas judeus nos países adotivos.

A situação dos judeus na Europa Oriental só deteriorava desde o fechamento da livre imigração para os EUA, ainda mais com a Revolução Bolchevique e a guerra civil entre os exércitos branco e vermelho. Os judeus eram vítimas de pogroms organizados pelas tropas do exército branco.

A grande leva de imigrantes judeus com destino ao Brasil começou a aumentar com esses dois eventos:

- 1) Política de cotas de imigração para os EUA e,
- 2) Agravamento da situação econômica e de segurança na Europa Oriental (Revolução Russa e Guerra Civil).

A imigração judaica para o Brasil tomou novo fôlego com a ascensão do nazismo na Alemanha, com uma grande corrente migratória antes da 2ª. Guerra Mundial que, foi estancada pelas diretrizes antissemitas de imigração do governo Vargas. Assim, após 1937⁴, tornava-se quase impossível para um judeu imigrar para o Brasil, salvo

³ GARTNER, Lloyd P. Imigração e formação da judiaria americana, IN: UNESCO, Vida e Valores do Povo Judeu. São Paulo: Perspectiva, 1972.

⁴ Coube ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil emitir circulares secretas que regulassem a entrada dos judeus indesejáveis por sua “raça”. A primeira delas (nº 1.127, de 7 de junho de 1937) foi redigida na gestão do ministro Mario de Pimentel Brandão (1889-1959), das Relações Exteriores, com o

aqueles que encontraram homens e mulheres do corpo diplomático brasileiro que afrontaram o governo.

Com a intensificação da imigração judaica para o Brasil, os judeus paulistanos organizam-se com a criação de instituições dos mais variados gêneros, dentre as quais: sinagoga Kahalat Israel, primeira sinagoga de São Paulo (1912); Sociedade Beneficente das Damas Israelitas (1915); Sociedade Beneficente Ezra (1916); Federação Sionista do Brasil (1922); Sociedade Cemitério Israelita (1923); Sociedade Pró-Imigrantes, comandada por Horácio Lafer (1924); Círculo Israelita (1926); Sociedade Cooperativa de Crédito Popular do Bom Retiro (1928); Tzukunft – O Futuro – e Jugund Club – Clube da Juventude (formalmente fundado em 1928).

Este último, contemporâneo da fundação do Partido Comunista do Brasil (1922), congrega os jovens imigrantes judeus oriundos da Europa Oriental, especialmente da Polônia e, que neste espaço privilegiam a organização de coral, teatro, palestras, conferências, piqueniques, bailes e, onde o uso corrente da língua iídiche funciona como forte apelo de adesão. O Setor Judaico do PCB como veremos adiante, foi estabelecido para a proteção dos imigrantes que sofriam com a possibilidade de expulsão. Fora isto, muitos judeus aderiram ao PCB juntamente com suas formas de organização. Há depoimentos, inclusive de Jacob Guinsburg, afirmando a atuação comunista judaica por meio de frações nas diversas instituições e clubes da comunidade judaica paulistana, como o Círculo Israelita, o clube dos Klabin e Lafer.

O ideário de esquerda não era estranho para a maioria dos imigrantes da Europa Oriental desde a chamada Haskalah, ou iluminismo Judaico. Em sua terra de origem já havia se deparado com os discursos do Bund (Confederação Geral dos Operários Judeus da Lituânia, Polônia e Rússia), dos comunistas, dos socialistas, dos sionistas de

objetivo de combater o caráter “desordenado” e “tumultuado” desta emigração, que, para o governo brasileiro, deveria ser interrompida imediatamente. Ao assumir a chefia do Itamaraty em março de 1938, Oswaldo Aranha (1894-1960) deu continuidade a esta política de intolerância: emitiu a “circular secreta” nº 1.249 (de 27 de setembro de 1938), com o objetivo de “disciplinar” o fluxo dos judeus indesejáveis. Este controle, segundo o chanceler, era necessário, pois o Brasil havia sustentado, entre 1934-1937, “uma política francamente liberal no que diz respeito à entrada de semitas, dando lugar a que entrassem, de acordo com os cálculos fornecidos pelos próprios comitês israelitas, cerca de 200.000 semitas” – número incorreto, pois na década de 1930 a comunidade judaica brasileira não ultrapassava 50 mil pessoas. Preocupado com o “perigo judaico”, Aranha copiou estes números de um memorando de 15 de fevereiro de 1939 assinado por João Carlos Muniz, então diretor do Conselho de Imigração e Colonização (CIC), órgão governamental criado em 1938 para opinar sobre os casos de imigração coletiva –, segundo o qual “a raça de Israel ameaçava entrar em volumosas proporções” no território brasileiro.

esquerda, e que buscavam uma nova vida nos moldes ocidentais de liberdade que carecia na Europa Oriental.

Este modelo reivindicatório está intimamente interligado com a própria história judaica desde antes da desagregação da Kehilah na Europa Oriental. A opção messiânica por tantos acalentada por séculos está neste momento entronizada no campo político e não mais deslocada para o campo religioso e quietista. O *Tikun Olam*, o consertar o mundo, está mais ativo e passa da potencia para a energia, como em Marx, do vir a ser para a ação. Esta ação política pregada por judeus era uma novidade e a emancipação judaica já havia ocorrido na Europa Ocidental mas estava muito distante de acontecer nos domínios do Czar de todas as Rússias. A “fuga” da miséria e da perseguição da Rússia vai reforçar os movimentos reivindicatórios no Ocidente. (MAIO : 240)

Este ideário reforça o fato de que os recém-chegados, além de sua juventude, continuavam buscando formas de organização intracomunitária, mas ainda assim, é difícil separar completamente a “rua judaica” da “rua brasileira”, pois a militância de esquerda se interpenetra sendo, hora comunitária e outra na sociedade brasileira. Desta organização fizeram parte pessoas que se projetaram na política nacional, na literatura, teatro, etc. e que também eram editores, jornalistas, advogados, médicos, pequenos e médios industriais do ramo têxtil, comerciantes, prestamistas, alfaiates, costureiras, estudantes, enfim, imigrantes judeus, que recém-chegados da Europa, se abrigavam no espaço do Jugund Club, na Rua José Paulino, número 54, segundo andar, Bom Retiro, São Paulo, buscando convivência e sobrevivência, e, sonhando com uma integração à sociedade brasileira.

Esta agremiação atuava como frente legal da juventude comunista judia (WIAZOVSKI : 2001: 116), mas abria as portas para outras correntes socialistas. Composta por imigrantes judeus da Europa Oriental, que aqui chegavam com orientação política definida ou que se definia aqui. Esta forma de movimento centrado primordialmente na juventude conflitava com as autoridades religiosas e econômicas e foi também muito utilizado pelos sionistas de esquerda como: DROR (Liberdade) e HASHOMER HATZAIR (Guarda Jovem). Este conflito importado desde a Europa pode ser tratado como uma busca de identidade sem vinculação religiosa.

Marta Topel faz referência a esta questão em seu trabalho acerca dos judeus que retornam para a religião. Este retorno para a ortodoxia é tratado pela autora:

“Com o advento da Modernidade, então, surgem movimentos religiosos liberais que, embora questionassem a Halachá⁵, a tomaram como ponto de partida para a reconfiguração do judaísmo religioso. Simultaneamente, os movimentos nacionalistas judaicos – bundista, sionista e territorialista – se afastaram e/ou ignoraram a Halachá, tentando reconstruir a identidade e a comunidade judaica ao redor de noções como etnia, nação, território, cultura e direitos universais. É com base nesses processos e nesse momento histórico que surge a categoria assimilação como instrumento para compreender as novas formas de ser judeu, as inéditas expressões de judaísmo que começaram a difundir-se na Europa e nas Américas, bem como a fusão de um significativo número de judeus no seio das sociedades de acolhimento, com a concomitante perda de sua identidade judaica”. (TOPEL : 81-82)

No entanto, Rattner (1977) traça um panorama acerca da coletividade judaica de São Paulo avesso à essa ortodoxia, o que revela que esse é um fenômeno que vai intensificar-se após a década de 1970, início da década de 1980.

A identidade judaica está muito mais ligada a seguinte afirmação:

*“Incontestavelmente, todavia, os judeus preferem conviver com judeus e desejam transmitir aos seus filhos, de uma ou outra maneira, certos elementos básicos para sua futura ligação e identificação com o judaísmo.
Em consequência, constata-se um esforço constante de renovação e modernização do sistema educacional dentro da comunidade.”*
(RATTNER : 1977 : 155)

Esta é uma análise feita após um censo comunitário feito no final da década de 1960, o que atinge uma segunda geração já radicada e educada no Brasil e coincidindo com um desenvolvimento econômico excepcional na cidade de São Paulo. Revela também um enfraquecimento das tradições religiosas, por conta do contato com a população não judaica, com a classe média nas escolas, universidades e nas carreiras profissionais liberais. A grande possibilidade de integração na sociedade brasileira também estabeleceram um novo *modus vivendi*, onde a identificação e o conformismo do indivíduo judeu com sua comunidade não eram o reflexo de uma oposição externa.

⁵ Código de leis religiosas judaicas.

O Jugund Club foi um importante centro de apoio e socialização desses imigrantes. Sua entidade sucessora foi o Centro de Cultura e Progresso, fundada para atender as leis vigentes sob o Estado Novo. A sucessora desta foi o Instituto Cultural Israelita Brasileiro (ICIB), mais conhecida como Casa do Povo, em 1953, com a inauguração de sua sede na Rua Três Rios, número 252. Para lá se transferiram o coral, biblioteca, grupo de teatro em ídiche e em português, Jornal, Revista e o Ginásio Israelita Brasileiro Scholem Aleichem.⁶

Nas eleições para a Câmara de vereadores de São Paulo, após a 2ª. Guerra concorreu Elisa Kauffman Abramovich. Era militante da Casa do Povo e foi diretora da Ofidas e do Ginásio Israelita Brasileiro Scholem Aleichem. Consagrou-se com um substancial número de votos (2940 votos segundo as atas do TRE-SP) pelo PST, partido que acolheu as candidaturas do PCB. Não tomou posse pois o PCB havia sido posto na ilegalidade em 1947 e todos os seus parlamentares foram cassados – inclusive Luis Carlos Prestes, eleito senador – e proibidos os seus candidatos (comunistas). Ela por ser notória comunista acabou por abrir vaga para um obscuro professor do Colégio Dante Aligheri, Jânio da Silva Quadros, que havia amealhado 1700 votos⁷.

Para esclarecer ainda mais este campo, vale resgatar o histórico de outros protagonistas deste projeto. Os industriais e financiadores judeus. Dentre estes os Klabin, Lafer, Feffer e principalmente, Mindlin.

É notória a participação destes no patrocínio das entidades judaicas sionistas, liberais, conservadoras e tantos mais adjetivos que busquemos para enquadrar àquelas organizações que não militavam na arena política brasileira, ou que não propunham um ideário de esquerda não-sionista.

Além do patrocínio direto destas entidades, atuavam como patrocinadores das candidaturas “governamentais” ou de atividades “governamentais”. A cultura política destes financiadores os envolveu no patrocínio da OBAN, via seus seguidos aportes financeiros a favor do complexo IPES-IBAD, desvelado por DREIFUSS (1981)⁸.

⁶ O Ginásio Israelita Brasileiro Scholem Aleichem foi fundado em 1949 e funcionou até 1981 na rua Três Rios, 252.

⁷ Arquivo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, Atas da eleição de 1947.

⁸ Banco Cidade de São Paulo, da família Safdié, representado por Golbery do Couto e Silva (p. 745). Banco da América S.A., representado por Herbert Levy. Cia. Suzano de Papel e Celulose, Leon Feffer (p.632). Klabin Irmãos (p.634).

Em oposição o Sr. Mindlin, do grupo Metal Leve, que fundou em 1950 e que em 1975 estava à frente como secretário de cultura do Estado de São Paulo e, superior do jornalista Vladimir Herzog, assassinado no dia 25 de outubro daquele ano.

Foi o próprio José Mindlin quem indicou Herzog para gerir o jornalismo da emissora paulista Cultura, canal 2, vinculada a fundação Padre Anchieta e subordinada da secretaria por ele chefiada.

Estávamos em pleno governo militar, com o General Presidente Ernesto Geisel enfrentando o primeiro choque do petróleo e buscando enfatizar o projeto de Grande Potencia para o país. As eleições de 1974 foram um duro golpe para o governo, com a oposição agrupada no MDB, ganhando muitas vagas no Congresso Nacional e conquistando a maioria na Assembleia Legislativa paulista⁹.

A linha dura das forças armadas¹⁰ continuava a sua caça de comunistas e terroristas, mesmo tendo desmantelado os grupos de guerrilha urbana e rural, volta-se para outros alvos: os quadros do PCB¹¹ e os formadores de opinião¹².

Assim foi preso, torturado, assassinado Vladimir Herzog. Filho de judeus, sobrevivente da 2ª. Guerra, jornalista, especializado pela BBC de Londres em televisão, e militante do PCB, que, como sabemos, não aderiu e era crítico à luta armada.

Sua morte foi anunciada como suicídio pelo aparato do 2º. Exército e como prova uma foto onde ficava clara a farsa da “causa mortis”. Supostamente suicida, foi encaminhado para o enterro com caixão fechado para a Sociedade Cemitério Israelita. Seria sepultado no local indicado para suicidas se não fosse o protesto de membros da coletividade judaica. Neste episódio vale citar José E. Mindlin e o jovem Rabino Henry Sobel¹³ que tiveram uma atuação de destaque e relatam:

⁹ Entrevista com Alberto Goldman, Líder do MDB na Assembléia Legislativa de São Paulo. “conquistamos cerca de 2 terços das cadeiras da Assembléia.

¹⁰ Importante grupo no Exército Brasileiro alinhado com os ideais autoritários e que apoiaram a candidatura do Marechal Costa e Silva e que durante o Governo do General Geisel (1974-1979) apoiava o nome do General Sylvio Frota como seu sucessor.

¹¹ GASPARI, Elio. A Ditadura Derrotada, 405.

¹² JORDÃO, Fernando. Dossiê Herzog, 191.

¹³ Rabino norte-americano radicado há 37 anos no Brasil, onde foi presidente do Rabinato da Congregação Israelita Paulista (CIP) até outubro de 2007, quando afastou-se formalmente. Junto com Dom Paulo Evaristo Arns e o Pastor James Wright, teve importante atuação na luta pelos Direitos Humanos durante a Ditadura Militar Brasileira após o assassinato de Vladimir Herzog em 1975 até a publicação do projeto Brasil Nunca Mais (1985).

“Nada aconteceu durante um mês, até o dia em que viajei novamente para os Estados Unidos (viagens particulares sem ônus para o governo) numa sexta-feira, dia 24 de outubro. O Governador, por sua vez, viajou no mesmo dia para o interior do Estado. Pois nessa noite começou a precipitar-se o drama: Vlado foi preso na TV Cultura, e, relaxada a prisão por intervenção de amigos e meus colaboradores na Secretaria, comprometeu-se a comparecer no dia seguinte ao DOI-CODI, onde a tragédia aconteceu. Eu só soube no domingo, mas não consegui passagem de volta antes da terça. Aqui chegando, procurei imediatamente o Governador para apresentar meu pedido de demissão da Secretaria. A resposta do Governador explica minha permanência no cargo naquele momento: “Você está liberado, dentro do entendimento que tivemos quando você assumiu (de que eu deixaria o cargo se não houvesse abertura). Mas devo dizer que, saindo agora, você enfraquece a resistência que temos de opor à ala radical. Porque eles pegaram o Vlado para pegar você. Pegariam você para me pegar, e me pegariam para derrubar o Presidente, Você resolve, mas, se ficar, não posso garantir nada: amanhã podemos estar todos na rua, ou presos.” Diante disso, senti que não poderia deixar a Secretaria naquela hora, mas decidido a deixá-la na primeira oportunidade, como de fato deixei.

Isso, no entanto, é outra história. O que eu quero dizer neste depoimento, é que lamentei profundamente o que aconteceu, e o apreço que de início tive pelo Vlado transformou-se numa admiração pelo resto da vida.”¹⁴

“A morte de Vladimir Herzog mudou o rumo do país. Foi o catalisador da abertura política e do processo de redemocratização do Brasil. Seu nome será para sempre uma recordação dolorosa de um sombrio período de repressão na História brasileira. Será também o eco eterno da voz da liberdade, que não cala jamais”.¹⁵

Os protestos se generalizaram e, segundo os depoentes, foi um dos detonadores do processo de luta pela anistia e democracia. Acreditamos que esta observação é irrefutável pela demonstração pública de repúdio à repressão.

Mindlin, com sua atuação no governo do Estado de São Paulo teve a coragem de denunciar e de não acobertar a mentira. Apoiou com toda energia que dispunha a busca da verdade e, com seu exemplo apoiar a ação do Rabino Henry Sobel quando do Ato

¹⁴ Depoimento de José Mindlin para a Fundação Perseu Abramo. <http://www.fpa.org.br/quem-era-vlado-por-jose-mindlin>, publicado em 17 de abril de 2006 e acessado pela última vez em 29/02/2012.

¹⁵ Declaração do Rabino Henry I. Sobel ao Boletim da ASA (Associação Scholem Aleichem de Cultura e Recreação), disponível em http://www.asa.org.br/boletim/86/86_vlado.htm, 09/02/2012.

Ecumênico em memória de Vladimir Herzog na Catedral da Sé, em São Paulo, em outubro de 1975. Não só pela discussão política nacional de esgotamento do modelo militar, mas também influenciado pelo voto brasileiro na ONU igualando sionismo com racismo, posição do governo Geisel. São questões a serem levadas em conta.

Esta mudança cognitiva de luta pelo poder consubstanciou-se em luta por democracia e maior participação nos rumos do país, principalmente após os reveses econômicos do período.

A eleição de Carter¹⁶ para Presidente dos EUA também se transformou num outro foco de pressão internacional contra o regime militar pela sua militância em prol dos direitos humanos e de pressão sobre os países submetidos à ditaduras – caso do Brasil – apoiadas anteriormente pela Casa Branca; mas não podemos nos esquecer que sem as condições internas necessárias não poderíamos avançar neste processo de distensão política.

A atuação dos sindicatos, movimentos populares, partidos clandestinos, luta armada, é muito estudada, porém, o presente trabalho propõe uma perspectiva diferente.

O ponto de partida deste trabalho é o assassinato de Vladimir Herzog nas celas do DOI-CODI¹⁷ de São Paulo e a posterior coalizão de vários setores da sociedade civil em protesto contra o brutal ato das forças de repressão política.

Segundo Dreifuss (1981), vários foram os financiadores iniciais dos grupos de repressão, inicialmente “clandestinos”, mas no caso de São Paulo, aquartelados na sede

¹⁶ 39º. Presidente dos EUA eleito para o período de 1977-1981 pelo Partido Democrata. Mudou a política externa do país e contribuiu para aprimorar a distensão da Guerra-Fria. Ao longo de sua carreira, Carter enfatizou fortemente os direitos humanos.

¹⁷ O **Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI)** foi um órgão subordinado ao Exército, de inteligência e repressão do governo brasileiro durante o regime inaugurado com o golpe militar de 31 de março de 1964, os chamados "Anos de Chumbo".

Destinado a combater inimigos internos que supostamente ameaçariam a segurança nacional, como a de outros órgãos de repressão brasileiros no período, a sua filosofia de atuação era pautada na Doutrina de Segurança Nacional, formulada no contexto da Guerra Fria nos bancos do National War College, instituição norte-americana, e aprofundada, no Brasil, pela Escola Superior de Guerra (ESG).

O DOI-CODI surgiu a partir da Operação Bandeirante (OBAN), criada em 1969 com o objetivo de coordenar e integrar as ações dos órgãos de combate às organizações armadas de esquerda.

Cada estado tinha o seu DOI, subordinado ao CODI, que era o órgão central. Os DOI, sob um único comando de um coronel do Exército, reuniam militares das três Armas e integrantes voluntários das polícias militares estaduais, polícias civis e federal. Na década de 1980, os DOI foram renomeados Setor de Operações (SOP).

Os DOI-CODI ficaram conhecidos por serem centros de torturas daqueles que se opunham ao regime ditatorial vigente.

do 2º. Exército; refiro-me à OBAN (Operação Bandeirante). Estes empresários aglutinados no complexo IPES/IBAD formularam suas teses de resistência ao governo João Goulart, atuaram como financiadores do IBAD e sua bancada no Congresso Nacional com objetivo claro de desestabilizar o regime e introduzir um novo modelo mais favorável ao capital internacional no país.

Através da farta documentação exposta por Dreifuss, constata-se a presença de proeminentes figuras do empresariado judaico paulistano, dentre os quais o grupo Klabin e Feffer. Este posicionamento pode ser creditado à tradição de quietismo e submissão absoluta aos poderes constituídos.

“Sempre que há algum evento que envolva um membro da comunidade judaica, esta se mexe de alguma forma, pois sentem mais próximas de si quando este evento envolva alguém da comunidade judaica... Naquela época as entidades da comunidade também elas balançavam sempre, pois elas sempre gostam de ficar muito próximas do poder, isso é uma característica das minorias, daí o receio de enfrentar o poder, apesar de não concordar com o sistema e a ordem rígida que existia as entidades ficavam sempre próximas do governo. Procurando ser simpáticos aos governantes e os governantes entenderem que eles eram simpáticos a eles.”¹⁸

A “tradição” quietista judaica não esgota a explicação para o apoio do empresariado judaico ao governo militar. O empresariado brasileiro apoiou majoritariamente o regime de março de 1964 desde os preparativos para a derrubada do governo constitucional de João Goulart, através de aporte financeiro ao sistema IPES e IBAD. O empresariado nacional foi vitorioso com o golpe de 1964: barrou as reformas de base e garantiu a defesa de seus interesses no novo governo. O empresariado judaico não foi dissonante com o nacional. Apoiou o golpe assim como os seus congêneres brasileiros e estrangeiros (capital multinacional). Com raras exceções, financiou e deu suporte aos “revolucionários”.

Para tanto, não nos compete esclarecer as causas de tal disposição deste empresariado judaico paulistano em colaborar com a derrubada de um Presidente constitucional e a inauguração de um regime militar, isto posto que se tornou atitude generalizada do empresariado nacional e associado ao capital multinacional. Compete a

¹⁸ Entrevista concedida pelo ex Governador Alberto Goldman no dia 8 de fevereiro de 2012.

este trabalho prospectar a atuação destes empresários na distensão política e transição para um regime democrático.

A coalizão formada a partir dos protestos pela morte de Herzog, deu suporte à campanha pela anistia política e pelo fim da tortura nos porões da ditadura.

Vale a pena ressaltar algumas facetas dessa transição:

- Esgotamento do modelo político implantado pelos militares;
- Crise econômico-financeira;
- Grande vitória da oposição (MDB) nas Eleições de 1974;
- Mudança política no cenário internacional, particularmente com o escândalo Watergate e a renúncia de Nixon;
- Eleição de Carter para a presidência dos EUA;
- A política de difusão e respeito aos direitos humanos posteriormente implantada pelo Presidente Carter dos EUA;
- Desgaste da base de apoio empresarial do governo militar.

Não é objetivo deste trabalho esmiuçar estas questões, visto que buscamos destacar: a influência do enterro de Vladimir Herzog e o envolvimento judaico no processo de abertura política.

A explicação do golpe militar e de sua resistência ainda ecoa, com as discussões do que foi de fato o sistema político que se erigiu em março de 1964. É certo que houve período de extrema violência, de atitudes que buscavam o apagamento do sujeito pelo Estado, de ataques a liberdade de pensamento, a expressão, a integridade e a vida daqueles que se opunham aos governos militares. Mas houve avanços, e significativos, ainda mais quando comparados à parada no crescimento econômico e social desde o fim do governo Kubitschek até 1964. Assim sendo, o modelo de desenvolvimento do período militar muito se espelha no modelo de JK, com algumas modificações.

Com a posse do General Presidente Castelo Branco existe uma preocupação em legitimar o regime recém implantado e a Constituição de 1967 vem cobrir esta

necessidade. Porém, este legalismo de fachada não terá sucesso, pois a resistência ao regime militar começa a tomar força junto ao movimento; na imprensa, no teatro, música, cinema, artes plásticas, em suma, nas artes; nos sindicatos; na Câmara dos Deputados.

O governo mantém-se e edita finalmente o AI5 – Ato Institucional Número 5¹⁹, o último nó se aperta e acaba o discurso fraudulento de retorno democrático. Vários são os grupos de esquerda que partem para a luta armada, todas frustradas por uma forte repressão militar.

O bipartidarismo, já instituído, revela inicialmente uma grande fragilidade da oposição consentida no MDB, frente ao governismo da ARENA. Porém, ao final do período mais repressivo, ao enfraquecimento da palavra de ordem de voto nulo para deslegitimar o Regime Militar, e a uma certeza construída nas hostes militares de que tinham um forte apoio popular construiu a proposta de redemocratização tão propagandeada pelo General Presidente Geisel.

A oposição armada fora dizimada, os grupos de esquerda radical encarcerados; o único receio era de que a oposição consentida no MDB se enfraquecesse demais. As eleições de 1974 realizam-se com um nível de liberdade maior do que as anteriores e o resultado é assustador para os militares.

As eleições para o senado tornam-se plebiscitárias e o MDB consegue imprimir no eleitorado a marca de “partido dos pobres”²⁰. A ARENA²¹ faz uma campanha de

¹⁹ O **Ato Institucional Nº5** ou **AI-5** foi o quinto de uma série de decretos emitidos pelo regime militar brasileiro nos anos seguintes ao Golpe militar de 1964 no Brasil.

O AI-5 sobrepondo-se à Constituição de 24 de janeiro de 1967, bem como às constituições estaduais, dava poderes extraordinários ao Presidente da República e suspendia várias garantias constitucionais.

Redigido pelo ministro da justiça Luís Antônio da Gama e Silva em 13 de dezembro de 1968, entrou em vigor durante o governo do então presidente Artur da Costa e Silva, o ato veio em represália à decisão da Câmara dos Deputados, que se negara a conceder licença para que o deputado Márcio Moreira Alves fosse processado por um discurso onde questionava até quando o Exército abrigaria torturadores (“*Quando não será o Exército um valhacouto de torturadores?*”) e pedindo ao povo brasileiro que boicotasse as festividades do dia 7 de setembro.

Mas o decreto também vinha na esteira de ações e declarações pelas quais a classe política fortaleceu a chamada linha dura do regime militar. O Ato Institucional Número Cinco, ou **AI-5**, foi o instrumento que deu ao regime poderes absolutos e cuja primeira consequência foi o fechamento do Congresso Nacional por quase um ano.

²⁰ Maria Victória Benevides. *Ai que saudade do MDB!*. São Paulo : Lua Nova, vol. 3, no. 1, junho 1986. Bolívar Lamounier. *O Voto em São Paulo, 1970-1978*. IN: LAMOUNIER, B.; DUARTE, C.R.; KINZO, M.D.G.; MIYAMOTO, S. e CALDEIRA, T.P. *Voto de Desconfiança: Eleições e mudança política no Brasil, 1970-1979*. Rio de Janeiro : Vozes, 1980.

²¹ **Aliança Renovadora Nacional (ARENA)** foi um partido político brasileiro criado em 1965 com a finalidade de dar sustentação política ao governo militar instituído a partir do Golpe Militar de 1964.

simples apoio ao governo militar e, principalmente no estado de São Paulo tem que engolir uma vitória acachapante da oposição.

A negociação inicia-se com um acerto entre o empresariado liberal, o governador de São Paulo e a oposição (MDB, onde atua o Partido Comunista Brasileiro). Este acordo leva José E. Mindlin para a secretaria de cultura e ciência do Estado de São Paulo e Jorge Wilhelm para a secretaria de economia e planejamento. Vladimir Herzog é escolhido para a direção de jornalismo da TV estatal paulista, o Canal 2 TV Cultura, da Ciência, Sr. José Mindlin, que afirma:

*“Nosso primeiro encontro se deu quando eu era Secretário de Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado; e, na ausência de meu saudoso amigo Rui Nogueira Martins, Presidente da Fundação Padre Anchieta, o nome do Vlado foi indicado para a Diretoria de Jornalismo da Fundação. Houve vários candidatos, mas o currículo do Vlado era de tal forma superior, que não havia hesitação possível. Não o conhecendo pessoalmente, convidei-o para uma conversa na Secretaria, e a boa impressão se confirmou plenamente. Assim, apressei-me a indicar seu nome ao Governador Paulo Egydio Martins, para não retardar o preenchimento do cargo. Note-se que, em nossa conversa, o Vlado não introduziu qualquer elemento pessoal que pudesse de alguma forma influenciar a minha decisão. Não mencionou, por exemplo, grandes amigos comuns como Antonio Candido, nem fiquei sabendo que ele era, como eu, de origem judaica. Queria, evidentemente, que minha escolha fosse, como realmente foi, inteiramente objetiva.”*²²(MINDLIN, J. Fundação Perseu Abramo, 17/04/2006, <http://www.fpa.org.br/quem-era-vlado-por-jose-mindlin>, acesso em 29/02/2012, 13:00 horas)

Este acordo de distensão tem como parâmetro o discurso do Gal. Presidente Geisel, que trata da abertura e redemocratização. Assim sendo, o governador Paulo Egydio Martins seria o candidato civil à Presidência na sucessão de Geisel. Esta é a interpretação para a movimentação do Marechal Cordeiro de Farias:

No programa do partido, adotado em convenção nacional, realizada, em Brasília, em 21 de setembro de 1975, a ARENA assim se posicionou em relação à sua criação e sua existência:

"Expressão política da Revolução de Março de 1964, que uniu os brasileiros em geral, contra a ameaça do caos econômico, da corrupção administrativa e da ação radical das minorias ativistas, a ARENA é uma aliança de nosso povo, uma coligação de correntes de opinião, uma aliança nacional".

Fundada no dia 4 de abril de 1966, a ARENA era um partido político predominantemente conservador. A criação da ARENA se deu em decorrência do Ato Institucional Número Dois, de 27 de outubro de 1965, e do Ato Complementar nº 4, de 20 de novembro de 1965, baixados pelo regime militar, os quais terminaram com o pluripartidarismo existente, naquela época, no Brasil, e extinguíram os 13 partidos políticos legalizados, então existentes no Brasil, e determinaram a implantação do bipartidarismo no Brasil.

²² Depoimento de José Mindlin para a Fundação Perseu Abramo. <http://www.fpa.org.br/quem-era-vlado-por-jose-mindlin>, publicado em 17 de abril de 2006 e acessado pela última vez em 29/02/2012.

“A reunião fora urdida por Thales e pelo marechal Oswaldo Cordeiro de Farias. Um convenceu Ulysses e o outro, a Golbery. Meses antes, discursando num banquete, o velho marechal de 74 anos, cuja primeira insurreição remontava a 1922, condenara o radicalismo de esquerda e o de direita, dizendo-se disposto a combatê-los, “mesmo que fique de muletas ou numa cadeira de rodas”. De bengala, o marechal tramava uma candidatura civil à Presidência da República. Seu primeiro nome era o do governador Paulo Egydio Martins. Cordeiro passou o endereço e a hora do encontro a Thales Ramalho numa caixa de fósforos de restaurante.”²³(GASPARI, E. :2004 : 87-88)

Os setores “duros” do regime militar começam a movimentar-se e lançam uma campanha através dos aparatos de repressão ativos, como DOI-CODI, em busca de comunistas infiltrados no governo estadual. Não havia mais luta armada; todos os grupos de esquerda armada estavam dizimados no país e esta era a vez de bombardearem qualquer forma de acordo, real ou fictício, que houvesse para a redemocratização. O PCB foi a carta da vez, pois apesar de nunca defender a luta armada, se fazia presente nos sindicatos e meios intelectualizados.

A TV Cultura e seu diretor de jornalismo – Herzog – era o elo mais fraco do acordo liberal de redemocratização, mas tudo leva a crer que o objetivo final fosse o comprometimento político do próprio governador de São Paulo. O dia 25 de outubro de 1975 não passou em vão; o “suicídio” de Herzog despertou a dignidade e fúria dos jornalistas que, com o apoio da Igreja na figura do Cardeal Arcebispo de São Paulo – Dom Paulo Evaristo –, dos liberais, da oposição consentida, dos sindicatos, dos estudantes, etc. enfrentaram a repressão militar.

No aspecto econômico devemos resgatar o Modelo de Desenvolvimento Econômico do período militar, particularmente o momento do Presidente Geisel (1974-1979), e a Crise Internacional fomentada pela alta da mais importante *commodity* global, o petróleo.

O modelo de investimento-empréstimo internacional para fomentar o crescimento econômico brasileiro terá que se submeter às ondas da política internacional. A princípio favoráveis e após 1973 com a Guerra do Yom Kipur²⁴ entre países árabes (Egito e Síria) e Israel resultou na resolução da OPEP de novos preços

²³ GASPARI, E. A ditadura encurralada : O Sacerdote e o feiticeiro. São Paulo : Companhia das Letras, 2004, pp. 87-88.

²⁴ conflito militar ocorrido de 6 de Outubro a 26 de Outubro de 1973, entre uma coalizão de estados árabes liderados por Egito e Síria contra Israel.

para o barril de petróleo. O substancial aumento de preço da mais importante commodity teve repercussão econômica mundial e o Brasil foi seriamente atingido com o aumento dramático das taxas de juros sobre seus empréstimos. Este é o período do General Presidente Ernesto Geisel que coincide com esta crise econômica e política, com o agravante de que o período anterior do General Presidente Médici e seu superministro Delfim Neto ter se caracterizado como o “Milagre Econômico Brasileiro”.

Isto explica em parte a proposta de abrandamento do regime militar de Geisel e nos remete a outras questões, principalmente à estrutura política e social na véspera do golpe militar de 1964.

Esse período foi marcado pelas teorias desenvolvimentistas produzidas por pesquisadores de instituições como a CEPAL e a Iseb. Por outro lado, havia também os sociólogos militantes, como Florestan Fernandes, que fizeram com que seu posicionamento político direcionasse sua análise estrutural sobre a sociedade brasileira.

Nesta fase a academia era mais um locus de discussão política que de produção científica pura e simples. Seus escritos davam o tom, expressavam toda a efervescência política do período.

Exemplo disso é que muitos autores, tais como Celso Furtado²⁵, trabalhavam em instituições do governo, geralmente instituições para o desenvolvimento social, como o autor cepalino, que foi superintendente da SUDENE durante o governo de João Goulart, e pouco depois seria ministro do planejamento, além de ter sido um dos diretores da CEPAL em 1949 e do BNDE em 1953. Além disso, é clara a aproximação entre política e economia: a avaliação positiva ou negativa sobre o posicionamento de um Estado fraco ou forte vinha principalmente do sucesso e do progresso econômico que ele era capaz de proporcionar ao país. Numa época em que se iniciava a lógica do mercado globalizado, a condição de paridade com os países centrais era primordial para o desenvolvimento também em outras esferas.

Mas antes de chegar à efervescência cultural e políticas observadas a partir de 1964, é preciso observar os antecedentes das discussões acadêmicas acerca do desenvolvimento político e principalmente socioeconômico. O período entre 1950 e 1960 é marcado também pela discussão da dicotomia *desenvolvimento X concentração*

²⁵ A Pré-Revolução Brasileira. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962.

de renda, especialmente pela condição híbrida do desenvolvimento brasileiro. Para Fernando Henrique Cardoso (1997), na década de 1950, países do Cone Sul como Argentina, Brasil e Chile, tinham pressupostos que permitia a industrialização, tais como um mercado interno com capacidade para absorver os bens industriais a serem produzidos, grande fonte de divisas conseguidas através da agropecuária e da mineração, além de contar já com a indústria leve, como a de alimentos, consolidada.

O período é de grande expansão econômica, com aumento na produção industrial e nas exportações. Mas enquanto a economia se expandia, agravava-se a condição da concentração de renda, e o país se dividia entre uma economia moderna e modernizada, e relações sociais distanciadas pela pobreza. Problemas como a questão agrária estava em pauta na determinação desse desenvolvimento. Para Celso Furtado (1962), por exemplo, a determinação do tipo de Estado que era o brasileiro era muito mais complexa do que as que utilizavam as terminologias “híbrido” ou “dualista”. A questão crucial que determinaria o desenvolvimento nacional seria o desenvolvimento das técnicas que permitissem o avanço econômico, e por consequência, o social. Aos poucos, as cidades tornam-se palco para as lutas de classe, produto do estrangulamento do desenvolvimento social em detrimento do desenvolvimento econômico.

Daí surge à discussão e a idéia defendida por Guerreiro Ramos (1963) de que os problemas econômicos apenas se resolveriam quando se resolvesse à questão política – esta determinaria os rumos do desenvolvimento social, e o conceito de revolução passa a circular entre os escritos sociológicos. Entretanto, essa “ruptura” na estrutura política estava menos nas atividades políticas que nas acadêmicas, tanto na esfera dos que buscavam a revolução democrática, quanto para os de inspiração marxista. Enquanto a primeira alternativa procurava uma reforma do Estado, uma adequação sócio-política aos avanços econômicos, a segunda buscava a ruptura total, apoiando-se em dois eixos principais: a “dominação” imperialista e a questão agrária.

A participação política judaica em São Paulo

Vamos discutir a partir deste ponto a participação judaica na política. Segundo Kinoshita, a participação judaica na política nacional é desproporcional ao percentual deste grupo na população geral brasileira (KINOSHITA: 2000), verificando a grande quantidade de judeus envolvidos diretamente com o levante comunista de 1935.

O fato de haver grande participação judaica na política brasileira não significa a inexistência de conflitos internos, principalmente no que se refere à solução da questão judaica, ou melhor, do conflito entre o nacionalismo e o internacionalismo, o sionismo e o socialismo. Além dos conflitos ainda anteriores, como aqueles entre os adeptos da modernização ocidental e os ortodoxos religiosos e os adeptos do chassidismo²⁶.

Desde o século XIX as opções políticas judaicas no mundo dividiram-se entre: o socialismo (comunismo), o sionismo de todas as vertentes políticas da extrema direita à extrema-esquerda, o territorialismo, os liberais, os conservadores com o que chamamos de quietismo (ou submissão ao poder) e o assimilacionismo.

Simplificando, a opção pelo socialismo estava imbuída de todo o histórico do chamado iluminismo judaico (*Haskalah*) e seus ideais humanísticos universais. A opção pelo sionismo estava umbilicalmente ligada a um ideal de estado-nação tardio, como *locus* onde a questão judaica, de um povo sem Estado, errando pelo mundo, sofrendo todo o tipo de discriminação, se resolveria finalmente.

O Brasil não foi a primeira opção de imigração judaica de fuga dos “*pogrons*” na Europa. A política de quotas adotada pelos EUA a partir da década de 20 influenciou diretamente as opções da Argentina e do Brasil como destino desses imigrantes.

A maior leva foi para a Argentina, país considerado mais avançado na época, em termos econômicos e políticos²⁷, pois a imigração tinha uma característica não somente econômica, mas também de fuga dos regimes fascistas da Polônia, Hungria e Romênia, daqueles que eram membros ou simpatizantes do BUND²⁸.

No entanto, não existe um estereótipo judeu a se defender neste trabalho. Queremos demonstrar que isso não procede e a simples estigmatização do judeu é prova suficiente de antissemitismo em nossa perspectiva. Assim sendo, temos que falar também daqueles que não são nem socialistas, nem sionistas, nem comunistas, nem

²⁶ É como se denomina a tendência que se desenvolveu na primeira metade do século XVIII, na Europa Oriental, com o rabino Israel Ben Eliezer, mais conhecido como Baal Shem Tov, em reação ao judaísmo legalista. Promove a espiritualidade, através da popularização e internalização do misticismo judaico, como um aspecto fundamental da fé judaica e crê na vinda do Messias através de um retorno do judeus à observância religiosa. Pratica um proselitismo interno à comunidade judaica combatendo o liberalismo, o reformismo e o conservadorismo.

²⁷ LESSER, J. O Brasil e a Questão Judaica, 322.

²⁸ A **União Judaica dos Trabalhadores Judeus da Lituânia, Polônia e Rússia**, chamada em *íidiche* de **Algemeyner Yidisher Arbeter Bund in Lite, Poyln un Rusland** ou simplesmente **Bund** é um movimento político de operários judeus, surgido no final do século XIX, um dos grupos fundadores do Partido Social Democrático da Rússia.

religiosos, e muito menos conservadores. É difícil classificar o advogado, empresário, bibliófilo, José E. Mindlin. Em 1975 já era um empresário de sucesso com a Metal Leve e estava arriscando uma atividade política na Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo, na época governado por Paulo Egydio Martins, este também reconhecido como moderado dentro da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), o partido de apoio ao regime militar.

Mindlin fora convidado pelo próprio Paulo Egydio (governador) para assumir a pasta, assim foi que se tornou diretamente responsável pela Fundação Padre Anchieta, ou Canal 2, TV Cultura, onde Vladimir Herzog foi dirigir o Departamento de jornalismo.

Porém, o próprio governo Geisel buscava explicações para a derrota eleitoral de 1974. O governo militar acreditava na vitória, tendo como referência os resultados das eleições de 1970 e 1972. Vários autores trataram desta questão, ou seja, da estrondosa vitória do MDB em 1974, entre eles: Bolivar Lamounier, Fernando Henrique Cardoso, Wanderley Guilherme dos Santos²⁹, etc. Muitas também foram as explicações encontradas. No que nos interessa: 1) o MDB se qualificou frente ao eleitorado como o “Partido dos Pobres” e a ARENA era o partido do governo, ou seja, da situação; 2) A nova política econômica do governo Geisel, passando por cima dos anéis burocráticos existentes até então, e que garantia o apoio empresarial ao regime, transferiram este apoio, ou ao menos, o neutralizaram.

Podemos assim explicar esta aliança entre liberais e progressistas (PCB) no apoio a um governador da ARENA, Paulo Egydio Martins, do Estado de São Paulo, como possível candidato de transição à Presidência da República na sucessão do General Geisel. A reação da linha-dura do regime explica-se com este argumento. Segundo entrevistas, existiu realmente uma coordenação de empresários e lideranças judaicas extra e intercomunitárias, em que, num primeiro momento, estava em jogo uma articulação de lançamento da candidatura do governador Paulo Egydio Martins como

²⁹ SANTOS, Wanderley Guilherme. Reforma contra reforma. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1963. pp. 1-50; LAMOUNIER, Bolivar. O Voto em São Paulo, 1970-1978. IN: LAMOUNIER, B.; DUARTE, C.R.; KINZO, M.D.G.; MIYAMOTO, S. e CALDEIRA, T.P. Voto de Desconfiança: Eleições e mudança política no Brasil, 1970-1979. Rio de Janeiro : Vozes, 1980; CARDOSO, Fernando Henrique, e FALETTO, Enzo. “Dependência e desenvolvimento na América Latina”, Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

candidato presidencial, ou seja, o primeiro presidente civil desde o Golpe Militar de 1964³⁰.

Com o assassinato e a farsa montada no caso Herzog, duas frentes se mobilizaram. Uma externa, onde o sindicato dos jornalistas, que estava sob novo comando, do jornalista Audálio Dantas, apoiado pelo PCB, as redações de jornal de São Paulo, o sindicato dos artistas, comandado por Juca de Oliveira, e a Igreja Católica, através do Cardeal Dom Paulo Evaristo, atraindo o jovem rabino Sobel, além do Pastor Luterano James Wright, conduziram a maior manifestação até então de repúdio à ditadura, o ato ecumênico em memória de Vladimir Herzog.

Este é o momento de emergência da contestação aberta ao governo brasileiro. Os judeus brasileiros não ficaram marginalizados nesse instante e agiram, mesmo sem o apoio das instituições judaicas, em prol da redemocratização do país.

Diante do exposto, no capítulo seguinte detalharemos a organização da comunidade judaica, sua história, ideários, imigração e integração desta colônia na sociedade brasileira.

O Capítulo 3 tratará do “Caso Herzog” em suas minúcias, a ação de progressistas, democratas e liberais judeus no episódio e sua influência na resistência democrática ao Regime Militar. O protagonismo do Sindicato dos Jornalistas e da Arquidiocese de São Paulo, representada pelo Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, na oposição a farsa do suicídio apresentada pelo 2º. Exército como causa da morte do jornalista judeu Vladimir Herzog. A organização do PCB na comunidade judaica paulistana também é objeto deste capítulo, assim como o papel de José E. Mindlin, empresário judeu e Secretário de Cultura do Estado de São Paulo, superior imediato e responsável pela contratação de Vladimir Herzog como Diretor de Jornalismo da Televisão Cultura, órgão da Fundação Padre Anchieta que pertence ao governo do Estado.

As Considerações Finais contemplam o conjunto do trabalho e contém a análise e conclusões a que chegamos. A influência do assassinato de Herzog é comprovada e a ação subterrânea dentro e fora da comunidade judaica foram fundamentais para a condenação da União no processo de responsabilidade pela morte

³⁰ Entrevistas com Alberto Goldman, Dina Lida Kinoshita e Sylvio Band.

do jornalista movido pela viúva, Clarice Herzog. O local do sepultamento foi peça fundamental para a obtenção da condenação da União, sendo esta separação existente no judaísmo para os suicidas, ou aqueles que atentam contra a própria vida, interessante instrumento de luta contra a ditadura.

2. HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO JUDAICA

A forma de organização judaica durante os séculos de dispersão explicam a continuidade desta cultura e povo. Sofrendo constantes perseguições e expulsões, persistem como judeus. Este trabalho trata da morte de um judeu, sobrevivente do nazismo que migrou para o Brasil com seus pais. Aqui foi preso, torturado e morto. Como era a organizada a comunidade judaica paulistana e seu histórico são fundamentais para a compreensão deste episódio.

2.1. A KEHILAH³¹ NA EUROPA ORIENTAL

A organização judaica na Europa Oriental tem como ponto de apoio o aspecto religioso, o imaginário coletivo de pertencimento ao “povo eleito”. Esta situação estabelece na Europa Oriental – exílio da Terra de Israel – uma aliança entre aqueles estudiosos da Torah e da Lei de D’us e os membros mais abastados da comunidade judaica estabelecida no país de exílio.

Esta *Kehilah* busca o equilíbrio dentro da comunidade e concentra a relação com o poder local. A aplicação da Lei e dos costumes, o controle da religião e das ações de seus membros, o absoluto controle da vida que se estende aos rituais cotidianos até os da própria morte. Todos os rituais de passagem como o ato da circuncisão (Brit-Milá – Aliança com D’us), do Bar-Mitzvá (Maioridade religiosa), do casamento e do luto/morte).

Esta forma de organização tem enormes poderes até véspera da expansão capitalista e dos ideais do iluminismo que penetram e se difundem rapidamente nas comunidades judaicas do Leste Europeu. É um processo longo cheio de resistências, principalmente dos ortodoxos ligados ao Gaon de Vilna (Sábio de Vilna), com sua perspectiva tradicional do judaísmo, mas também os religiosos ligados ao Hassidismo, ou melhor dizendo, ligados a reforma religiosa perpetrada por Baal Shem Tov (mestre da boa palavra), que dava maior ênfase aos aspectos da prática ritualística judaica e permitia uma grande dose de misticismo anunciando para breve a vinda do Messias. Aliás, defendia que os judeus deveriam retomar as práticas religiosas de devoção e agir

³¹ Kehila pode ser traduzido diretamente como congregação, organização institucional judaica e é assim que adotamos este termo no referido trabalho.

cotidianamente para cumprir as mitzvot (obrigações)³² afim de acelerar a vinda do Messias, que guiará todo o povo judeu para a Terra de Israel, onde serão reconhecidos como o povo eleito de Deus.

2.1.2 A DESAGREGAÇÃO DA KEHILAH

Abba Eban foi um político e diplomata israelense. Em sua carreira ele foi ministro das Relações Exteriores de Israel, ministro da Educação, Vice-Primeiro-Ministro e embaixador nos Estados Unidos e nas Nações Unidas. Ele também foi vice-presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas e presidente do Instituto Weizmann de Ciências.

“A cultura do judaísmo da Europa Oriental no século XIX foi formada pelas forças gêmeas da Haskalah, ou esclarecimento, e do Hassidismo. Especialmente nas partes centrais da Área, achavam-se os dois campos em violenta oposição. Os pioneiros do esclarecimento encontravam um clima mais favorável no extremo norte (Lituânia) e sul (Odessa).” (EBAN : 229)

O advento do capitalismo e a expansão dos ideais iluministas fizeram uma verdadeira revolução dentro da *Kehilah*. Mesmo dentro das *Yeshivot*³³ o movimento iluminista começa a se fazer presente. Na cidade de Vilna, Lituânia, considerada a “Nova Jerusalém” (sede das *Yeshivot* Ortodoxas mais importantes da Europa Oriental, antes da 2ª. Guerra Mundial), se cria os chamados círculos de leitura e estudos, os conhecidos “Círculos de Vilna” para a propagação do esclarecimento, ou melhor dizendo, *Haskalah* (em hebraico). Tinha como objetivo de seus membros (intelectuais, ex-estudantes de *yeshiva*, etc) a expansão do conhecimento científico laico para os judeus, que se encontravam em total ignorância e submetidos aos ditames da *Kehilah*. Primeiramente vão alfabetizar o “povo”, preferencialmente em russo e, depois,

³² Os judeus religiosos tem como tarefa cumprir 613 mitzvot, desde a tzedaká (justiça, entendida como donativos) até o cumprimento do descanso do Shabat (Sábado).

³³ Escolas de ensino religioso, ortodoxas destinada aos rapazes. Sua formação capacita aos seus alunos obter o título de rabino.

analisando as dificuldades, passaram a traduzir e divulgar a *Haskalah* em idishe, a língua dos judeus na Europa Oriental e Central.

“O objetivo do movimento da Haskalah pode ser enunciado de modo simples: a criação de um novo caráter judeu, pronto a ocupar seu lugar na sociedade em geral. Os maskilim (proponentes da Haskalah) pretendia revolucionar as próprias bases da vida, educação e pensamento judaicos.” (EBAN : 229)

A desagregação da *Kehilah* foi diretamente proporcional a expansão da alfabetização dos judeus em idishe, a propaganda dos *Maskilim* (promotores da *Haskalah*) e a consolidação do capitalismo.

A *Kehilah* enquanto organização estava fundada num pilar que não mais existia. Suas fundações perderam sentido no novo modo de produção e consumo desta Europa Oriental cada vez mais incorporada ao capitalismo.

A desagregação da *Kehilah* na Europa Oriental fora precedida pela emancipação dos judeus na Europa Ocidental. O fim da *Kehilah* na Europa Ocidental não se traduz em ausência de organização judaica, somente que esta organização não terá a preeminência rabínica que persiste na Europa Ocidental até a sua desagregação.

Outras formas de organização são criadas e mantidas nos países ocidentais como Reino Unido, França e Alemanha. Elas tinham uma característica comum, a defesa do judaísmo como religião e não como nação. Essas organizações liberais visavam a integração judaica nos países onde se encontravam, no entanto, esta plataforma estava muito distante da realidade sócio, político e econômica dos países do leste europeu. O antissemitismo religioso era por demais influente e largamente utilizado pelos governantes, particularmente pelos czares russos. Os judeus serviam periodicamente como “bodes expiatórios” da política russa.

Assim, antes do caso Dreyfus na França, os pogroms eram comuns na zona de residência judaica. A legislação antissemita, os “*Numerus Clausus*”, o alistamento militar obrigatório, etc. Era mais fácil uma prostituta judia estabelecer-se na capital do que um professor judeu sair do seu *shtetl*³⁴.

³⁴ *Shtetl* (em iídiche: שטעטל, no singular; שטעטלעך, *shtetlech*, no plural), é a denominação iídiche para "cidadezinha". Chamavam-se "shtetl" as povoações ou bairros de cidades com uma população

2.1.3 A RESISTENCIA AOS POGROMS

O movimento de resistência ou autodefesa nas vilas e povoados judeus na zona de residência judaica (Pale) do Império Russo se constrói por um lado com a tragédia dos grandes massacres, como o primeiro pogrom de Kishinev (1903):

“O primeiro pogrom:

A trama começou a 6 de Fevereiro de 1903 (durante a Páscoa russa), quando uma criança cristã, Michael Ribalenko, foi encontrada morta na cidade de Dubossary (hoje Dubăsari), a cerca de 35 quilômetros a norte de Kishinev.

Apesar de ser claro que o rapaz tinha sido morto por um familiar (que foi mais tarde encontrado), o jornal anti-semita “Bessarabetz”, cujo editor era Pavolachi Krusheven, insinuou que ele tinha sido morto pelos judeus. Outro jornal, “Svet,” usou o velho argumento do libelo do sangue contra os judeus (acusação de que o rapaz tinha sido morto pelos judeus que queriam usar o seu sangue para preparar matzot).

O pogrom de Kishinev estendeu-se por três dias de violência contra os judeus. 47 (em algumas fontes 49) judeus foram mortos, 92 feridos seriamente, quinhentos feridos ligeiramente e mais de setecentas casas foram pilhadas ou destruídas. Vyacheslav von Plehve, o ministro do Interior, terá supostamente dado ordens aos desordeiros para continuarem com a violência, mas em qualquer caso, a verdade é que a polícia e os militares assistiram impávidos até ao terceiro dia.

O New York Times descreveu o primeiro pogrom de Kishinev: ‘As desordens antijudeus em Kishinev, na Bessarábia, são piores do que o censor permitirá publicar. Houve um plano organizado para o massacre aos judeus no dia a seguir à páscoa russa. A gentilha foi liderada por padres e o grito geral “Matem os Judeus”, fez-se ouvir por toda a cidade. Os judeus foram tomados desprevenidos e abatidos como ovelhas. O número de mortos chega aos 120 e os feridos cerca de 500. As cenas de horror do massacre são indescritíveis. Bébés foram literalmente desfeitos em pedaços pela multidão enfurecida. A polícia local não fez qualquer tentativa de conter o reino do terror.

Ao pôr do sol, as ruas estavam cheias de cadáveres e de feridos. Aqueles que conseguiram escapar fugiram aterrorizados e a cidade está agora praticamente deserta de Judeus’” (“Jewish Massacre Denounced,” New York Times, April 28, 1903, p 6). O número final de mortos acabou por ser inferior à falsa afirmação inicial.” (http://pt.wikipedia.org/wiki/Pogrom_de_Kishinev, acesso em 12 de maio de 2012, 11:00 horas)

E depois o segundo pogrom de Kishinev (1905) que aconteceu nos dias de 19 e 20 de outubro de 1905. Este se iniciou com um protesto contra o Czar, mas acabou com uma perseguição contra todos os judeus que se pudessem encontrar. O saldo foi de 19 judeus mortos e 56 feridos. Neste instante já se mostrava a organização da autodefesa que conseguiu conter o massacre, no entanto não foi completamente bem sucedida.

Desde o século XIX a emigração da Rússia ocorreu de forma crescente e constante, mas a população judaica continua grande no Leste Europeu, só apontando que na ocorrência dos pogroms esse movimento migratório aumenta de forma considerável:

Emigração Judaica para os Estados Unidos

1881-1890	200.000
1891-1898	301.821
1899	37.415
1900	60.764
1901	58.098
1902	57.688
1903	76.203
1904	106.236
1905	129.910
1906	153.748
1907	149.182
	1.331.065

(BORGER : 2002 : 378)

Crescimento da população judaica no Leste Europeu

1825	2.357.000
1850	3.564.000
1880	5.971.000
1900	7.672.000

(BORGER : 2002 : 378)

Os quadros acima evidenciam o enorme afluxo migratório após as ondas de violência dos pogroms e o crescimento da população judaica na Europa Oriental mesmo com a violência e miséria.

2.2. O MOVIMENTO BUNDISTA

Os judeus perdendo suas condições materiais de subsistência nas cidadezinhas da Europa Oriental, nas quais habitava, foram migrando para as cidades maiores onde vieram a compor o excedente da força de trabalho da indústria leve, da manufatura e do artesanato e a viver em situações de extrema pobreza. Para agravar sua situação, tiveram que enfrentar, a partir do último quarto do século XIX, o antissemitismo promovido pelo czarismo:

“(...) o governo russo esforçava-se por demonstrar que o excedente judaico é que criava o desemprego. Esta pregação (...) sensibilizava a população já treinada no ódio aos judeus. Não foram poucos os movimentos de operários russos contrários à oferta de empregos a judeus em locais onde houvessem ‘nativos’ desempregados. Essa ‘concorrência’ no seio do proletariado será um fator superveniente e legitimador da maior marginalização do judeu no mercado de trabalho.” (PINSKY : 72)

A aproximação de alguns judeus com o socialismo se apresentou como uma saída para as lutas por melhores condições de vida e contra o antissemitismo existente. O Bund (Bund fun di idiche arbeter in Lite, Polyn um Russ land – União dos Trabalhadores Judeus da Lituânia , Polônia e Rússia), fundado em 1897, na cidade de Vilna, foi o primeiro movimento proletário judeu unificado, ou seja, existiam diversos grupos socialistas judeus antes da “*unificação*”. Sua proposta inicial era de participar de maneira unitária da construção do POSDR (Partido Operário Social Democrata Russo).

O movimento socialista judaico também cresceu e manteve grande influência sobre o operariado judeu. O Bund foi até as vésperas da 2ª. Guerra um movimento extremamente importante junto às comunidades judaicas na Europa, Estados Unidos e Argentina. O movimento sionista na sua versão trabalhista (Poalei Sion ou Trabalhadores de Sion) adquiriu grande relevância e, até hegemonia, somente após a criação do Estado de Israel em 1948. Antes da 2ª Guerra, no entanto, a disputa com os judeus sionistas, vistos como contra revolucionários nacionalistas, que estariam fazendo o jogo da burguesia na sua atuação contra o antissemitismo. Os sionistas utilizaram o Pogrom de Kishinev (1903) e o rompimento do Bund com a social democracia russa para reforçar a questão nacional e conquistar parte do operariado judaico, no entanto, sem romper com a hegemonia do Bund.

O Bund deteve um papel de grande importância durante o processo de resistência aos pogroms, isto aliado a formação política de seus militantes e quadros políticos. O próprio Lênin admitiu que o Bund era um modelo a ser seguido em termos organizacionais e de ação política. Dirigentes socialistas judeus admitiam que estavam formando quadros e militantes para a Europa Ocidental e Estados Unidos por conta da grande migração para estas regiões. (WEINSTOK, N. : 1984; BORGER, H. : 2002; KINOSHITA, D. L. : 2000; MAIO, M. C. : 1999)

Este movimento só se fundou de forma centralizada no final do século XIX, quando unifica sua plataforma política, influenciando na própria fundação do Partido Operário Social Democrata Russo, do qual foi responsável pela organização de seu congresso de fundação. Contudo, sua atuação continuou descentralizada por toda a zona de residência judaica.

A “*expertise*” judaica em movimentos de esquerda:

“(...) foi trazida para o Brasil por meio do movimento imigratório, especialmente nos anos 20 e 30, e se incorporou ao mosaico ideológico constitutivo da comunidade judaica brasileira que se estruturava naquele momento. Entre os judeus de esquerda incluíam-se comunistas, socialistas, sionistas de esquerda.”
(MAIO : 240)

2.3 O MOVIMENTO SIONISTA

O movimento sionista aqui relatado corresponde ao que chamamos de sionismo político, ou seja, aquele movimento que se inicia com o protagonismo de Theodor Herzl, judeu austríaco, jornalista, que nascido em uma família judia abastada e assimilada de Viena e correspondente em Paris, chocou-se com o processo contra Alfred Dreyfus:

“O Caso Dreyfus foi um escândalo político que dividiu a França por muitos anos, durante o final do século XIX. Centrava-se na condenação por alta traição de Alfred Dreyfus em 1894, um oficial de artilharia do exército francês, de origem judaica. O acusado sofreu um processo fraudulento conduzido a portas fechadas. Dreyfus era, em verdade, inocente: a condenação baseava-se em documentos falsos. Quando os oficiais de alta-patente franceses se aperceberam disto, tentaram ocultar o erro judicial. A farsa foi acobertada por uma onda de nacionalismo e xenofobia que invadiu a Europa no final

do século XIX.” (http://pt.wikipedia.org/wiki/Caso_dreyfus, acessado em 18/06/2012, 9:30 horas)

Sua atuação o levou a buscar uma solução para o problema do antissemitismo na Europa. Acreditava que a formação de um “*Estado Judeu*”, conforme o livro que publicou, normalizasse a situação judaica com a criação de um país para os judeus perseguidos. O sionismo político reuniu-se em congresso na cidade de Basileia, na Suíça, no final do século XIX e criou a plataforma unificada do movimento.

A busca frenética de Herzl para o patrocínio político e econômico de seu sonho o fizeram peregrinar por vários países buscando convencer industriais e banqueiros judeus, e fazer gestões junto ao Sultão Suleiman “O Magnífico”, todo poderoso do Império Otomano (da qual fazia parte a Palestina), ao Kaiser alemão, e ao 1º. Ministro Britânico, entre tantos. O objetivo do Sionismo era a constituição de um Estado Judeu na então Palestina.

Vamos lembrar que o sionismo não é monolítico. Ele se divide em várias vertentes políticas ideológicas, desde os sionistas marxistas (antigo MAPAM), trabalhistas (antigo MAPAI), liberais (Sionistas Gerais), religiosos, ortodoxos e a direita (atual LIKUD). Assim sendo, os grupos de apoio em toda a diáspora judaica também se dividiram entre estes vários agrupamentos ideológicos. O que os unifica é a opção nacionalista, ou melhor, a alternativa de criação de um Estado Nação Judeu na ancestral “*Eretz Israel*” (Terra de Israel).

Aqui no Brasil o movimento sionista começa a se organizar em 1922, com a criação da Organização Sionista. Devemos atentar que a criação da Organização Sionista no Brasil foi precedida pela organização de vários grupos sionistas com a ajuda de enviados da Argentina. Assim, a cidade de Porto Alegre serviu de ponte para os grandes centros urbanos brasileiros, como São Paulo e Rio de Janeiro.

Grupos juvenis sionistas foram fundados em São Paulo, como o Betar (da direita revisionista hoje representada pelo Likud em Israel), o Dror (Ligado aos trabalhistas), o Hashomer Hatzair (ligado aos sionistas marxistas) e o B’nei Akiva (ligado aos sionistas religiosos).

No período do Estado Novo era proibido aos sionistas a livre organização no país. Portanto, foram utilizadas fachadas para a legalização da atuação dos movimentos

juvenis, passando a atuar como escoteiros judeus, como exemplo o caso do Dror em São Paulo.

A participação dessa juventude era dirigida para a emigração, ou seja, não havia uma preocupação com os rumos do Brasil e sim com a reconstrução de Israel. Quando da Independência do Estado de Israel, em 1948, os sionistas passaram a construir sua hegemonia ideológica na comunidade judaica paulistana.

Leon Feffer, empresário do ramo de papel e celulose, tornou-se cônsul honorário do Estado de Israel em São Paulo, apontando para uma aliança importante entre o grande empresariado judeu na cidade e o ideal sionista, ou de defesa do Estado de Israel, pois, o mesmo Feffer, assumiu a presidência da Federação Israelita do Estado de São Paulo, direcionando a FISESP na defesa absoluta do Estado de Israel.

A marginalização dos grupos não sionistas pode ser identificada pela recusa de ajuda por parte da Federação à manutenção do Ginásio Israelita Brasileiro Scholem Aleichem, pois era uma escola ligada aos “*comunistas*” da Casa do Povo.³⁵

2.4 A IMIGRAÇÃO JUDAICA PARA O BRASIL

A onda migratória do início do século XX tem como elemento de grande inflexão o estabelecimento de cotas de imigração para os EUA e, a política de contenção da imigração judaica para a Palestina. Neste cenário, a opção por outros destinos incluiu o Brasil.

A principal motivação do fluxo migratório deste período está relacionada à ocorrência de “*pogroms*” nas regiões do antigo Império Czarista onde a Revolução de Outubro fracassara, especialmente na Polônia e Lituânia, aliado a penúria da população judia sem perspectivas de sobrevivência digna nestes países. A miséria das massas judias principalmente na Europa Oriental já se evidenciava desde meados do século XIX, quando do avanço do capitalismo industrial nos domínios da Rússia Czarista – um capitalismo tardio –, aliado a uma política governamental antisemita, restringindo o local de moradia, posse de terras, educação em todos os níveis, formação técnica e laboral.

³⁵ Atas da FISESP da década de 1970 pesquisadas por Alberto Kleinas.

Os judeus das aldeias da chamada *Pale* (região onde os judeus tinham autorização para morar), nas atuais: Rússia, Polônia, Lituânia, Ucrânia, Bielo-Rússia, Moldávia, sobreviviam como pequenos artesãos e quase operários de uma pequena indústria pertencente normalmente a judeus um pouco mais abastados. A contradição do socialismo judaico dá-se de uma forma *sui generis*, pois é internacionalista sem deixar de ser nacionalista, por tratar de um grupo específico que, como se definiu nos seus primórdios, “trabalhadores de língua iídiche”. Esta contradição muito bem expressada por Clemesha (1998 : 95) e por Mishkinski (1972 : 325)³⁶, permeia o conflito com a 2ª. Internacional e com o Partido Operário Social Democrata Russo, quanto à representatividade exclusiva dos trabalhadores judeus e seu programa de emancipação cultural judaica:

“A ascensão de Hitler ao poder na Alemanha intensificou este fluxo, esta emigração se dá em primeiro lugar por fatores econômicos, mas muitos fogem das ditaduras fascistas da Polônia, Hungria e Romênia não só devido à ascensão de Hitler ao poder na Alemanha, mas também porque são militantes ou simpatizantes comunistas ou do Bund”. (KINOSHITA : 2000)

A imigração judaica iniciada no século XIX tinha como primeiro objetivo os países da Europa Ocidental onde os judeus já tinham garantida sua emancipação. Assim, muitos se dirigem para Paris, Londres, Berlim e demais grandes cidades européias, criando seus bairros como espelhos do antigo *shtetl* de onde saíram. Eram bairros operários judeus, como o *East End* em Londres. Clubes, sinagogas, Chevra Kadisha (mantenedora do cemitério), Lar dos velhos, escolas, grupo de teatro, coral, círculo de leitura, fundo de ajuda mútua, sociedade beneficente e até sindicatos e partidos.

A imigração judaica contemporânea para o Brasil teve como precursor as colônias agrícolas fomentadas pela JCA (Jewish Colonization Association) de 1904 a 1914, com fundos do Barão Hirsh, que buscava assentar judeus das Europa Oriental em estado de total penúria e vítimas de perseguição. Com projeto agrícola no Rio Grande do Sul, particularmente na Região de Erechim, Passo Fundo e 3 Irmãos. O fracasso deste projeto levou muitos imigrantes a engrossar as comunidades judaicas existentes nas cidades importantes. Assim, as grandes cidades brasileiras tornam-se destinos

³⁶ Moshe Mishkinski. O Movimento Operário Judaico e o Socialismo Europeu, in: UNESCO. Vida e valores do povo judeu, São Paulo, Perspectiva, 1972, p: 325.

preferenciais de imigrantes judeus europeus, assim ratificando a principal característica judaica, ou seja, o urbanismo desta população.

Esta imigração ganhou reforço com a política de cotas de imigração implantado pelos EUA após a grande corrente migratória do início do século XX, onde os judeus pularam de cerca de 280.000 em 1877 para 4.500.000 em 1925.

“A partir de então a população judaica multiplicou com espantosa rapidez devendo-se inteiramente à imigração em massa da Europa Oriental. Contemporâneos pretendem que 1.000.000 de judeus habitavam nos Estados Unidos em 1900, 3.000.000 em 1915 e 4.500.000 em 1925, quando leis drásticas de imigração foram postas em vigor.”³⁷ (GARTNER : 1972)

Esta imigração para os EUA é objeto de vários estudos, inclusive sobre a participação judaica no movimento operário norte-americano.

A situação dos judeus na Europa Oriental só deteriorava desde o fechamento da livre imigração para os EUA, ainda mais com a Revolução Bolchevique e a guerra civil entre os exércitos branco e vermelho. Os judeus eram vítimas de *pogroms* organizados pelas tropas do exército branco.

A grande leva de imigrantes judeus com destino ao Brasil começou a aumentar com esses dois eventos:

- 1) Política de cotas de imigração para os EUA e,
- 2) Agravamento da situação econômica e de segurança na Europa Oriental (Revolução Russa e Guerra Civil).

A imigração judaica para o Brasil tomou novo fôlego com a ascensão do nazismo na Alemanha, com uma grande corrente migratória antes da 2ª. Guerra Mundial que, foi quase estancada pelas diretrizes antissemitas de imigração do governo Vargas. Assim, após 1937 aproximadamente, tornava-se quase impossível para um judeu imigrar para o Brasil, salvo aqueles que encontraram homens e mulheres do corpo diplomático brasileiro que afrontaram o governo. (KOIFMAN : 2002; SCHPUN : 2011)

³⁷ GARTNER, Lloyd P., Imigração e formação da judiaria americana, IN: UNESCO, Vida e Valores do Povo Judeu. São Paulo: Perspectiva, 1972.

Os judeus paulistanos começaram a se organizar com a criação de instituições dos mais variados gêneros, dentre as quais: sinagoga Kahalat Israel, primeira sinagoga de São Paulo (1912); Sociedade Beneficente das Damas Israelitas (1915); Sociedade Beneficente Ezra (1916); Federação Sionista do Brasil (1922); Sociedade Cemitério Israelita (1923); Sociedade Pró-Imigrantes, comandada por Horácio Lafer (1924); Círculo Israelita (1926); Sociedade Cooperativa de Crédito Popular do Bom Retiro (1928); Tzukunft – O Futuro – e Jugund Club – Clube da Juventude (formalmente fundado em 1928).

Este último, contemporâneo da fundação do Partido Comunista do Brasil (1922), congrega os jovens imigrantes judeus oriundos da Europa Oriental, especialmente da Polônia e, que neste espaço privilegiam a organização de coral, teatro, palestras, conferências, piqueniques, bailes e, onde o uso corrente da língua iídiche funciona como forte apelo de adesão.

O ideário de esquerda não era estranho para a maioria dos imigrantes da Europa Oriental desde a chamada Haskalah, ou iluminismo Judaico. Em sua terra de origem já havia se deparado com os discursos do Bund (Confederação Geral dos Operários Judeus da Lituânia, Polônia e Rússia), dos comunistas, dos socialistas, dos sionistas de esquerda. Este modelo reivindicatório está intimamente interligado com a própria história judaica desde antes da desagregação da Kehilah na Europa Oriental. A opção messiânica por tantos acalentada por séculos está neste momento entronizada no campo político e não mais deslocada para o campo religioso e quietista. O *Tikun Olam*, o consertar o mundo, está mais ativo e passa da potencia para a energia, como em Marx, para estes imigrantes que, fugidos da miséria da Europa Oriental e Central, chegam ao Brasil para “fazer a América”. O discurso de esquerda e a língua materna (iídiche) aproximam-nos do grupo progressista da colônia judaica paulistana.

Este ideário reforça o fato de que os recém-chegados, além de sua juventude, continuavam buscando formas de organização intracomunitária, mas ainda assim, é difícil separar completamente a “rua judaica” da “rua brasileira”, pois a militância de esquerda se interpenetra sendo, hora comunitária e outra na sociedade brasileira. Desta organização fizeram parte pessoas que se projetaram na política nacional, na literatura, teatro, etc. e que também eram editores, jornalistas, advogados, médicos, pequenos e médios industriais do ramo têxtil, comerciantes, prestamistas, alfaiates, costureiras, estudantes, enfim, imigrantes judeus, que recém-chegados da Europa, se abrigavam no

espaço do Jugund Club, na Rua José Paulino, número 54, segundo andar, buscando convivência e sobrevivência, e, sonhando com uma integração à sociedade brasileira.

Esta agremiação atuava como frente legal da juventude comunista judia (WIAZOVSKI : 2001: 116), mas abria as portas para outras correntes socialistas. Composta por imigrantes judeus da Europa Oriental, que aqui chegavam com orientação política definida ou que se definia aqui. Esta forma de movimento centrado primordialmente na juventude conflitava com as autoridades religiosas e econômicas e foi também muito utilizado pelos sionistas de esquerda como: DROR e HASHOMER HATZAIR. Este conflito importado desde a Europa pode ser tratado como uma busca de identidade sem vinculação religiosa.

“Com o advento da Modernidade, então, surgem movimentos religiosos liberais que, embora questionassem a Halachá³⁸, a tomaram como ponto de partida para a reconfiguração do judaísmo religioso. Simultaneamente, os movimentos nacionalistas judaicos – bundista, sionista e territorialista – se afastaram e/ou ignoraram a Halachá, tentando reconstruir a identidade e a comunidade judaica ao redor de noções como etnia, nação, território, cultura e direitos universais. É com base nesses processos e nesse momento histórico que surge a categoria assimilação como instrumento para compreender as novas formas de ser judeu, as inéditas expressões de judaísmo que começaram a difundir-se na Europa e nas Américas, bem como a fusão de um significativo número de judeus no seio das sociedades de acolhimento, com a concomitante perda de sua identidade judaica”. (TOPEL : 2005 : 81-82)

Quando da Partilha da Palestina (1947) na ONU, os progressistas judeus mantiveram sua coerência ideológica com o apoio de Andrei Gromiko para a partilha e a criação de um Estado Judeu. A URSS acreditava que um Estado de Israel seria natural aliado do bloco soviético, dada a hegemonia dos partidos de esquerda judeus do futuro Estado. Com a proclamação do Estado de Israel, os ativistas da Casa do Povo – ICIB juntaram-se ao conjunto da comunidade judaica paulistana nos esforços para a construção de Israel, porém, o governo israelense era muito criticado por sua vacilação em aderir ao bloco soviético.

³⁸ Código de leis religiosas judaicas.

Quando o primeiro governo de Ben Gurion, com hegemonia dos trabalhistas israelenses, optou pelo bloco ocidental, a situação dos progressistas da Casa do Povo ficou insustentável. Só piorou com o apoio soviético aos árabes – inimigos de Israel – e depois com o caso Slansky, na Tchecoslováquia, e o complô dos médicos antes da morte de Stalin. (GOLGHER : 1970)

Na ocasião do XX Congresso do Partido Comunista da URSS e as revelações do relatório Krushev retratando os crimes de Stalin, a situação da Casa do Povo ficou insustentável. No final da década de 50 aconteceu a única eleição para a diretoria do ICIB com duas chapas concorrentes. Uma representava os velhos dirigentes que buscavam uma mudança de política institucional, tentando compor com os grupos sionistas de esquerda e a outra, composta de jovens militantes do setor judaico do PCB.

A chapa do setor comunista ganhou as eleições e se isolou ainda mais politicamente na comunidade judaica paulistana. Com o advento do golpe de 1964 a situação só piorou. Apesar de a maioria dos ativistas não ser defensora da luta armada, muitos deram um suporte logístico para aqueles que pegaram em armas, como Carlos Marighella. A maioria seguiu as diretrizes do PCB e tratou a luta armada como um desvio.

A atuação dos judeus no PCB se divide entre os que atuaram diretamente no partido e os que o fizeram através do chamado Setor Judeu. Este foi criado como forma de conter as deportações de militantes de nacionalidade estrangeira.

“Nós tínhamos contato com o Comitê Central, tudo era ligado, então se pegassem algum judeu ‘comuna’ e (...) ele não fosse brasileiro, ele seria expulso, nesta época Hitler já estava no poder (...)

Com medo [de] que nos [denunciassem], saiu uma lei no Partido. O núcleo de imigrantes fazia uma célula com seus patrícios, (os) judeus tinham uma separadamente, tudo para evitar denunciante. Aí que começa o Setor Judeu, isso mais ou menos em 34, 35.” (GHERMAN : 72-73)

Na organização do Partido, o Setor Judeu estava subordinado ao Setor de Finanças até meados da década de 1940, quando lhe cabia duas funções: a segurança de seus militantes e a arrecadação de fundos. Após a década de 1940, o Setor Judeu foi incorporado ao Setor de Massas do Partido.

Um dos motivos pelos quais os judeus sentiam-se atraídos pelo PCB era sua luta aberta contra o nazi-fascismo e a possibilidade de ser aceito como membro independente de sua condição financeira, de origem social ou religiosa.

Como exemplo de ativista judia comunista retrato Dona Elisa Kauffman Abramovich. Nas eleições para a Câmara de vereadores de São Paulo, após a 2ª. Guerra concorreu Elisa Kauffman Abramovich. Era militante da Casa do Povo e foi diretora da Ofidas e do Ginásio Israelita Brasileiro Scholem Aleichem. Consagrou-se com um substancial número de votos (2940 votos segundo as atas do TRE-SP) pelo PST, partido que acolheu as candidaturas do PCB. Não tomou posse por conta da clandestinidade do PCB, que havia sido posto na ilegalidade em 1947 e todos os seus parlamentares foram cassados – inclusive Luis Carlos Prestes, eleito senador – e proibidos os seus candidatos (comunistas). Ela por ser notória comunista acabou por abrir vaga para um obscuro professor do Colégio Dante Aligheri, Jânio da Silva Quadros, que havia amealhado 1700 votos. Morreu jovem, e no seu enterro no cemitério israelita do Butantã compareceram milhares de militantes do PCB, da OFIDAS, do SCHOLEM, amigos, e camaradas, incluindo Luis Carlos Prestes. O discurso de despedida coube a um jovem militante comunista, Mauricio Segal, filho do famoso artista plástico e membro da família Klabin.

O Partido Comunista contou com participação e apoio de um setor expressivo da comunidade judaica paulistana, através do Setor Judaico ou diretamente nas instâncias do partido. A “rua judaica” e a “rua brasileira” se comunicavam e colaboravam na atuação partidária. A tradição de atuação judaica no PCB é anterior a Vladimir Herzog, o que não desmerece sua atuação mas acentua a preocupação social de outros membros da comunidade judaica paulistana.

3. O CASO HERZOG E A LUTA CONTRA A DITADURA

Em 1975 Vladimir Herzog foi assassinado dentro do 2º. Exército em São Paulo, mais precisamente no Departamento de Ordem Interna – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), sigla significativa no jargão da repressão política da ditadura militar brasileira.

Os “agentes” do DOI-CODI o procuraram na redação da TV Cultura de São Paulo no dia 24 de outubro de 1975. Não o levaram naquele momento, o clima de indignação da redação serviu como escudo, e, com o compromisso de Herzog se apresentar no dia seguinte pela manhã na sede da rua Tutóia, partiram. Vladimir se levantou no sábado pela manhã do dia 25 de outubro de 1975 e partiu, para nunca mais voltar.

O Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns acompanhava atentamente todos os acontecimentos desta onda repressiva do regime. Muitos jornalistas já haviam sido presos e passavam por sessões de tortura. Assim, quando procurado pelos amigos de Vlado – Fernando e Fátima Pacheco Jordão – no domingo pela manhã do dia 26 de outubro, relatou:

“De novo, o choro incontrolável quase nos impedia de falar. Dom Paulo já sabia, acompanhava a situação desde a véspera, à tarde, quando sentira a gravidade dos fatos, percebera que a violência crescia e que era necessário agir, Procurado por Mino Carta, fez contato com o Governador Paulo Egydio, que estava no interior. Desse contato é que surgiu a sugestão para que se procurasse o Secretário de Segurança em Santos. Ele estava informado de tudo.” (JORDÃO : 1979 : 36)

Outro amigo de Vladimir, Gabriel Bolaffi, cuidou pessoalmente dos trâmites do enterro e segundo Anna Verônica Mautner, também integrante dessa ação, confrontou os responsáveis pela Chevra Kadisha (Sociedade Cemitério Israelita) da Congregação Israelita Paulista (CIP) sobre o falso atestado de óbito expedido pelas autoridades. Com a indignação e apoio do Sindicato dos Jornalistas, Gabriel agiu afim de garantir um enterro digno para o amigo. Assim que adentra a figura do Rabino Sobel que segundo seu depoimento, fora procurado por telefone por Eric Leschziner atestando o estado do corpo de Herzog. Também confirmou que Dom Paulo procurou informações sobre as

circunstâncias da morte de Vladimir Herzog e levantou a suspeita de assassinato sob tortura.

“Por quem e por que o senhor foi contatado para orientar sobre o enterro do jornalista Vladimir Herzog, sendo que estava na cidade do Rio de Janeiro?”

O Senhor Leschziner da Chevra Kadisha me telefonou, pois dadas as condições do corpo de Vladimir Herzog não acreditava na versão policial de suicídio. Seu corpo estava muito machucado pela tortura e a pressão dos Sindicatos dos jornalistas e atores, de Dom Paulo e tantos outros que se movimentavam contra o desrespeito aos Direitos Humanos, queria saber como se portar nessa situação tão complicada.

E o que o senhor lhe disse?

Orientei-o para que enterrasse Vladimir no campo santo com todas as honras, mas que fosse rápido para não se tornar um ato político.” (SOBEL, H. depoimento à Alberto Kleinas, em São Paulo, 30/04/2012)

Este depoimento corrobora com outros que apontam a importância do Cardeal neste momento histórico. A orientação para o “tempo” do enterro derivou de uma preocupação particular de Sobel, estava buscando garantir, de alguma forma, a não contaminação do funeral por manifestações contra o regime militar. O próprio rabino assume que ele sofreu grande influência de Dom Paulo para aderir à causa dos direitos humanos e assim enfrentar a oposição da própria Congregação Israelita Paulista (CIP) em participar do Ato Ecumênico na Catedral da Sé no dia 31 de outubro de 1975.

“Ninguém queria se expor. Acabei me expondo juntamente com o cardeal por dois motivos: um porque acreditava na causa e segundo motivo porque acreditava na pessoa do Paulo Evaristo Arns, cuja coragem nunca faltou e para mim ele foi um modelo de líder espiritual, sempre atuante e sempre na linha de frente, é isso.” (SOBEL, H. depoimento à Alberto Kleinas, em 12/02/2012)

Henry Sobel vacilou num primeiro momento frente às pressões que sofria para não expor a coletividade judaica frente a este caso flagrante de desrespeito e assassinato. Ponderou na orientação pela rapidez: *“Orientei-o para que enterrasse Vladimir no campo santo com todas as honras, mas que fosse rápido para não se tornar um ato político”*, para reduzir a pressão contrária que veio através da Congregação Israelita Paulista.

Ainda assim, Dom Paulo foi confrontado por dois secretários do governo de Paulo Egydio, inquirindo-o sobre o fato de realizar uma missa para um suicida judeu.

“Num de nossos encontros posteriores, o cardeal contou que dois secretários de Estado, do governo Paulo Egydio, o procuraram na véspera do Culto, para dizer-lhe que desistisse, que cancelasse o ato, porque – era o argumento que usavam – um chefe católico não poderia rezar por um suicida. ‘Amanhã eu estarei na Catedral, rezando por Vladimir, porque tenho a plena convicção de que ele não se suicidou’ – foi a resposta.”
(JORDÃO : 1979 : 37)

Em depoimento gravado pela TV Cultura de São Paulo, por ocasião dos trinta anos do assassinato de Vladimir Herzog, Dom Paulo declarou entre muitos acontecimentos:

“Mas que prazer, cinco rabinos ao mesmo tempo na minha casa. Eles disseram: ‘viemos aqui para que o senhor não fizesse o culto pelo jornalista, porque ele não foi assassinado, ele se suicidou’. Ai eu disse: ‘os senhores são rabinos, nós devemos dizer a verdade, aquele que lavou o corpo dele, no momento que ele descobriu os ferimentos e a tortura, avisou aos senhores e até foi ameaçado de morte pelos soldados’. Ai eles disseram: ‘então o senhor sabe tudo? Sei. Então o senhor não desiste? (...) Eu ofereço a Catedral’. O rabino Sobel se levantou, ele era o mais jovem dos cinco e ele disse: ‘Dom Paulo, eu me ofereço de estar lá as três horas e de fazer uma pequena alocução para o povo se o senhor presidir a sessão.’”

(<http://www.youtube.com/watch?v=m4fAKjfWap8>, acesso 18/04/2012, 15:30 horas)

E ainda teve mais, três secretários de Estado, do governo Paulo Egydio, que ameaçaram Dom Paulo:

“Os três disseram: ‘Olha, na Praça da Sé tem 500 policiais, e, se alguém gritar, Abaixo a Ditadura, eles tem direito de atirar’. Ai eu disse: ‘Nós temos em cada janela um jornalista, ou em cada janela dois ou três fotógrafos, que estão ai para fotografar de onde sai o tiro’. Daí então, eles não sabiam mais o que responder, porque o Paulo Egydio tinha dado a ordem de atirar e eu nunca iria pedir que alguém gritasse essas coisas assim que rezassem comigo.”

(<http://www.youtube.com/watch?v=m4fAKjfWap8> acesso 18/04/2012, 15:30 horas)

A pressa, o medo, o clima pesado que pairava no ar do cemitério naquele momento, só eram cortados pela presença dos amigos, dos jornalistas, do Cardeal, da viúva e dos filhos. Estes, com coragem enfrentaram e deram um basta a mentira. Conquistaram um lugar de honra para Vlado no cemitério. Não o muro como local de descanso, mas um lugar digno para um homem ético e lutador.

A diferença que fez este local, e não o muro, foi significativa. O suicida perante o judaísmo é um pária, desprovido de qualquer honra ou consideração. Esta pecha que o DOI-CODI e o 2º. Exército lhe quiseram impingir não foi aceita pelos seus pares e que reverberou dentro da coletividade judaica. Seus amigos Gabriel Bolaffi, Anna Verônica Mautner, Sylvio Band, entre outros, garantiram com sua tenacidade e apoio externo do sindicato dos jornalistas e da própria Cúria Metropolitana, na figura de Dom Paulo Evaristo Arns, um lugar condizente com seu sofrimento pessoal e sua dignidade em vida.

Sobel afirmou o clima tenso que vivia antes do Ato Ecumênico.

“Não havia nenhum seguro muito pelo contrário eu fui na Catedral da Sé e participei do movimento de esclarecimento da opinião pública sem aval nenhum, nem da congregação nem da comunidade. Fui até aconselhado, não quero mencionar nomes, de ir para Brasília e avisar a Embaixada Americana por ser americano de cidadania e avisar casa houver um perigo o governo americano deveria assumir a responsabilidade. Então houve da parte da comunidade uma lástima de omissão que me doeu até hoje.”(SOBEL, H. depoimento à Alberto Kleinas, em São Paulo, 12/02/2012)

Relatou também das pessoas da comunidade judaica que o apoiaram:

“Quando do evento na Catedral da Sé, que ocorreu após o enterro do Vlado, quem de figuras judias o estavam acompanhando?”

HS: Ninguém representativo da comunidade judaica, amigos meus judeus foram lá junto comigo conscientes das repercussões em potencial do caso. Mas eles foram comigo, repito, na qualidade de judeus e não na qualidade de representantes da comunidade judaica.

Quem?

HS: Marcos Furer e um jornalista judeu de origem italiana, Alessandro Porro. Ele veio aqui e se convidou a me acompanhar até a Catedral. E Samuel Schwartz (...) É difícil lembrar quem mais (...)

O Senhor declarou em outras oportunidades que o assassinato do Vlado foi um ponto de inflexão extremamente importante para a luta pela democracia neste país.

HS: Verdade. (assentiu com a cabeça) Quando recebi uma comunicação da direção da congregação de que você deve se conscientizar que você vai a próprio risco e não contar com o apoio da CIP, aí eu resolvi ir para Brasília e contar a história para o embaixador. (John Hugh Cummins – Embaixador, 1973-78). Não me lembro do nome dele.

AK: E o posicionamento dele foi de garantir de alguma forma uma assistência da embaixada?

HS: Ele me conscientizou da gravidade da situação, mas me deixou muito a vontade em aceitar o convite ou não aceitar o convite. Fiquei realmente à vontade. Voltei e aceitei o desafio.

AK: O Senhor se sentiu respaldado de certa forma pelo embaixador, ele deu um suporte?

HS: Indiretamente, não houve nada evidente naquela época era tudo muito sutil. Ninguém queria se expor. Acabei me expondo juntamente com o cardeal por dois motivos: um porque acreditava na causa e segundo motivo porque acreditava na pessoa do Paulo Evaristo Arns, cuja coragem nunca faltou e para mim ele foi um modelo de líder espiritual, sempre atuante e sempre na linha de frente, é isso”. (SOBEL, H. depoimento à Alberto Kleinas, em São Paulo, 12/02/2012)

Mindlin foi para Sobel um grande apoio, por sua postura e coerência aliada a sua proeminência como empresário e secretário de estado. Mindlin nunca foi religioso, mas sempre fora muito respeitado pela comunidade judaica paulistana.

A versão do rabino é parcialmente contestada por Sylvio Band e corroborada por Anna Verônica Mautner.

“Fomos eu (Sylvio Band), Gabriel Bolaffi, já falecido infelizmente, e Anna Verônica Mautner conversar com o rabino sobre o ato na Catedral. Queríamos garantir a sua presença. Em dado momento, Anna Verônica Mautner o pegou pelo colarinho e disse: Seja homem e cumpra o prometido!”. (BAND, S. depoimento a Alberto Kleinas em São Paulo, 30/04/2012)

Muitas são as lacunas ainda não esclarecidas deste episódio, mas descobrimos algo óbvio, seus pares, jornalistas foram fundamentais para tal constrangimento do regime militar e, conseguiram isto graças à tomada do sindicato meses antes (abril de 1975) pela chapa encabeçada por Audálio Dantas e apoiada pelo PCB.

“A reação dos jornalistas por Audálio Dantas em 25/10/2000

O papel do Sindicato dos Jornalistas

O papel desempenhado pelo Sindicato dos Jornalistas de São Paulo na denúncia do assassinato de Vladimir Herzog ainda não foi devidamente avaliado. Se o sacrifício de Vlado foi, sem sombra de dúvida, o ponto de partida para o desmonte do aparelho de repressão armado pela ultradireita, que lutava pela hegemonia na ditadura militar, a atuação do Sindicato no episódio marcou o momento em que se abriu espaço para o crescimento da resistência da sociedade civil ao regime instalado no país com o golpe de 64.” (DANTAS, A.

<http://www.vladimirherzog.org/vlado/index/depoimentos>, acesso em 30/04/2012, 10:00 horas)

O próprio Ato Ecumênico marcado para a Catedral da Sé foi uma resposta do Sindicato ao momento político com o apoio do Cardeal.

“A realização do culto ecumênico em memória de Vlado, com a participação de mais de 8 mil pessoas, no dia 31 de outubro de 1975, na Catedral de São Paulo, foi a maior manifestação pública desde a decretação do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 68. Isso apesar do clima de ameaças, do verdadeiro cerco estabelecido com a chamada Operação Gutemberg, comandada pelo então secretário de Segurança, cel. Erasmo Dias, que mandou instalar mais de 380 barreiras nos principais pontos de acesso ao centro da cidade.”(DANTAS, A. <http://www.vladimirherzog.org/vlado/index/depoimentos>, acesso em 30/04/2012, 10:00 horas)

Revestiu-se de todo um simbolismo religioso para uma manifestação claramente política de contestação ao regime militar e a sua política de eliminação física da esquerda representada pelo PCB.

“Naqueles dias de outubro, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo era a principal trincheira, uma referência para a sociedade civil na luta contra a repressão. O processo que levaria à denúncia do assassinato de Vlado, contudo, começara meses antes, com a vitória da oposição nas eleições para a diretoria do Sindicato, em abril. Os sindicatos eram mantidos sob estrito controle pela ditadura, mas o dos jornalistas começou a falar, a levantar questões proibidas, como a censura, a política salarial e outras. Em julho, dois meses depois de sua posse, a diretoria já era convocada ao Comando do II Exército para explicar uma nota distribuída à imprensa em que contestava acusações de que as redações estavam “dominadas” pelos comunistas.” (DANTAS, A. <http://www.vladimirherzog.org/vlado/index/depoimentos>, acesso em 30/04/2012, 10:00 horas)

O Sindicato dos Jornalistas agiu construindo um ambiente de trincheira de proteção aos seus pares coagidos e presos pelo governo e com campanhas de esclarecimento ao público acerca da propaganda governamental e da extrema direita de que os jornais e noticiários estavam “tomados” por agentes do PCB. Audálio Dantas corrobora com a análise de que esta atuação do sindicato possibilitou a criação de um novo ambiente contestatório nas redações livres da censura e que culminou com a redemocratização do país.

“A ação repressiva dos militares que se opunham ao projeto de abertura política ensaiado pelo general Ernesto Geisel, que ocupava a Presidência da República, vinha num crescendo desde o final de setembro, quando se iniciou a série de prisões e seqüestros que culminaria com a morte de Herzog, no DOI-CODI do II Exército, no dia 25 de outubro. Era a Operação Jacarta, inspirada num massacre ocorrido dez anos antes na Indonésia.

Quando a operação Jacarta, comandada pelos militares da ultradireita alcançou o primeiro jornalista (Sérgio Gomes da Silva, no dia 5 de outubro), sua prisão foi denunciada em nota distribuída pelo Sindicato, tornando público um assunto que, na maioria das vezes, ficava restrito às famílias e aos amigos das vítimas da repressão.

Daí em diante, a cada prisão (antes de Vlado foram presos 10 jornalistas) um novo comunicado era distribuído. Várias vezes convocada à presença dos militares, a diretoria do sindicato era advertida de que as denúncias que fazia poderiam levar ao enquadramento na Lei de Segurança Nacional.

Não é exagero dizer que a reação dos jornalistas, conduzida pelo sindicato, frustrou um golpe que vinha sendo preparado havia tempo pelos militares da chamada linha dura.” (DANTAS, A. <http://www.vladimirherzog.org/vlado/index/depoimentos>, acesso em 30/04/2012, 10:00 horas)

A denúncia da farsa do atestado de óbito de Herzog foi o mote principal da ação do sindicatos dos jornalistas. A conquista junto à Sociedade Cemitério Israelita, com a ação dos amigos de Vladimir e apoio explícito do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, construiu a bandeira do assassinato.

“No caso Herzog, a versão de suicídio apresentada pelo comando do II Exército não foi aceita em momento algum pelos jornalistas. Tratava-se de mais um caso de assassinato praticado contra opositores do regime, mas não seria, como muitos outros, recebido em silêncio. O corpo de Vlado não seria apenas mais um entregue em caixão lacrado e sepultado sob o peso do silêncio e do medo.

O comunicado que o Sindicato distribuiu no dia seguinte à morte do companheiro foi um grito e uma denúncia. Foi um basta, a expressão da consciência nacional, que não mais suportava a opressão. O documento responsabilizava os militares pela morte, independentemente da circunstância em que ela ocorreria: "Não obstante as informações fornecidas pelo II Exército – dizia o documento – o Sindicato dos Jornalistas deseja notar que, perante a lei, a autoridade é sempre responsável pela integridade física das pessoas que coloca sob sua guarda".

E prosseguia: "O Sindicato dos Jornalistas, que ainda aguarda esclarecimentos necessários e completos, denuncia e reclama das autoridades um fim a essa situação em que jornalistas profissionais, no pleno, claro e público exercício de sua

profissão, cidadãos com trabalho regular e residência conhecida, permanecem sujeitos ao arbítrio de órgãos de segurança, que os levam de suas casas e de seus locais de trabalho, sempre a pretexto de que apenas irão prestar depoimento, e os mantêm presos, incomunicáveis, sem a assistência da família e sem assistência jurídica, por vários dias e até por várias semanas, em flagrante desrespeito à lei". (DANTAS, A. <http://www.vladimirherzog.org/vlado/index/depoimentos>, acesso em 30/04/2012, 10:00 horas)

O comunicado dos jornalistas deixa bem clara esta posição, ou seja, a da inadmissibilidade do suicídio como *causa mortis*, quanto mais pelo fato de que Vladimir Herzog estar sob custódia do Estado, dentro do 2º. Exército. Sua integridade física e moral deveriam obrigatoriamente ser preservados pelos agentes do governo que o detiveram.

"A discussão desse documento, inicialmente no âmbito da diretoria, foi o começo de um formidável movimento que uniria, primeiro, os jornalistas e depois outros setores da sociedade civil. Na condução do processo, o sindicato se abriu à ampla participação da categoria, que, da perplexidade, passou à organização que levaria à mais contundente denúncia até então feita de um crime da ditadura militar.

Esse processo prosseguiria com a discussão ampliada que levaria à elaboração de um documento que desmontaria, ponto por ponto, a farsa do Inquérito Policial-Militar montado pelo II Exército para "apurar as circunstâncias em que ocorreu o suicídio do jornalista Vladimir Herzog". Resumido no manifesto "Em nome da verdade", o documento foi assinado por 1.004 jornalistas de todo o Brasil e distribuído à imprensa em janeiro de 1976. Apenas um jornal, "O Estado de S. Paulo" o publicaria na íntegra, mas como matéria paga. Isso dava a medida do quanto os jornalistas tinham avançado na denúncia dos crimes da ditadura." Audálio Dantas é jornalista. Na época, presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. (DANTAS, A. <http://www.vladimirherzog.org/vlado/index/depoimentos>, acesso em 30/04/2012, 10:00 horas)

O Sindicato dos Artistas também se manifestou publicamente pelo assassinato de Herzog, mas isso hoje só se esclarece com o depoimento de Lélia Abramo acerca de Vladimir:

"A palavra dos artistas por Lélia Abramo em 25/10/2000

Extraído do livro "Vida e Arte"

(...) eu havia entrado, como já foi dito, para o Muse Italiche, grupo italiano de teatro, (...) que não era formado somente por amadores; havia também profissionais já tarimbados que, por

*razões pessoais ou outras, haviam abandonado a Itália após o término da Segunda Guerra Mundial. (...) A proposta apresentada por Athos era a de encenar autores italianos contemporâneos. Como o grupo desejava representar em italiano mesmo, foi escolhido o nome I Guitti (os mambembes ou os saltimbancos, em português). A primeira peça selecionada foi Ispezione (Inspeção), de Ugo Betti, um drama interessante, cujos protagonistas eram Ângelo Valentini e eu, com o nome artístico de Lia Dogliani, sendo o elenco formado também por Pola Astri, Mário Leonardi, Beatriz Romano Tragtemberg (cujo nome artístico era Beatriz Berg), Silvio Bruni, Alberto Bonnini, Ernesto Pettinati, Mário Pirri e **Vlado Erzi** (nome usado pelo jovem Vladimir Herzog, enquanto participou desse nosso grupo de teatro). Estreamos em 6 de agosto de 1956, no Teatro de Cultura Artística. A direção foi elogiada pela crítica, assim como a interpretação dos atores e os cenários de Lívio Abramo. Gostaria de recordar aqui como Vlado Herzog passou a fazer parte da nossa vida.” (ABRAMO, L. <http://www.vladimirherzog.org/vlado/index/depoimentos>, acesso 30/04/2012, 10:00 horas)*

A proximidade de Vladimir Herzog com a família Abramo foi intensa. E se estendeu ao jornalismo, com Claudio e Perseu Abramo e à política, com atuação no antigo PSB, também composto pelos Abramo. Lélia ainda relata da carta de apresentação que redigiu para que Herzog apresentasse ao seu irmão Cláudio, na época diretor de redação do Estado de São Paulo.

“Entreguei a ele um bilhete dirigido ao Cláudio, pedindo que o acolhesse como amigo e que lhe arranjasse algo a fazer no jornal. Em resposta, meu irmão mandou-me um bilhete desaforado dizendo que aceitara Vlado Herzog, não porque eu o tivesse apresentado como meu amigo, mas por ser o jovem muito talentoso, demonstrando aptidão para o trabalho no jornal. Apesar do desaforo do Cláudio, fiquei contentíssima. Esse foi o começo da brilhante carreira do jornalista Vladimir Herzog. Ainda no Estadão, Vlado fez parte da equipe de reportagem que, em 1960, dirigida por Perseu Abramo, fez a cobertura da inauguração de Brasília. Por esse trabalho, a equipe, que incluía outros jovens jornalistas como Luiz Weis, Alexandre Gambirásio e Fernando Pedreira, recebeu o Prêmio Esso de Jornalismo daquele ano (categorias regional e menção honrosa). Muitos anos depois, quando Vlado foi trabalhar na BBC de Londres não se esquecia de me enviar cartões postais, dando notícias suas.” (ABRAMO, L. <http://www.vladimirherzog.org/vlado/index/depoimentos>, acesso 30/04/2012, 10:00 horas)

Ela lamenta a tragédia pessoal de Vladimir, refugiado do nazismo e morto aqui no Brasil “conseguiu sair vivo, para vir morrer no Brasil, assassinado pelos capangas

torturadores da ditadura militar, no dia 25 de outubro de 1975". E lembra da injúria do suicídio que provocou tamanha onda de protestos aqui e no exterior: *"a versão montada pelos órgãos da repressão, tentando caracterizar esse assassinato como suicídio, levantaram uma onda de protestos, liderada pelo Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, com a adesão imediata de todos aqueles que já participavam da luta contra as arbitrariedades do regime. Nessa altura, Vlado trabalhava na TV Cultura e já era um jornalista conhecido internacionalmente. O impacto causado por sua morte repercutiu até no exterior e essa reação contribuiu de maneira importante para apressar o fim da ditadura militar, que se havia iniciado em 1964 (...)"*.

Lélia como muitos artistas, junto ao sindicato liderado por Juca de Oliveira, participaram ativamente das ações de esclarecimento: *"(...) os jornalistas e os atores foram os primeiros a se manifestar, apesar do medo que imperava. Naquela noite – era um sábado – todos os atores comunicaram a seus públicos a morte de Vlado."* Ela esteve presente na cerimônia fúnebre no Cemitério Israelita do Butantã: *"(...) Na segunda-feira, dia do enterro, eu estava gravando na televisão e disse ao Carlos Zara, diretor da novela: "Vou ao enterro e levo cinco atores que queiram ir comigo; portanto não vamos trabalhar hoje." Carlos Zara continuou gravando e nós seis fomos para a cerimônia fúnebre"*. Lélia Abramo era Atriz. (ABRAMO, L. <http://www.vladimirherzog.org/vlado/index/depoimentos>, acesso 30/04/2012, 10:00 horas)

Interessante mostrar esta faceta teatral de Vladimir e sua intimidade na casa da família Abramo. Mas isto explica a intensa movimentação dos artistas de São Paulo e de seu Sindicato, na época presidida por Juca de Oliveira. Explica também a peça *"Ponto de Partida"* de Guarnieri, escrita segundo o autor, em homenagem a Vladimir.

"Sob o impacto da morte de Vlado escrevi "Ponto de Partida". Intuí que aquele momento decisivo para a derrocada do regime militar. Motivado não só pela dor e indignação mas, particularmente, pela urgência de alardear o que se passava conosco, com nosso país e com os melhores de nossa sofrida gente. Amordaçados pela censura, éramos obrigados a descobrir caminhos que nos permitissem a expressão sem colocar em perigo a obra e a nós mesmos. Impedidos de escrever sobre a realidade presente, classifiquei a peça como "fábula", na acepção de narração de coisas imaginárias, ficção. Afirmo ter-me inspirado em uma lenda medieval." Gianfrancesco Guarnieri era ator e dramaturgo.

(<http://www.vladimirherzog.org/vlado/index/depoimentos>, último acesso em 10/07/2012, 10:00 horas)

A realidade se mescla com a ficção e vira peça teatral que combate a ditadura. Vladimir e sua história não podiam ser retratados diretamente, mas metaforicamente marcaram o ambiente artístico do período.

Tampouco a verdade sobre a atuação política de Herzog podia ser totalmente contada, como declara Luis Weis:

“Em 1975, quando Vlado foi morto, tanto quanto a ditadura precisava provar que ele tinha se suicidado, nós outros, seu amigos, colegas e companheiros jornalistas, precisávamos mostrar que os serviços de segurança haviam assassinado um cidadão de bem, pai de família, com endereço certo e sabido e sem vida clandestina — em suma, alguém que nada tinha a temer das autoridades porque nada lhes devia.

Era necessário que os brasileiros compreendessem imediatamente que a versão do suicídio era absurda; portanto, apresentar Vlado como pessoa "normal" equivalia a dizer que em hipótese alguma ele poderia ter se suicidado e que a ditadura matara um cidadão igual aos outros — como se, caso Vlado não fosse um cidadão igual aos outros, o regime pudesse ser absolvido de sua morte, indefeso, numa repartição do Exército.”
(Luis Weis é jornalista. Extraído e adaptado de Vlado — Retrato da Morte de um Homem e de uma Época, Paulo Markun (organizador), Brasiliense, São Paulo, 1985, páginas 36 a 52.)

A batalha pela opinião pública era essencial para o movimento de resistência à ditadura e pela redemocratização do país. Assim, Vladimir teve sua *persona* política excluída dos debates pelos sindicatos, pela Igreja e pelos amigos. Mesmo com as seguidas denúncias de que Vlado seria agente da KGB, do MOSSAD e até do MI6 (serviço secreto britânico). O delírio da extrema direita foi seu principal inimigo. Judeu sobrevivente do nazismo, jornalista conceituado internacionalmente, cineasta, crítico de arte e inocente, segundo a sentença judicial que incrimina o Estado na morte de Vladimir Herzog.

“Mesmo que eventualmente a União Federal tivesse logrado comprovar o suicídio de Vladimir Herzog, o que, em verdade, não conseguiu, ainda teria que provar que não o motivou, por qualquer forma de pressão ou condição física ou psíquica, pois que, ao contrário, não poderia pretender a exclusão de sua responsabilidade civil sob o argumento de concausa.

Pelo mesmo motivo que a União Federal não logrou comprovar o suicídio, também, obviamente, não provou a sua não participação

em tal evento, se ele tiver ocorrido. Assim, que pela teoria da falta anônima de servidor público, quer pela teoria do risco administrativo e considerando-se que a União Federal não provou nos autos a culpa ou dolo exclusivos da vítima, permanece íntegra sua responsabilidade civil pela morte de Vladimir Herzog”. (Sentença do Juiz Marcio José de Moraes 27 de outubro de 1978, IN: JORDÃO : 1979 : 219-220).

A reação da sociedade – sindicatos, Cúria Metropolitana e amigos – bateu na porta violentamente da Congregação Israelita Paulista (CIP) e da Chevrah Kadisha (Sociedade Cemitério Israelita), que não conseguiram se abster e enterra-lo rapidamente como suicida, assim como o fizeram com outros judeus assassinados pela ditadura. A pressão foi sentida pelo representante da CIP, senhor Leschziner, que foi obrigado a abrir o caixão e verificar o corpo de Herzog. A constatação óbvia das torturas mudou o rumo da história recente do Brasil. A primeira demonstração pública de repúdio aos militares. O enterro de Vladimir no centro do cemitério indicava claramente que não se aceitou o fraudulento atestado de óbito.

“Em nossos dias, a literatura Rabínica tende a convergir sobre o ponto de vista que o suicídio não é cometido na maioria das ocorrências por falta de fé e sim por motivos psicopatológicos. Sendo assim, a cerimônia de sepultamento e o luto transcorrem normalmente (em um caso desses, a decisão virá da administração, ouvido um rabino, sendo que não é decisão do Chazan³⁹).”(Associação Cemitério Israelita de São Paulo, Costumes e Explicações, As Cerimônias, <http://www.chevrakadisha.org.br/>, último acesso, 10/08/2012, 10:50 horas)

Sendo assim, com o testemunho do senhor Leschziner, comprovou-se que Vladimir não era um suicida, Vladimir não se matara dado as marcas de tortura evidentes em seu corpo. Sequer tivera tempo de pensar em suicídio, segundo testemunho de seus amigos também presos no DOI-CODI. Vladimir foi morto sob tortura.

Ainda em 2012, o atestado de óbito de Vladimir acusa o descaso e covardia do Estado brasileiro, pois não determina a correta *causa mortis* e nem seus perpetradores⁴⁰. Vlado foi marco na luta pela redemocratização em nosso país e seus filhos e mulher ainda carregam o atestado de suicídio para a sua morte.

³⁹ Chazan: Cantor litúrgico, responsável pelo canto dos salmos durante o enterro.

⁴⁰ A sentença citada acima se refere exclusivamente sobre a responsabilidade da União na morte de Vladimir Herzog.

A Lei da Anistia de 1979 está sendo contestada nas instâncias internacionais por não estabelecer os devidos culpados pela a morte de Vladimir e dentro da coletividade judaica paulistana não há o menor movimento que reveja a ação das instituições comunitárias no seu assassinato. David bem Shinshom, nome hebraico de Vlado, filho de dona Zora e do seu Giga, fugitivos do nazismo na Croácia, refugiados na Itália, radicados no Brasil. “Seu” Giga já estava no cemitério israelita do Butantã quando da morte de seu filho, mas Zora, sua mãe, não consegue ver o caixão com Vlado baixar à sepultura.

Mas quem era Vladimir Herzog?

3.1 QUEM FOI VLADO?

“Vlado começou sua carreira de jornalista em 1959 como repórter de O Estado de S. Paulo, logo depois de se formar em Filosofia na Universidade de São Paulo. Ali ficou até 1965, tendo sido um dos repórteres destacados para a equipe pioneira que foi instalar a sucursal do Estado em Brasília, nos primeiros meses de vida da nova Capital. Exerceu também as funções de redator e, interinamente, de chefe de reportagem do jornal.

Na televisão, ele entrou em 1963, acumulando com o trabalho de jornal, como redator e secretário do "Show de Notícias", o telejornal diário do antigo Canal 9 de São Paulo, TV-Excelsior. Essa experiência, que o colocou em contato, pela primeira vez com o telejornalismo, foi a base para o passo seguinte de sua carreira. Em 1965, Vlado foi para Londres, contratado pelo Serviço Brasileiro da BBC, como produtor e locutor, prestando colaboração também ao Departamento de Cinema e TV do Central Office of Information, órgão do Foreign Office, na produção e apresentação de programas sobre a Inglaterra, para a televisão brasileira.

Foi ainda durante sua estada em Londres - onde nasceram seus dois filhos, Ivo, de 9 anos, e André, de 7 - que Vlado aprimorou seus conhecimentos de televisão e cinema, cursando, como bolsista indicado pela Secretaria da Educação de São Paulo, o Film and Television Course for Overseas Students, no Centro de Televisão da BBC. O curso (e o estágio de três meses em vários departamentos da BBC-TV) foram (...) logo antes de sua volta ao Brasil, em 1968, mas não para a televisão diretamente. Vlado foi trabalhar na revista Visão, onde ficou durante 5 anos, como editor cultural.

“Desse período de convivência diária - disse o colega que escreveu sua biografia no último número da revista - o mínimo que se poderia dizer do amigo Vlado é de sua integridade e honestidade profissional, traduzindo o rigor com que encarava o trabalho de jornalista: informar e discutir a sua época. Nisso ele era intransigente”.

Essa intransigência não era só com os colegas ou eventuais colaboradores de sua editoria. O rigor e o zelo profissional que exigia dos outros, Vlado tinha também no seu próprio trabalho: em 1971, quando o ministro da Educação, Jarbas Passarinho, ironizava dizendo que "antes, qualquer prefeito se satisfazia com um chafariz novo na praça; agora, todos querem uma TV-educativa", Vlado fez uma matéria de capa para a revista Visão - o estudo jornalístico mais completo que se fez até hoje sobre o problema no Brasil. Levou quatro meses esmiuçando livros, acompanhando experiências em vários Estados, assistindo TV toda noite, fazendo entrevistas e, finalmente, escrevendo a matéria.

A mesma seriedade profissional ele levou para a TV-Cultura em 1972, quando foi chamado para secretariar o recém-lançado telejornal "Hora da Notícia" e, ainda, para a Fundação Armando Álvares Penteado, onde deu aulas de telejornalismo na mesma época, e para a Escola de Comunicações e Artes da USP, onde era professor desde o último semestre.

Na TV-Cultura, para onde tinha retornado em setembro, agora como diretor do Departamento de Telejornalismo, Vlado anteviu, finalmente,

a possibilidade de comandar um trabalho dentro do conceito que tinha da grande responsabilidade social do jornalismo na TV. Não lhe deram tempo.” (<http://www.vladimirherzog.org/vlado/index/biografia>, último acesso, 10/08/2012, 10:00 horas)

Esta biografia está publicada na página eletrônica do Instituto Vladimir Herzog e retrata o profissional qualificado e inovador. Porém, falta o Vladimir homem, militante, inquieto, indignado, utópico, que seus amigos conheciam.

Para tanto, partimos a campo para entrevistar aqueles que o conhecera como militante do PCB, como Sergio Gomes, Alberto Goldman, João Guilherme Vargas Neto, Audálio Dantas, Luis Weis, entre outros que recuperaram pedaços desse quebra-cabeça fraturado e escanteado da memória nacional.

Segundo sua viúva:

“O Vlado entrou no PC cerca de um ano e pouco antes de ser assassinado. Sempre foi muito crítico ao PC – entrou porque, segundo ele, havia apenas duas forças para combater a ditadura – a igreja católica e o PC. Como ele era judeu, a opção foi o PC. Nunca militou em nenhuma organização de esquerda ou direita, o Vlado não era um ser partidário, mas um homem que defendia e necessitava respirar a democracia, um intelectual e não um político.” (Resposta por email em 25/06/2012)

Sua amiga Anna Verônica Mautner declarou que Vladimir era um amigo e militavam juntos no antigo PSB.

“Você sabe se o Vladimir teve alguma atuação na comunidade judaica, como a Casa do Povo? Acredito que não. Não era a nossa praia, nós atuávamos no antigo PSB, junto com o velho Sacchetta, do Febus Gikovate, dos Abramo, do Mauricio Tragtenberg...” (MAUTNER, A.V. depoimento à Alberto Kleinas em 30/04/2012).

João Guilherme Vargas Neto confirma e adianta que Herzog foi um militante intelectual que jamais imaginou que fosse ser preso, quanto mais morto pela ditadura militar. (VARGAS NETO, J. G., depoimento à Alberto Kleinas em São Paulo, 15/05/2012)

O ex-governador Alberto Goldman nunca teve contato pessoal com Vladimir e compareceu ao enterro e foi voz solitária na Assembléia Legislativa no protesto pela morte de Herzog. Assumiu que naquele momento político não dormia em sua casa e mudava de pousada constantemente. Isto apesar de ser um deputado estadual e líder da

oposição – que era maioria – na Assembléia Legislativa e de toda a visibilidade que adquiriria com esta condição. O que sabia de Vlado era que tinha um excelente Currículo profissional que o qualificara a assumir a chefia de jornalismo da TV Cultura.

Seu amigo Luis Weis recoloca a *persona* política de Vladimir Herzog:

“Com isso, virtualmente excluiu-se da persona pública de Vlado uma dimensão fundamental: a política. Pois Vlado fazia política e tinha consciência do que fazia. Fazia política como jornalista e no jornalismo. Como homem de esquerda, possuía em 1975 mais dúvidas ideológicas do que seriam capazes de conceber os seus algozes. No entanto, possuía também algumas convicções límpidas — sendo a principal delas a de que, como jornalista, seu teatro de operações se localizava no território da informação.

Para ele, lutar contra a ditadura significava opor às mentiras fabricadas pelos aparelhos de propaganda do regime a verdade dos fatos — e das idéias —, de modo que alcançassem o maior número de pessoas. Isso trazia embutido, e ele não o ignorava, um critério predominantemente político na escolha e na maneira de tratar o material jornalístico.

Àquela altura de sua vida, num país submetido pela força, Vlado não cultivava ilusões sobre a "neutralidade" do jornalismo; tampouco se sentia tentado a buscar refúgio e consolo na técnica da profissão. Ele não trapaceava com a verdade nem subestimava a importância dos cuidados com a aparência da profissão. Mas a "isenção" do jornalista e o apreço à forma pela forma, Vlado os percebia, naquelas circunstâncias precisas, como desserviço ao país e à busca da liberdade.

Já em 1971, como editor cultural da revista Visão, havia realizado com Zuenir Ventura a reportagem de capa "O que é que há com a cultura brasileira", a mais circunstanciada exposição da miséria a que a supressão da liberdade havia reduzido a arte e o pensamento do país. Na mesma época, sob o seu estímulo entusiasmado, fizemos a quatro mãos a primeira reportagem reveladora do programa de alfabetização do regime, o Mobral. Depois, na TV Cultura, sua atuação política se exprimia na preocupação de abrir espaço à presença do povo nos noticiários.

Outra convicção de Vlado era a de que a resistência democrática seria inócua se ato solitário, mera objeção de consciência. E que não poderia ser excludente, confinando-se a essa ou aquela família política. Por temperamento, formação e experiência, desacreditava das verdades dogmáticas. E aprendera que seria impossível mudar as coisas sem fazer concessões.

Vlado se fez homem de esquerda já homem feito. Foi um percurso demorado e pessoal que o levou a crer no socialismo numa fase da vida em que muitos socialistas já começavam a descrer. Colegas de escola, ele possivelmente se entediava com a minha insistência em falar de política. Além disso, o Vlado de 16, 17

anos, magro, orelhas de abano, olhos tímidos mas inteligentes, não concordava que as injustiças sociais e o atraso do Brasil fossem consequência da "espoliação internacional". Bobagem, ele dizia, o Brasil é o que é por causa da corrupção dos governos.

Cinema, literatura, música e, em especial, teatro — disso é que ele realmente gostava. Vlado gostava de falar de arte e cultura com o nosso professor de filosofia no Colégio Estadual de São Paulo Mário Leônidas Casanova, jornalista ele próprio, nos levou (e a mais dois colegas, Alexandre Gambirasio e José Chasin) ao chefe de reportagem de O Estado de S.Paulo, Perseu Abramo. Depois de duas semanas de experiência, fomos chamados para trabalhar na reportagem geral do jornal, em abril de 1959.

Vlado, já primeiroanista de filosofia, queria era escrever reportagens na seção de artes e artigos no Suplemento Literário do Estado. Em menos tempo do que faria supor o seu temperamento retraído, fez-se amigo dos maiores nomes do jornal na área de cultura, Décio de Almeida Prado, Sábado Magaldi e Delmiro Gonçalves — todos, não por acaso, ligados ao teatro. Mas, ainda que viesse a colaborar na "página de arte" e no suplemento, continuaria repórter de assuntos gerais.

O Estado era, então, algo único na imprensa paulista: um centro de política, cultura e inteligência. Nesse ambiente, nem sequer o mais verde repórter podia manter-se alheio ao cheiro político que ali se respirava. Ainda assim, Vlado continuava a manter com a política uma relação distante. Mas, no dia 1º de janeiro de 1959, tomando batida de maracujá e comendo camarão frito numa praia em Ubatuba, Vlado não ficaria menos emocionado do que os seus amigos "politizados", ao ouvir no rádio que Fidel acabara de entrar em Havana.

Em abril de 1960, Vlado fazia parte da equipe destacada para cobrir a inauguração de Brasília, sob o comando de Perseu Abramo. E foi em Brasília, na excitação do novo e na embriaguez da esperança, em meio à poeira vermelha levantada pelos caminhões de candangos, que Vlado Herzog, iugoslavo de nascimento e italiano de coração, começou a virar brasileiro — e a atentar para os políticos com quem esbarrávamos a toda hora. Atentava também para o confronto das forças que se preparavam para disputar a presidência nas eleições de outubro daquele ano, de um lado, com o marechal Henrique Lott, pelo PSD-PTB, de outro, com o ex-governador Jânio Quadros, pela UDN. Mas o extremo rigor crítico de sua personalidade não lhe permitia tomar partido com a paixão ainda juvenil de muitos de seus colegas.

O esquerdismo de fachada dos políticos do PTB irritava-o não menos do que furor lacerdista dos conservadores. Via em Jânio um demagogo de ameaçadoras feições fascistas, mas lhe era difícil aceitar a trôpega sintaxe de boa parte da esquerda de então — e, mais ainda, acreditar que Lott estivesse preparado

para fazer as reformas sociais que ele, Vlado, por espírito compassivo, achava inadiáveis. A compaixão, a capacidade de indignar-se e o rigor de seus julgamentos o acompanhariam até a morte.

Mas nesse mesmo ano de 1960 um acontecimento faria estalar para sempre o ceticismo com que Vlado se punha perante o mundo: a vinda ao Brasil do pensador francês Jean-Paul Sartre, que já estivera em Cuba e dali sairia ardoroso defensor da revolução. Como repórter e estudante, Vlado acompanhou todos os eventos da estada de Sartre — e, ao ouvi-lo falar, com exuberância, precisão e paixão, descobriu o engajamento.

Não que tivesse ido filiar-se ao partido de esquerda mais próximo. O que fez foi aproximar-se dos movimentos culturais voltados para o Brasil real: o teatro de Augusto Boal, Gianfrancesco Guarnieri e Oduvaldo Viana Filho, o cinema novo de Nelson Pereira dos Santos. Fazer cinema, e cinema documental, tinha se tornado a sua principal aspiração. Descobrira e se apaixonara pelos documentários da chamada Escola de Santa Fé, na Argentina, dirigida por Fernando Birri, especialmente por Tire Die, o filme sobre as crianças das favelas que corriam atrás dos trens pedindo aos passageiros que lhes atirassem 10 centavos. Por aí se vê a que temas — e a que fração da humanidade — Vlado se ligara.

O golpe de 64 tornou irrespirável para ele o ar do Brasil. Recém-casado com Clarice Ribeiro Chaves, obteve em 1965 um emprego no Serviço Brasileiro da BBC, em Londres, onde já trabalhavam dois outros ex-colegas do Estado, Fernando Pacheco Jordão e Nemércio Nogueira. Ali, Vlado completaria o seu amadurecimento profissional, político e cultural; por influência de Jordão, transferiu seu interesse imediato do cinema documental para a TV. No começo, ele ainda tentava deixar o futuro pessoal entre parênteses. Mas, em fins de 1968, resolveu o dilema íntimo do qual não pudera se furtar — que fazer da vida? — e voltou ao Brasil.

Naquele terrível começo da década de 70, ele mais de uma vez se confessaria arrependido da decisão. O Brasil da tortura e do "milagre" cobrava de Vlado, no dia-a-dia, um preço que nem sempre ele tinha como pagar. Ainda assim, o Vlado daqueles anos era um temperamento que em nada lembrava o moço tímido, ar de judeuzinho perseguido, que tinha sido meu colega de colégio. Dizia que "não devemos ter medo das próprias emoções" — e com certeza não as temia. Temia, isso sim, como falava, que "de tanto ficar no meio da merda a gente se acostume com seu cheiro".

Ele, pelo menos, nunca se acostumou. Aproximou-se do Partido Comunista para vacinar-se contra a solidão política. Embora eventualmente simpatizasse com pessoas que haviam escolhido a luta armada, não se identificava nem com os meios nem com os propósitos de mais longe alcance dos movimentos a que pertenciam. Vlado via no PCB a alternativa política mais

adequada para o momento — e o momento, entendia ele, exigia manter vivas e integrar as organizações da sociedade ao esforço pela reconquista da liberdade.

As vitórias da oposição na eleição de 1974 pareciam acelerar a distensão proposta pela ala moderada do regime. E, embora já estivesse em curso o novo e brutal ciclo repressivo desencadeado pela linha-dura, dessa vez contra o "Partidão", Vlado aceitou com otimismo o convite para dirigir o jornalismo da TV Cultura. Ele não acreditava no retrocesso — e não poderia imaginar que o retrocesso só seria detido com a sua morte.

Morto Vlado, tentaram pintar Vlado ora como agente da KGB, que teria se suicidado para prestar um derradeiro serviço à causa comunista, ora como uma figura inexpressiva, que se matara por alguma misteriosa "razão íntima". Vlado, obviamente, não era uma coisa nem outra, mas uma daquelas pessoas que as ditaduras jamais conseguem dobrar. Sua coragem diante dos algozes não se provinha de alguma ideologia granítica. O que lhe deu alento até para insultar seus torturadores, já no limite do martírio, era a força do livre espírito humano. Por isso, Vlado Herzog era um subversivo." (Luiz Weis é jornalista. Extraído e adaptado de Vlado — Retrato da Morte de um Homem e de uma Época, Paulo Markun (organizador), Brasiliense, São Paulo, 1985, páginas 36 a 52.)

Sergio Gomes era mais próximo de Herzog e qualificou-o não apenas como intelectual, ou excelente profissional, mas como ético, solidário e militante. Esta militância inscrevia-se dentro da legalidade, ele era um profissional ligado a direção da TV Estatal, tinha mulher, filhos, residência fixa. Assim ele se apresentou para esclarecimentos na sede do 2º. Exército, no DOI-CODI, na rua Tutóia, em São Paulo, no dia 24 de outubro de 1975 e lá foi assassinado em 25 de outubro do mesmo ano.

Herzog foi um homem com convicções políticas e sociais bem definidas. Sua opção de militância na resistência democrática através do PCB demonstra uma perspectiva progressista, como atestam os depoimentos, além de uma proximidade com a história de adesão judaica a militância comunista.

3.1.2 A ORGANIZAÇÃO DO PCB NA COMUNIDADE JUDAICA PAULISTANA

A presença de militantes e quadros do Partido Comunista no meio judaico paulistano é anterior a fundação do PCB, como o *Tzukunft* (O Futuro), antecessor do conhecido *Jugund Club* (Clube da Juventude), organizado na década de 1920 e oficialmente fundado em 1928. Com as leis do Estado Novo proibindo associações estrangeiras em solo brasileiro, o *Jugund Club* mudou seu nome e Estatuto Social, sendo então chamado de Centro de Cultura e Progresso.

“Situado à rua (...), no bairro do Bom Retiro, o Centro de Cultura e Progresso era associação antes denominada Jugund Club, que, segundo o relatório da polícia de março de 1948, era a sociedade suspeita de reunir o maior número de simpatizantes do comunismo judaico e São Paulo. Quase todos os membros dessa sociedade passaram a pertencer ao Centro de Cultura e Progresso. Os associados eram de origem judaica e quase todos eram poloneses, segundo relatório já citado. Esse prontuário contém listas nominiais dos membros do Centro que, segundo pudemos constatar, relacionam cerca de quinhentos nomes(...).”
(WIAZOVSKI : 2001 : 116)

A chamada Fração Comunista terá atuação organizada até no Círculo Israelita, clube patrocinado pelas famílias abastadas da comunidade judaica paulistana, assim como registra o prontuário de Alexandre Podanovsky (Prontuário 20 – DEOPS/SP, DAESP):

“(...) Lembramos aqui um grifo na expressão círculo israelita detectada no prontuário de Alexandre Podanovsky, acusado de atividades comunistas (...).” (WIAZOVSKI : 2001 : 39)

A atuação comunista judaica se dava de duas formas, nas instituições judaicas e diretamente no PCB através do Setor Judaico do PCB. A atuação direta no partido rendeu cargos de direção, inclusive no Comitê Central, e após a campanha de 1945, um membro da bancada comunista no Congresso Constituinte era de origem judaica, Mauricio Grabois e na década de 1990 um judeu ocupou o cargo de secretário geral, Salomão Malina.

A atuação judaica também era importante no Socorro Vermelho, através da Brazcor, o Socorro Vermelho judaico. Ele funcionou o tempo todo de forma clandestina e obteve fundos dos membros da coletividade judaica paulistana, simpatizantes, militantes e quadros do PCB.

“A polícia, atenta à ideia de um complô judaico-comunista de âmbito internacional, chegou a detectar um setor israelita do Partido Comunista ao aferir as contribuições efetuadas por seus sócios. De acordo com os balancetes apreendidos pela polícia em 1941 e que foram esclarecidos através do depoimento do indiciado Mario Barbati, a revelação era de que ‘quanto às iniciais ‘S.I.S’, informa tratar-se do setor israelita, que contribuía mensalmente para os cofres do Partido’”. (WIAZOVSKI : 2001 : 34)

A divisão de atuação entre a “rua judaica” e a “rua brasileira” era muito tênue entre os militantes e simpatizantes comunistas judeus. Muitos atuavam em ambas as frentes sendo que os mais engajados atuavam preferencialmente no Partido. Aqueles que, como José Sendacz, atuavam prioritariamente no âmbito da comunidade judaica, o faziam por medo da ameaça de deportação. Esta ameaça era real desde o início do século XX com a legislação sobre os estrangeiros residentes no país. O caso de Hersh Schechter é exemplar. Conhecido pela polícia política como “Fala Fina”, era militante comunista ativo dentro e fora da comunidade judaica. Quando de sua prisão, forjou-se uma certidão de nascimento brasileira para sua esposa, Felícia Itkis Schechter, afim de impedir sua deportação, sendo este casado com “brasileira” e tendo filhos brasileiros.

O mito do complô judaico-comunista continua na década de 1970, segundo o depoimento de João Guilherme Vargas Neto, este imaginário criou a chamada “Super Célula”, ou seja, composta dos mais capazes comunistas, idealizadores, organizadores e quadros do PCB. Na realidade, esta teoria persecutória alimentava a sanha de brutalidade com a qual o Partido foi atacado e desorganizado nos anos Geisel.

Vlado compunha uma célula de professores, jornalistas, artistas e demais intelectuais que se somaram ao Partido Comunista na resistência à Ditadura Militar. Foram atacados com base nesta teoria da “Super Célula”, pois com a conjuntura internacional mostrando as quedas das ditaduras na Grécia e Portugal, perceberam a emergência de fortes Partidos Comunistas altamente organizados nas sociedades liberadas.

Nada mais lógico do que atacar o que seria a fonte de financiamento do Partido Comunista. Aqueles que viviam legalmente e contribuía de alguma maneira com o partido se tornaram alvo do Regime.

Assim aconteceu com a prisão dos responsáveis pelas gráficas do partido no final de janeiro de 1975. Muitos judeus como José e Geni Serber, Marcos e Marta

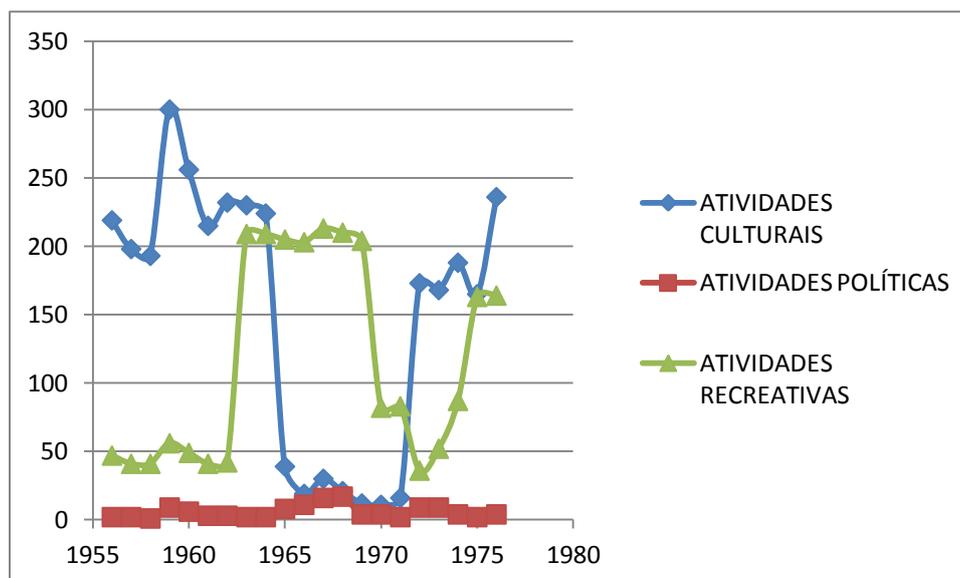
Grosbaum, que também eram membros da diretoria do “*Ginásio Israelita Brasileiro Scholem Aleichem*”. A partir desta “*queda*”, desarticulou-se o setor judaico do PCB. Preservou-se aqueles que mantinham algum cargo de diretoria nas instituições da comunidade, mas sob intensa vigilância, que impedia qualquer atividade suspeita.

Mesmo assim a Casa do Povo continuou funcionando. E como demonstra o gráfico abaixo podemos perceber o aumento das atividades culturais e recreativas em detrimento das atividades políticas.

ANO	ATIVIDADES CULTURAIS	ATIVIDADES POLÍTICAS	ATIVIDADES RECREATIVAS
1956	219	2	47
1957	198	2	41
1958	193	1	41
1959	300	9	56
1960	256	6	49
1961	215	3	41
1962	232	3	42
1963	230	2	209
1964	224	2	209
1965	39	8	205
1966	19	11	203
1967	30	16	213
1968	21	17	210
1969	12	4	204
1970	11	4	82
1971	16	2	83
1972	173	9	36
1973	168	9	52
1974	188	4	87
1975	165	2	163
1976	236	4	164

(KLEINAS, A. : 1997 : 18) A Casa do Povo: trajetória de uma Esquerda Judaica Paulistana.⁴¹

⁴¹ Trabalho de conclusão do curso de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.



(KLEINAS, A. : 1997 : 19)

Segundo estes quadros, as atividades políticas tem um decréscimo nos episódios de maior repressão política. Mesmo assim, as atividades recreativas e culturais tem um aumento. Isto se explica pelo fato de a Casa do Povo ser um dos poucos espaços que restaram para a atividade social e cultural judaica de esquerda na cidade de São Paulo. As atividades recreativas e culturais também se revestiam de um caráter, pelo menos, de sociabilidade política.

3.2 QUEM FOI MINDLIN?

José E. Mindlin nasceu em São Paulo em 1914. Filho de um dentista judeu natural de Odessa, Rússia, herdou a paixão paterna pela cultura. Não teve uma educação religiosa judaica, não tendo nem feito seu Bar Mitzvá (rito de maioridade religiosa feito pelos meninos ao completarem 13 anos). Formou-se em direito pela Faculdade do Largo de São Francisco (USP) e fez cursos de extensão na Universidade de Columbia. Aos 32 anos, financiado por um empresário, conseguiu um sócio e fundou a livraria Parthenon, em São Paulo, especializada em livros raros. A guerra havia acabado há um ano e famílias europeias descapitalizadas se desfaziam de seu patrimônio artístico e literário. Foi assim que Mindlin trouxe para o Brasil muitas raridades que colocou à venda na Parthenon, sempre avisando o comprador que poderia procurá-lo no futuro, caso quisesse se desfazer do livro. O conflito entre vendedor e colecionador cresceu com o

tempo. Mindlin não resistiu e foi atrás de todas as obras raras vendidas, recomprando-as para sua biblioteca particular quando virou empresário.

Como empresário, que transformou a Metal Leve de uma pequena fábrica de pistões, nos anos 1950, numa empresa gigantesca do setor de autopeças, Mindlin buscou o ideal de uma gestão democrática em que os operários pudessem ter voz ativa nas discussões sobre seu destino. Com a globalização, a Metal Leve não sobreviveu ao assédio do capital estrangeiro e, em 1996, foi comprada por sua maior concorrente, a alemã Mahle. O empresário, então com 82 anos, mais da metade dedicados a Metal Leve, não se aposentou, participando dos conselhos de administração de grupos - O Estado de S. Paulo, entre eles - ou de instituições como a Sociedade de Cultura Artística, da qual seu pai foi um dos fundadores.

Mindlin foi um dos articuladores da Fundação Vitae, que concedia bolsas para a realização de projetos culturais, ele publicou livros de grandes amigos poetas, como Carlos Drummond de Andrade, e artistas visuais como a gravadora Renina Katz.

Quando secretário de Cultura do governo Paulo Egydio Martins, fora responsável pela contratação de Vladimir Herzog para a direção de jornalismo da TV Cultura, da Fundação Padre Anchieta. Sua conduta ética, que remonta desde os idos de sua experiência como jornalista nas redações do Estado de São Paulo, quando burlava a censura Vargas dos anos 30, repetiu-se novamente quando entregou sua demissão para o governador após o assassinato de Herzog. Esta não se consumou imediatamente, posto a oposição e argumentação do então governador, que o fez esperar até que a situação política permitisse. Ele argumentou que o assassinato do jornalista era uma forma de atingi-lo e ao presidente Geisel, que postulavam uma distensão política. No seu depoimento a Geneton Moraes Neto, no programa Dossiê Globo News, afirmou que Herzog foi assassinado e o suicídio foi maquiado.

“Segundo Egydio, que foi governador nomeado pela ditadura entre 1975 e 1979, o pano de fundo da morte do jornalista era a briga entre as duas facções de militares: a Linha Dura, da qual os principais artífices eram os generais Emílio Garrastazu Médici e Silvío Frota, entre outros, e a Linha Branda, que tinha como artífices o então presidente Gal. Ernesto Geisel e seu chefe

da Casa Civil, o também general Golbery do Couto e Silva".⁴²
(CARTA CAPITAL : 04 de junho de 2012)

3.2.1 O LIBERAL NUMA COMUNIDADE JUDAICA QUIETISTA

Sua atuação por ocasião da morte de Vladimir Herzog foi firme. Afirmou contundentemente que Vlado havia sido morto nas dependências do DOI-CODI. Assim contrariou diretamente o establishment judaico paulistano que não poderia enterra-lo como suicida, como pressionava o comando do 2º. Exército.

A atuação do jovem rabino Sobel, naquele momento, foi garantida pela postura ética deste empresário, secretário de Estado, bibliófilo, advogado e judeu. Assim diz o rabino:

“Ele realmente teve muito peso. Ele foi uma referencia. A posição do José Mindlin deu para os judeus liberais um respaldo que a comunidade organizada não deu”. (Entrevista com Henry Sobel em São Paulo, 12/02/2012).

Interessante o texto sobre estes eventos publicado no livro “FISESP 50 ANOS: uma trajetória coletiva”, no trecho em que trata da gestão da Federação Israelita do Estado de São Paulo, órgão máximo da coletividade judaica paulista, no período que engloba os anos de 1975 a 1977, sob a presidência de Heinz Léo Katz, se anotou os dois eventos de relevância do ano de 1975:

“Em outubro de 1975, dois fatos, de natureza diversa, tiveram grande repercussão e provocaram o posicionamento de personalidades e entidades de representação. Um deles foi a morte do jornalista Vladimir Herzog, nas dependências do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna, DOI-CODI, em São Paulo. Alguns diretores da Federação entenderam que a entidade não deveria pronunciar-se publicamente a respeito. Nessa ocasião, a comunidade foi mobilizada pelo Rabino Henry I. Sobel que, em conjunto com padres católicos e pastores protestantes, promoveu a realização de um culto ecumênico que assumiu enorme importância política, uma vez que, naquele momento, grande parte da sociedade brasileira era favorável ao retorno da

⁴² Revista Carta Capital. Vladimir Herzog foi assassinado’, diz Paulo Egydio, governador de São Paulo à época. São Paulo, 4 de junho de 2012. <http://www.cartacapital.com.br/politica/vladimir-herzog-foi-assassinado-diz-paulo-egydio-governador-de-sao-paulo-a-epoca/>

democracia e da plena garantia dos direitos individuais.”
(SUNDFELD : 1996 : 87)⁴³

Devemos analisar as entrelinhas deste texto oficioso da entidade (FISESP), pois quando afirma que alguns diretores entenderam que não deveriam pronunciar-se publicamente a respeito, ao confrontarmos com a declaração do Rabino Henry Sobel, percebemos que a entidade não se pronunciou publicamente nem reservadamente. O quietismo prevaleceu e a submissão a Ditadura Militar foi maioria, na melhor das hipóteses, ou unanimidade, como sempre.

Mas quanto ao outro evento que faz relação como relevante no período a atitude não foi equilibrada ou quietista como poderíamos supor:

“O outro fato refere-se à posição diplomática do Brasil. Pressionado pela ameaça dos Emirados Árabes de cortarem o fornecimento de petróleo, o País adotou, na pessoa do Chanceler Mário Gibson Barbosa, uma política externa pragmática e quebrou sua equidistância entre árabes e judeus em relação ao conflito do Oriente Médio. Assim, aprovou a moção apresentada na Assembléia Geral da ONU, que considerava o sionismo um movimento racista.

Contra isso, a Federação se pronunciaria apenas em novembro, após manifestações isoladas de entidades e movimentos juvenis judaicos, promovendo um ato carregado de simbolismo, a Noite de Gratidão. Realizado no Palácio das Convenções do Anhembi, o evento teve a finalidade de homenagear Oswaldo Aranha que, na ONU, em 1947, havia aprovado a criação do Estado de Israel. Em razão da posição brasileira, a Federação, em conjunto com a Confederação Israelita do Brasil, manteve no mês de dezembro, contato com o presidente da República, General Ernesto Geisel, para esclarecimentos relativos à posição do governo diante dos judeus brasileiros. Além disso, iniciaria uma ampla campanha de esclarecimento sobre o significado do sionismo (...).”
(SUNDFELD : 1996 : 88-89)

A FISESP, no que tange à defesa dos interesses do Estado de Israel e de “combate” ao antissemitismo, atuou com coragem e perspicácia, utilizando todo o seu potencial para atingir seus objetivos imediatos.

Isto corrobora os depoimentos e a pesquisa na mídia impressa paulista. As entidades judaicas pouco ou nada se interessaram pelo caso Herzog, com exceção da Revista Shalom, com sua Diretora Patricia Finzi Fingermann e assinado pela editora

⁴³ Texto embasado nas Atas da Federação Israelita do Estado de São Paulo.

Mirna Gleich Pinsky, que publicou em sua edição de novembro de 1975, com o Título “A morte de Herzog”:

“Faleceu no dia 25 de outubro, nas dependências do DOI – Departamento de Operações Internas, do II Exército, onde havia se dirigido para prestar declarações, o jornalista Wladimir Herzog (...) Liderando um movimento de espanto e repúdio ante a morte de seu associado, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo fez realizar, na Catedral da Sé, no dia 28, um culto ecumênico. Apesar dos obstáculos espalhados por toda cidade, oito mil pessoas conseguiram prestar sua homenagem ao jornalista desaparecido (...) A comunidade judaica acompanhou muito discretamente (...) absteve-se de se manifestar. (...) ‘Quando eles começaram a perseguir os judeus, não protestei porque não era judeu. Quando eles começaram a perseguir os ciganos e os comunistas, não protestei porque não era cigano nem comunista. Quando perseguiram os sindicatos trabalhistas, não protestei, porque eu não era sindicalista. E então, quando eles vieram me buscar, eu não pude protestar, porque já era tarde demais’”. (PINSKY, M. G. REVISTA SHALOM : Novembro, 1975)

O Instituto Cultural Israelita Brasileiro (ICIB), ou melhor, a Casa do Povo, encontrava-se acuada pela repressão do Estado. Nenhuma outra instituição judaica defendeu aquele judeu comunista.

"Nas suas relações com o poder, os judeus no exílio sempre preferiram as alianças verticais às horizontais", observa Leon Wieseltier, estudioso judeu, editor de The New Republic. "Eles sempre preferiram relacionar-se com o rei ou o bispo para não precisar se envolver com a população em geral, da qual desconfiavam profundamente - e muitas vezes tinham razões para desconfiar. Israel, enquanto Estado soberano, reproduziu a antiga tradição judaica da aliança vertical, só que desta vez com os Estados árabes. Os judeus acharam que, caso se relacionassem com Mubarak ou com o rei da Jordânia, teriam tudo aquilo de que precisavam. Mas o modelo de aliança vertical só faz sentido com sistemas políticos autoritários. Assim que o autoritarismo entra em colapso, e se inicia um processo de democratização, o modelo vertical se esgota e começa um período de horizontalidade no qual as opiniões do povo - neste caso, os árabes comuns - passam a ser importantes". (FRIEDMAN, Thomas. O significado de Morsi para Israel, IN: O Estado de São Paulo, 07/07/2012, p. A14. <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,o-significado-de-morsi-para-israel,-897093,0.htm>, acesso em 07/07/2012, 10:15 horas)

Esta é uma constante na ação da FISESP e hoje acompanhada pela sua congênere de abrangência nacional, a Confederação Israelita do Brasil (CONIB). Como bem observa Roberto Grün:

“Em relação ao debate internacional sobre o voto judaico, nossas observações aproximam-se mais da vertente "posicional" da literatura. Em São Paulo, tivemos uma primeira fase em que a esquerda predominou na disputa pelas preferências judaicas, mas isso principalmente devido a uma situação em que candidatos judeus só apareciam nessas siglas. Uma vez franqueada a porta dos Partidos situados mais ao centro do espectro político aos filhos de imigrantes, as preferências eleitorais judaicas aproximaram-se do "padrão burguês". Esse momento, situado, segundo os depoentes, no início dos anos 1950, coincide com o alinhamento do nascente Estado de Israel com o Ocidente na Guerra Fria, o que torna difícil estabelecer uma seqüência causal precisa. Finalmente, num país onde o patrimonialismo está longe de virar história, observamos que o central da atividade política de coordenação entre os interesses da comunidade judaica e as altas instâncias governamentais é feito pelos grandes empresários, os líderes "naturais" da coletividade; numa atualização do antigo e tradicional papel dos "judeus de corte."⁽¹¹⁾”(GRÜN 1 : 05)

Assim, a representação da comunidade judaica, que neste momento específico, encontrava-se nas mãos de Heinz Léo Katz, verticalizou sua atuação com o governo militar enfatizando sua subserviência no assassinato do jornalista Herzog e formalmente, com a presença ostensiva de sua diretoria em reunião com o general Presidente Geisel, pedindo esclarecimentos acerca do voto brasileiro na ONU igualando racismo e sionismo.

A assimetria é explicada também por GRÜN, quando argumenta a inflexão da comunidade judaica paulistana para posições mais a direita no espectro político brasileiro.

“Uma vez que em todo o continente os judeus situam-se majoritariamente nas classes médias, sua resposta ao contexto econômico e político é igual aos demais membros de sua classe. Para um considerável número de judeus, essa reação essencialmente conservadora pode chocar-se com as crenças socialistas de sua juventude, e outros encontram-se em conflito não só consigo mesmos, mas também com seus filhos, particularmente quando eles são estudantes universitários. Mas, querendo ou não, as realidades sociais e econômicas parecem

impor-se sobre os desejos, gerando uma necessidade de identificação política com o status quo".(GRUN 1: 04)

Com o passar dos anos a opção política majoritária da comunidade judaica paulistana se transfere da esquerda para a direita, conforme a ascensão social e econômica. A Federação Israelita não reflete apenas a opção da maioria, mas a alimenta e incentiva. A sua direção compactua com o establishment militar até o quesito do voto brasileiro na ONU, que iguala o sionismo ao racismo. Este é o ponto sem negociação para a comunidade judaica? A história demonstra que houve também neste episódio uma contemporização. O governo Geisel explicou que não tinha nenhuma intenção antissemita, mas que este voto circunscrevia-se à esfera das relações exteriores e a garantia de abastecimento de combustíveis, absolutamente necessários para o país. Nada mais fez a FISESP.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho demonstrou como a morte de Vladimir Herzog se tornou um marco no processo de redemocratização do Brasil. A importância do fato de não ter sido enterrado como suicida apontou para toda a sociedade brasileira que a comunidade judaica não aceitava esta versão do regime militar. Não obstante, o abuso de autoridade, a tortura, os maus tratos, continuam grassando nas periferias e a luta pelos direitos humanos é cada vez mais necessária para assegurar a cidadania da maioria dos brasileiros.

Com todas as ressalvas que podem conter nesse período, o local do enterro foi amplamente divulgado e inquirido até ao próprio Rabino Henry Sobel que assegurou que o local onde Herzog foi sepultado era de honra e no meio do campo santo.

Enfrentamos um dilema acerca da identidade judaica paulistana. É tarefa complexa defini-la em 2012 por conta das grandes transformações sociais, políticas, econômicas, culturais e, por que não dizer, da própria velocidade do “tempo”, numa concepção utilizada por Eric Hobsbawm quando trata do que ele denomina “tempo acelerado”. Em 1975 o paradigma maior era o da “guerra fria”, no campo internacional, e que se refletia de várias formas no ambiente interno, tanto brasileiro, quanto brasileiro-judeu. Na coletividade judaica paulistana os chamados “*roithn iidische*” (judeus vermelhos) eram marginalizados por várias razões. Pela própria questão do Estado de Israel e sua vinculação ao bloco americano em oposição aos árabes vinculados ao bloco soviético. Os ativistas da Casa do Povo eram percebidos como anti-sionistas e pró-soviéticos. Já bastava para marginalizá-los e combatê-los na Federação Israelita do Estado de São Paulo. No ambiente externo da coletividade, na sociedade geral, eram marginalizados e tinham sua filiação comunitária, em extremo, negada. O que não ocorreu com Vladimir Herzog.

Mesmo com toda a oposição dos conservadores da Congregação Israelita Paulista, da Sociedade Cemitério Israelita e da própria Federação Israelita do Estado de São Paulo, o jovem rabino foi até a Catedral da Sé e tomou parte ativa do evento do dia 31 de outubro de 1975. Não resistiu as pressões externas, do Sindicato dos Jornalistas, do Cardeal Dom Paulo, da oposição representada pelo MDB e internas da comunidade judaica, daqueles brasileiros judeus, democratas, que o pressionaram até o último

momento para comparecer e ter um papel relevante neste episódio da história recente do país e, como o próprio rabino afirma, na luta pelos direitos humanos.

Obviamente não deixamos de investigar e relatar a luta por um lugar de descanso digno para Vladimir e mesmo pela presença do rabino na Catedral, o que demonstramos ter sido primordial para todos os eventos que aconteceram, mas a vitória foi obtida graças à pressão exercida de fora da comunidade judaica que possibilitou a ação dos “democratas” judeus nesta causa.

Exatamente aqueles marginalizados pela própria coletividade, que os tratava como não-membros, ou ovelhas negras. Max Altman, em 1975 era presidente do Ginásio Israelita Brasileiro “Scholem Aleichem”, e alguns dirigentes da escola foram presos e torturados pelo DOPS. O jornal “Última Hora”, do grupo Folha, noticiou escandalosamente o desmantelamento de uma célula comunista judaica, em letras garrafais. Altman procurou a Federação Israelita buscando apoio e mobilização para soltar os dirigentes da escola. No dia seguinte a FISESP mandou publicar uma nota de página inteira afirmando que aqueles judeus presos “não eram os seus... (sic)”. O Ginásio Israelita “Scholem Aleichem” e o Instituto Cultural Israelita Brasileiro (Casa do Povo), vigiados pela polícia eram marginalizados pela Federação Israelita do Estado de São Paulo. O receio por parte da Federação Israelita de confundir-se com os “comunistas” e assim perder o elo de relacionamento privilegiado com os governantes é muito comum por parte de colônias de imigrantes minoritários. É sintomático que após a transição democrática e a normalização política, estas lideranças judaicas se deixassem fotografar com os “novos” governantes, aqueles mesmos dos quais temiam ser vistas e reconhecidas como simpatizantes. Até mesmo industriais judeus que jamais haviam se manifestado politicamente tronaram-se amigos do Lula e do PT, caso de Ivo Rosset.

O sabor dos ventos soprou inclusive para o rabino Sobel, que de isolado pela CIP, FISESP, Hebraica, após o evento da Catedral da Sé, fosse reconhecido unanimemente como liderança judaica junto ao governador Franco Montoro (PMDB). A cizânia pela representação judaica só se dará após a transição federal, ou seja, a transmissão da Presidência da República para o representante da oposição. O rabino Henry Sobel continuará por muitos anos sendo a principal liderança midiática da coletividade judaica no Brasil só encerrada com o escândalo das “gravatas”. Neste momento demonstrando claramente seus distúrbios psicológicos.

Observando a militância política judaica na sociedade brasileira, a chamada esquerda judaica migrou para o PMDB, a grande frente oposicionista, mas também para o PT, PCB, PCdoB. Hoje divide-se majoritariamente entre o PSDB e o PT, os partidos hegemônicos do país. Mas também os liberais judeus migraram para o PMDB e depois mudaram-se majoritariamente para o PSDB. A própria esquerda judaica mudou. Fez uma trajetória acentuada para os ideais liberais e liberalizantes do capitalismo globalizado, com raras exceções. Vale a pergunta: ainda existe uma esquerda judaica atuante no meio da coletividade?

No seu primórdio, essa esquerda era composta de uma massa de pequenos vendedores de porta em porta, costureiras, alfaiates, sapateiros, e outros imigrantes pobres. A ascensão econômica, social e espacial dos judeus é visível na cidade. Eles mudaram da várzea do rio Tietê, das proximidades da Estação da Luz, para Higienópolis, Jardins, Morumbi, e até as nobres margens do rio Pinheiros.

A ascensão transformou a perspectiva política e o alinhamento partidário, com uma inflexão para os ideais liberais, mais próximos da social democracia europeia do que aos partidos revolucionários, socialistas ou comunistas.

Mas quando falamos em 1975, os judeus de esquerda estavam imobilizados pela ação dos organismos de segurança e marginalizados pela comunidade judaica. Sua possibilidade de manifestação e organização em termos institucionais era nula. Assim, aqueles que agiram no caso de Vladimir Herzog o fizeram de modo corajoso e com peito aberto, sabendo claramente que não poderiam contar com qualquer salvo conduto ou suporte de qualquer natureza. Mesmo o deputado estadual Alberto Goldman (MDB), líder da Assembleia Legislativa de São Paulo, não podia dormir no mesmo endereço seguidamente. O receio da repressão era real e não ficcional.

A ação desses inúmeros anônimos e daqueles que conseguimos nominar, foi crucial para o sucesso da abertura do caminho em direção ao restabelecimento do estado de direito e da democracia. O papel de José Mindlin deveria ser mais investigado nesse aspecto, a começar pelo apoio ao CEBRAP, centro de estudos onde se instalaram os intelectuais cassados de suas funções nas instituições públicas pelo regime militar.

Enfim, a adesão dos empresários judeus brasileiros ao regime foi contrabalançada por outros que resistiram e apoiaram, mesmo que anonimamente as iniciativas de resistência democrática e luta pelos direitos humanos. Mais investigação é

necessária para esclarecer em que condições isso foi possível, vide o caso de Jorge Gerdau Johannpeter relatado por Elio Gaspari.

“Durante a campanha eleitoral gaúcha, o empresário Jorge Gerdau Johannpeter resolvera acender um altar à Arena e uma vela ao MDB. Crescera no delfinato, comprara a Companhia Siderúrgica da Guanabara e, aos 38 anos, era um dos ícones da burguesia industrial do Milagre. Imponente figura germânica, franco nas conversas e ágil nos movimentos, vira-se num dilema quando Paulo Brossard, seu colega no tempo de estudante da Faculdade de Direito, decidiu disputar a cadeira de senador. Dera-lhe ajuda. Pela sua narrativa, uma camionete Veraneio. Pelos murmúrios da Arena derrotada e ressentida, meio milhão de cruzeiros. O passo custou caro. Sentira-se malfalado no governo gaúcho. Heitor Ferreira dissera-lhe que andara “fazendo bobagens contra nós”. A maledicência chegara ao próprio presidente. Diante disso, Gerdau explicou-se ao tribunal de última instância do regime: o SNI. Não foi recebido pelo poderoso chefe do Serviço, general João Baptista Figueiredo, mas conseguiu quem o ouvisse.” GASPARI : 2004 : 49)

O temor de uma retaliação por parte do Palácio do Planalto, centralizador e, por que não dizer, provedor da economia nacional, inibiu muitos empresários a mesmo anonimamente encenar qualquer gesto de apoio, até mesmo a políticos da oposição consentida pelo regime. Gerdau amargou um período de ostracismo, mesmo com todas as suas juras de apoio ao governo.

O empresariado nacional começou a buscar um caminho de contestação legal ao regime e encontrou no jornal O Estado de São Paulo seu porta voz. Com uma série de reportagens iniciadas em fevereiro de 1975 e chamadas “Os Caminhos da Estatização” mostrando a centralização econômica e a estatização da economia brasileira feita pelos governos “da revolução”. Um embate entre a livre iniciativa e a centralização burocrática. Isto demonstra o grau de descontentamento do chamado setor produtivo com o modelo econômico do período Geisel.

“O que torturava os empresários era o grau de incerteza imposto por Geisel às relações entre eles e o governo. Num jantar com o coronel José Maria de Toledo Camargo, chefe da Comunicação Social do Planalto, um grupo de homens de negócio paulistas listara padecimentos. Na escala administrativa, reclamavam das posições divergentes de alguns ministros.³ De fato, Simonsen e Velloso não se entendiam. Por motivos diferentes, alternavam-se em brigas com Severo Gomes, da Indústria e Comércio.” (GASPARI : 2004 : 329)

Outras reclamações grassavam, até mesmo pelos mais árdios defensores do regime:

“Gallotti estivera à frente do IPÊS, O consórcio de plutocratas e militares que ajudara a derrubar João Goulart em 1964. Desde então, era um dos mais poderosos empresários brasileiros, parceiro de cartas de Costa e Silva e interlocutor de Golbery, conselheiro da PUC e do Chase Manhattan Bank. Sozinho, Tony tinha mais senso de humor que todo o patronato nacional reunido. Resumindo a situação do país para seu convidado, disse-lhe: ‘O governo passado torturava pessoas físicas. O atual tortura as pessoas jurídicas’.” (GASPARI: 2004 : 328)

Ao mesmo tempo, o MDB levanta a bandeira do pleno Estado de Direito e o fim do Ato Institucional número 5, o último ato de força relevante do movimento de 64. A aliança entre os empresários e a oposição se daria nos anos seguintes após a morte de Vladimir Herzog, com o modelo econômico do governo entrando em choque com os interesses empresariais e a campanha do “O Estado de São Paulo”, iniciada em fevereiro de 1975, contra a Estatização da economia brasileira.

Analisando estas reportagens verifica-se que os empresários são sempre anônimos. A razão para isso é óbvia: o temor de perder o apoio do governo federal ou, de sofrer represálias do mesmo. Era propagada a implacabilidade do regime, não admitia dissonâncias e pregava a “ordem unida” segundo o manual dos quartéis.

Assim sendo, podemos afirmar que o local de sepultamento de Herzog foi peça importante no processo movido por Clarice Herzog contra o Estado, pela responsabilidade na morte de Vladimir e o papel do jovem Rabino Sobel, bem como daqueles que o apoiaram e, por que não dizer, pressionaram a fazer o que fez, foi relevante em todo o processo de contestação do regime militar. Como também demonstra Fernando Pacheco Jordão em seu livro⁴⁴, mesmo não expondo a luta dentro da comunidade judaica paulistana.

A comunidade judaica, institucionalmente, nada fez por Vladimir Herzog. A Casa do Povo estava calada e vigiada. O deputado Goldman era uma voz quase solitária na Assembléia Legislativa. Os senadores Quércia e Montoro foram presentes ao enterro e ato ecumênico, mas preocupavam-se muito com o cerco que se fazia ao MDB e sua grande vitória do ano de 1974.

⁴⁴ JORDÃO, F.P. Dossiê Herzog: Prisão, tortura e morte no Brasil. São Paulo : Global editora, 1979.

A reviravolta do noticiário após a morte de Vladimir foi possível com o relaxamento da censura nas redações dos jornais, porém, isso nada adiantaria caso não houvesse um movimento de indignação tão bem coordenado e capitaneado. E quem o liderou? A figura do Cardeal que já combatia os abusos nos porões da ditadura e os remanescentes do PCB, nos sindicatos, principalmente o dos jornalistas de São Paulo, sob o comando de Audálio Dantas e aliados ao MDB.

A eleição de Audálio para a presidência do sindicato dos jornalistas de São Paulo, que era comandado por Adriano Campanhole, pouco disposto a enfrentar o regime militar no começo dos anos 70, foi fundamental para a postura firme que enfrentou a violência cometida contra tantos jornalistas e em especial a Vladimir Herzog.

Segundo João Guilherme Vargas Neto, ex-dirigente do PCB, a articulação para a montagem da chapa encabeçada por Audálio foi muito bem aceita pelos jornalistas do chamado “*pé-sujo*”, o boteco próximo às redações. Os jornalistas anônimos confiavam em Audálio e na sua trajetória profissional, com suas reportagens sobre a catadora de papel da favela do Canindé (1958), publicada na Folha de São Paulo e outras mais publicadas inclusive na revista Realidade. A cúpula das redações também assentiu com o nome de Audálio, talvez por ser muito sério e ponderado. Dantas nunca foi do PCB, no máximo foi área de influência do Partido, mas foi fundamental para o momento tratado neste trabalho.

O sentimento de medo e indignação que grassou nas redações e na cidade de São Paulo, foi transformado em resistência e em ação contestatória pacífica. O sindicato dos jornalistas com Audálio Dantas, junto com o Cardeal Evaristo Arns, transformou água em vinho. Reforçou os marginalizados políticos dentro da comunidade judaica em sua busca por justiça e fez de Vladimir Herzog, o inocente refugiado do nazismo, em jornalista que tem por mister a busca da verdade dos fatos, vítima da brutalidade da ditadura.

“No final de 1973, d. Paulo Evaristo começou a colecionar nomes e vestígios que documentassem uma lista de “Desaparecidos”. Essa palavra haveria de ser um dos principais itens da agenda da primeira metade do governo. Englobava todos os cidadãos capturados cujos cadáveres sumiam sem ficar vestígio. Resultava da conjugação da política de extermínio com a clandestinidade usufruída pelo porão. Clandestinidade, no caso, não significava paralelismo, autonomia ou descontrole. Os

assassinatos eram praticados pela máquina do Estado, com o beneplácito da hierarquia. Eram clandestinos porque, dentro dela, ocultavam-se.” (GASPARI : 2003 : 373)

A insubordinação do chamado “*porão*” (DOI-CODIs, CIE, CENIMAR, DOPS), onde grassava a tortura e morte de presos sem condenação ou acusação formal, não era desconhecida pelas mais altas instâncias do país. O Presidente da República, General Ernesto Geisel sabia o que se passava. O descontrole beirava a insubordinação de uma caserna anárquica. Era o sentimento de parcela dos agentes do Estado que atuavam na luta suja contra a oposição e a resistência ao regime militar de 1964. Com o estertor do regime, a alternativa desta “*guarnição*” era a criação de um novo inimigo para a revolução, mesmo que fosse o próprio General Presidente. A firmeza de Geisel não permitiu que isso ocorresse e conseguiu fazer o seu sucessor, mesmo com todo o cenário internacional tendo cambiado a desfavor do modelo abraçado pelos militares brasileiros. Entende-se que isso não aconteceu de forma simples. A atuação do general-presidente foi construída como um texto de Guimarães Rosa: “*O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem...*”.

“Em 1975 não havia subversivos no Planalto, estudantes na rua, muito menos terroristas em ação. Temendo a normalidade, o aparelho de segurança do governo precisava de uma ameaça. Fabricou-a no PCB. Viu no Partidão “o maior perigo para as instituições democráticas”, pelas seguintes razões: É o partido que conta com quadros mais capazes e de maior experiência. É a organização que menos recebeu os reflexos da ação direta dos órgãos de segurança. É a organização que conta com maior experiência de clandestinidade. É a organização que conta com maior apoio externo. É a organização em que a condenação de seus quadros se faz mais difícil na Justiça, possibilitando a rápida volta dos seus militantes à atividade partidária. É a organização que apresenta mais elevado estágio de organização em todo o território nacional. É a organização que encontra maior receptividade e facilidade de penetração junto às classes política, operária, religiosa e intelectual. [...] É a organização que não age precipitadamente e tem maior tradição. É a única organização que superou uma série de crises sem haver desarticulação, tendo assegurado maior firmeza de posição e homogeneidade. É a melhor organização na aplicação da política de acumulação de forças.” (GASPARI : 2003 : 387-388)

A imagem construída pelo SNI e seus congêneres da comunidade de informações e de repressão política acerca do PCB era de um perigo gravíssimo.

Analisava a Revolução dos Cravos em Portugal e demonstrava que tal qual o Partido Comunista Português, o PCB era a organização política de oposição que o regime teria que extirpar. O PCP, antes da Revolução dos Cravos era dado como morto e renasceu das cinzas tornando-se a grande expressão política no governo revolucionário português, com o comando da central sindical, de parcela das forças armadas e do ministério do trabalho. Esta análise é manifestada também por João Guilherme Vargas Neto, que agregou a chamada “*Super Célula*”, que coordenava os quadros intelectuais e mais bem preparados do partido e, a qual Vladimir Herzog pretensamente pertencia. O entrevistado garantiu que esta célula jamais existiu e que foi construída no aparato de segurança militar para garantir um “*inimigo poderoso*”.

A imagem construída pelo DOI-CODI, de espião da KGB, do MOSSAD, do MI6, junto com a foto constrangedora do enforcamento de joelhos, foi contraposta a imagem de jornalista, intelectual, democrata, judeu perseguido pelos nazistas, pai de família, cineasta, diretor de jornalismo da TV Cultura. Dessa maneira, contrapondo-se imagens que àquela construída pelo IPM (inquérito policial militar) de suicida, foi reconstruída pelos resistentes e resignificada como bastião a favor dos direitos humanos, que o regime civil-militar insistia em não considerar, e em prol da democracia em oposição ao governo autoritário. Esta imagem foi construída tendo por base o sepultamento com honra feito pela comunidade judaica de São Paulo. E isto só foi possível com todos os envolvidos neste objetivo.

Como ilustração quase poética, a luta pelos direitos humanos, como um rio criou um curso que passou pelo movimento pela anistia, pelo fim do AI5, pelo reestabelecimento dos direitos civis, pelo Habeas Corpus, pela redemocratização, pelas eleições diretas, pelo pleno Estado de Direito.

Ainda falta esclarecer o papel do responsável pela Chevra Kadisha, Erich Leschziner. Funcionário da Congregação Israelita Paulista, foi arrolado como testemunha no processo movido por Clarice Herzog contra a União. Neste processo foi interrogado para que se esclarecesse o local exato da sepultura de Herzog, se ele realmente estava em local próprio para suicidas. As suas respostas acatavam a versão do IPM, de que Herzog se suicidara e que, portanto, estava enterrado em local próprio para suicidas no Cemitério Israelita do Butantã. A postura deste funcionário da Congregação Israelita Paulista reflete a posição desta instituição e de parte da coletividade judaica paulistana, de cumplicidade com a repressão. (JORDÃO : 1979 : 207)

Este mesmo senhor telefonou para o rabino Henry Sobel no dia da morte de Vladimir Herzog relatando os inúmeros indícios de assassinato no corpo inerte. Fez isso pela pressão dos Sindicatos, da Arquidiocese e dos amigos judeus de Herzog, como Gabriel Bolaffi.

A posição de parte da coletividade judaica paulistana foi inicialmente omissa, depois passou a ser cúmplice da repressão. Apoiaram o IPM e não se conformaram com a participação do rabino Henry Sobel nos cultos ecumênicos de 30 de outubro de 1975 e 25 de outubro de 1977 (segundo aniversário da morte de Herzog). Neste último o rabino quase faltou e acabou se recusando a depor como testemunha no processo contra a União. Afirmou que não tinha como superar as pressões. (JORDÃO : 1979)

Vladimir Herzog foi “suicidado”? Foi assassinado pelos agentes da ditadura, como afirma Sérgio Gomes.

"Então, eu afirmo: o Vlado não se suicidou. O Vlado foi assassinado, sob o comando da equipe dirigida pelo capitão Ramiro. Na manhã do dia 25 de outubro ele foi submetido à tortura, amarrado à cadeira do dragão, sob choques elétricos, possivelmente um fio amarrado ao sexo e outro à orelha, levando porrada de ripa nas articulações; e sendo asfixiado com amoníaco que era derramado sobre o capuz de lonita que se usava para impedir que os presos vissem os torturadores". Sérgio Gomes da Silva é jornalista. Depoimento publicado no Jornal Unidade de outubro de 1992. (<http://www.vladimirherzog.org/vlado/index/depoimentos>, último acesso em 10/07/2012, 14:00 horas)

Existem depoimentos e nomes de torturadores. Onde está a certidão de óbito revista pelo governo brasileiro? A luta pela verdade histórica e responsabilização pelos atos imprescritos – tortura, sequestro, ocultação de cadáver, etc. praticados por agentes do Estado – conta com forte apoio internacional – até da própria Organização das Nações Unidas – daí percebemos a resposta governamental em encampar a chamada Comissão da Verdade. Esta pode tornar-se um instrumento a mais de pressão e difusão dos ideais de cidadania e direitos humanos pelo Brasil, a depender da própria dinâmica destas comissões (federal, estaduais, municipais, etc.).

A conjunção de forças com o momento político, econômico, social, internacional da época, propiciaram a resposta organizada à farsa do suicídio. O desvelamento da mentira trouxe outras mentiras a serem esclarecidas. A derrocada do regime militar já começara e aqueles que se opunham a qualquer ação, pois o Geisel faria a abertura,

perderam gradativamente a pouca influencia que detinham e acabaram ainda menores no processo de avanço da democracia no país.

Ainda precisamos esclarecer se houve participação ativa de membros da comunidade judaica neste processo de redemocratização. É uma proposta de continuação de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA

- ARENDDT, Hannah. Origens do Totalitarismo. São Paulo : Companhia das Letras, 1990.
- _____. Eichman em Jerusalém. São Paulo : Companhia das Letras, 1999.
- _____. A Condição Humana. São Paulo : Forense Universitária, 1993.
- _____. Entre o Passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- _____. Sobre a Revolução. São Paulo : Companhia das Letras, 2002.
- ATTALI, J. Os judeus, o dinheiro e o mundo. São Paulo : Ed. Futura, 2003.
- BARON, Salo W. História e historiografia do povo judeu. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- BENEVIDES, M.V. Ai que saudade do MDB! São Paulo : Lua Nova, vol. 3, no. 1, junho 1986.
- BLACK, E. IBM e o Holocausto. Rio de Janeiro : Editora Campus, 2001.
- BORGER, H. Uma História do povo judeu, volume 1: de Cannã à Espanha. São Paulo : Sefer, 2001.
- BORGER, H. Uma História do povo judeu, volume 2: das margens do Reno ao Jordão. São Paulo : Sefer, 2002.
- BOROCHOV, Berl. The National Question and the Class Struggle, 1905, <http://www.marxists.org/archive/borochov/1905/national-class.htm#s12>, último acesso: 16/11/2011.
- BOURDIEU, P. A Economia das trocas simbólicas. São Paulo : Perspectiva, 1974.
- _____. O Poder simbólico. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2000.
- CARDOSO, Fernando Henrique, e FALETTO, Enzo. “Dependência e desenvolvimento na América Latina”, Ensaio de Interpretação Sociológica. Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- CLEMESHA, A. Marxismo e judaísmo – História de uma relação difícil. São Paulo: Boitempo/Xamã, 1998.
- DAHL, R. A. Poliarquia. São Paulo: Edusp, 2005.
- DEUTSCHER, I. O judeu não judeu e outros ensaios. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

- DREIFUSS, R. A. 1964: A conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 3ª. edição, 1981.
- EBAN, A. A história do povo de Israel. Rio de Janeiro : Bloch Editores, 1973.
- EISENSTADT, S. N. Sociedade israelense. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- FAUSTO, B. et al. Imigração e política em São Paulo. São Paulo: Ed. Sumaré: FAPESP, 1995.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Guanabara, 3ª. ed., 1987.
- FINZI, R. *Uma anomalia nacional: a “questão judaica”*, IN: HOBBSBAWN, E. J. (org.). História do Marxismo VIII. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Alípio e PONCE, J.A de Granville (orgs.). “Política, repressão e ideologia”, in: *Tiradentes, um presídio da ditadura*. São Paulo, Scipione Cultural, 1997.
- FRIEDMAN, G. Fim do povo judeu? São Paulo: Perspectiva, 1969.
- FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. Editora Paz e Terra, São Paulo, 1974.
- FURTADO, Celso. A Pré-Revolução Brasileira. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962.
- GASPARI, Elio. A Ditadura Envergonhada. Vol. 1. São Paulo : Companhia das Letras, 2002.
- _____. A Ditadura Escancarada. Vol. 2. São Paulo : Companhia das Letras, 2002.
- _____. A Ditadura Derrotada. Vol. 3. São Paulo : Companhia das Letras, 2003.
- _____. A Ditadura Encurralada. Vol. 4. São Paulo : Companhia das Letras, 2004.
- GHERMAN, M. Ecos do Progressismo. História e Memória da Esquerda Judaica no Rio de Janeiro : IFCS, 2000.
- GOLDHAGEN, D. J. Os carrascos voluntários de Hitler – O povo alemão e o Holocausto. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- GOLGHER, I. A tragédia do comunismo judeu. Belo Horizonte: Ed. Mineira, 1970.
- GUINSBURG, J. O Judeu e a Modernidade. São Paulo : Perspectiva, 1970.

- GUILMAN, S.L. SMART JEWS : The Construction of the Image of Jewish Superior Intelligence. Lincoln : University of Nebraska Press, 1996.
- GREEN, Nancy L. PLETZL of Paris: Jewish Immigrant Workers in the Belle Epoque. New York / London : Holmes & Meier Publishers, 1986
- ____ (org.). Jewish Workers in the Modern Diaspora. Berkeley / Los Angeles / London : University of California Press, 1998.
- GRÜN, R. *Modelos de empresa, modelos de mundo: Sobre algumas características culturais da nova ordem econômica e da resistência a ela*. São Paulo: RBCS, vol. 14, no. 41, outubro 1999, p.121-126.
- GRÜN, R.1 **Identidade e representação: os judeus na esfera política e a imagem na comunidade**. IN: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vl. 26, http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_26/rbcs26_09.htm
- HOBBSBAWN, E. A Era dos Extremos : O breve século XX. São Paulo : Companhia das Letras, 1998.
- ____. Nações e Nacionalismo desde 1780 : Programa, mito e realidade. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1990.
- ____. A Era das Revoluções : Europa 1789-1848. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.
- ____. A Era do Capital : 1848-1875. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.
- JORDÃO, F.P. Dossiê Herzog. São Paulo : Global Editora, 1979.
- KINOSHITA, D. L. *O Icuí como uma rede de intelectuais*. México : Universidade de Talca, Revista Universum, 2000, p.377-398.
- KLEINAS, A. A casa do povo : trajetória de uma esquerda judaica paulistana. São Paulo : PUC-SP, mimeo, 1997.
- KOIFMAN, Fábio. Quixote nas trevas – O embaixador Souza Dantas. Rio de Janeiro : Record, 2002.
- LAMOUNIER, Bolivar. O Voto em São Paulo, 1970-1978. IN: LAMOUNIER, B.; DUARTE, C.R.; KINZO, M.D.G.; MIYAMOTO, S. e CALDEIRA, T.P. Voto de Desconfiança: Eleições e mudança política no Brasil, 1970-1979. Rio de Janeiro : Vozes, 1980.

- LEON, A. Concepção materialista da questão judaica. São Paulo: Global, 1981.
- LESSER, J. O Brasil e a questão judaica – Imigração, diplomacia e preconceito. Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- LÖWY, M. Redenção e utopia – O judaísmo libertário na Europa Central. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- MAIO, Marcos Chor. Qual anti-semitismo? Relativizando a questão judaica no Brasil nos anos 30. IN: PANDOLFI, Dulce (org.) Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro : FGV : 1999.
- MALAMUD, Samuel. Recordando a Praça Onze. Rio de Janeiro : Kosmos Ed. 1988.
- MARGULIES, M. Os judeus na história da Rússia. Rio de Janeiro : Bloch Editores, 1971.
- MARIGHELLA, Carlos. *A crise Brasileira* in Escritos de Carlos Marighella, Editora Livramento, São Paulo, 1979
- _____. *Alguns aspectos da renda da terra no Brasil* in A questão agrária no Brasil. Brasil Debates, São Paulo, 1980
- MARKUN, P. (org.) Vlado : Retrato da Morte de um Homem e de uma Época. São Paulo : Brasiliense, 1985.
- MARX, K. A questão judaica. São Paulo: Ed. Moraes, s/d.
- _____. O 18 de Brumário de Luis Bonaparte. São Paulo: Ed. Nova Cultural Ltda., 1988.
- _____. A Ideologia Alemã.
- MATTOSO, Jorge. A desordem do Trabalho. São Paulo : Ed. Scritta, 1995.
- NOVAES, Adauto (org.). A Crise do Estado-Nação. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2003.
- PINSKY, J. Origens do nacionalismo judaico. São Paulo : Hucitec, 1978.
- POLIAKOV, L. Do Anti-sionismo ao Anti-semitismo. São Paulo : Perspeciva, 2000.
- _____. De Cristo aos Judeus da Corte : História do Anti-semitismo I. São Paulo : Perspectiva, 1979.

- _____. De Maomé aos Marranos : História do Anti-semitismo II. São Paulo : Perspectiva, 1996.
- _____. De Voltaire a Wagner : História do Anti-semitismo III. São Paulo : Perspectiva, 1996.
- _____. A Europa Suicida : 1870-1933 : História do Anti-semitismo IV. São Paulo : Perspectiva, 1985.
- _____. A Causalidade Diabólica I : Ensaio sobre a origem das perseguições. São Paulo : Perspectiva, 1991.
- _____. A Causalidade Diabólica II : Do jugo Mongol à vitória de Lênin. São Paulo : Perspectiva, 1992.
- _____. O Mito Ariano : Ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos. São Paulo : Perspectiva, 1974.
- PRADO JR, C. A revolução brasileira. São Paulo : Brasiliense, 1977
- RAMOS, Guerreira. Mito e verdade da revolução brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1963, pp.: 16-61; 175-192.
- RATTNER, Henrique. Tradição e mudança. São Paulo : Ática, 1977.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. Reforma contra reforma. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1963. pp. 1-50
- SCHPUN, Monica Raisa. Justa – Aracy de Carvalho e o resgate dos judeus. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2011.
- SCHOLEM, G. Mística Judaica. São Paulo : Perspectiva, 1972.
- _____. De Berlim a Jerusalém. São Paulo : Perspectiva, 1991.
- _____. A Cabala e seu Simbolismo. São Paulo : Perspectiva, 1978.
- SUNDFELD, Roberta Alexandr; RODRIGUES, Marly. FISESP 50 ANOS: uma trajetória coletiva. São Paulo : R.A. Sundfeld, 1996.
- TOPEL, Marta F. Jerusalém e São Paulo : A nova ortodoxia judaica em cena. São Paulo : TOPBOOKS/FAPESP/ASSOCIAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE CULTURA JUDAICA, 2005.

VELTMAN, H. A história dos judeus em São Paulo. Rio de Janeiro : Editora Expressão e Cultura, 1996.

WEINSTOK, N. Pain de misère: história do movimento operário judaico na Europa e Estados Unidos. 3 vol. Paris : Découverte, 1984.

WIAZOVSKI, T. Bolchevismo e judaísmo : a comunidade judaica sob o olhar do Deops. São Paulo : Arquivo do Estado : Imprensa Oficial, 2001.

UNESCO. Vida e Valores do Povo Judeu. São Paulo : Perspectiva, 1972.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

INSTITUTO VLADIMIR HERZOG. Depoimentos.
<http://www.vladimirherzog.org/vlado/index/biografia>, 2012.

CENTRO DE REFERÊNCIAS DAS LUTAS POLÍTICAS NO BRASIL (1964-1985).
Memórias Reveladas. Arquivo Nacional.
<http://www.memoriasreveladas.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=16&sid=4>, 2012.

VIDEOTECA VIRTUAL BRASIL NUNCA MAIS. ARMAZÉM MEMÓRIA – UM
RESGATE COLETIVO DA HISTÓRIA.
<http://www.videotecas.armazemmemoria.com.br/Secoes.aspx?videoteca=Mg==&s=Mw==>, 2012.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. MEMÓRIA DA IMPRENSA.
<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoria/verjornais.php>, 2012.

JORNAIS E REVISTAS

O Estado de São Paulo

Folha de São Paulo

Folha da Tarde

Última Hora

Ex

Revista Shalom

Resenha Judaica

Veja

Carta Capital

DEPOIMENTOS

Alberto Goldman – 08 fevereiro de 2012.

Anna Verônica Mautner – 30 de abril de 2012.

Audálio Dantas – 15 de maio de 2012.

Clarice Herzog – 22 de junho de 2012.

João Guilherme Vargas Neto – 10 de maio de 2012.

Rabino Henry I. Sobel – 12 de fevereiro de 2012.

Sérgio Gomes da Silva – 25 de maio e 13 de junho de 2012.

Sylvio Band – 30 de abril de 2012.

ANEXOS

A reação dos jornalistas por Audálio Dantas em 25/10/2000

O papel do Sindicato dos Jornalistas

O papel desempenhado pelo Sindicato dos Jornalistas de São Paulo na denúncia do assassinato de Vladimir Herzog ainda não foi devidamente avaliado. Se o sacrifício de Vlado foi, sem sombra de dúvida, o ponto de partida para o desmonte do aparelho de repressão armado pela ultradireita, que lutava pela hegemonia na ditadura militar, a atuação do Sindicato no episódio marcou o momento em que se abriu espaço para o crescimento da resistência da sociedade civil ao regime instalado no país com o golpe de 64.

A realização do culto ecumênico em memória de Vlado, com a participação de mais de 8 mil pessoas, no dia 31 de outubro de 1975, na Catedral de São Paulo, foi a maior manifestação pública desde a decretação do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 68. Isso apesar do clima de ameaças, do verdadeiro cerco estabelecido com a chamada Operação Gutemberg, comandada pelo então secretário de Segurança, cel. Erasmo Dias, que mandou instalar mais de 380 barreiras nos principais pontos de acesso ao centro da cidade.

Naqueles dias de outubro, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo era a principal trincheira, uma referência para a sociedade civil na luta contra a repressão.

O processo que levaria à denúncia do assassinato de Vlado, contudo, começara meses antes, com a vitória da oposição nas eleições para a diretoria do Sindicato, em abril. Os sindicatos eram mantidos sob estrito controle pela ditadura, mas o dos jornalistas começou a falar, a levantar questões proibidas, como a censura, a política salarial e outras. Em julho, dois meses depois de sua posse, a diretoria já era convocada ao Comando do II Exército para explicar uma nota distribuída à imprensa em que contestava acusações de que as redações estavam "dominadas" pelos comunistas.

A ação repressiva dos militares que se opunham ao projeto de abertura política ensaiado pelo general Ernesto Geisel, que ocupava a Presidência da República, vinha num crescendo desde o final de setembro, quando se iniciou a série de prisões e seqüestros que culminaria com a morte de Herzog, no DOI-CODI do II Exército, no dia 25 de outubro. Era a Operação Jacarta, inspirada num massacre ocorrido dez anos antes na Indonésia.

Quando a operação Jacarta, comandada pelos militares da ultradireita alcançou o primeiro jornalista (Sérgio Gomes da Silva, no dia 5 de outubro), sua prisão foi denunciada em nota distribuída pelo Sindicato, tornando público um assunto que, na maioria das vezes, ficava restrito às famílias e aos amigos das vítimas da repressão.

Daí em diante, a cada prisão (antes de Vlado foram presos 10 jornalistas) um novo comunicado era distribuído. Várias vezes convocada à presença dos militares, a diretoria do sindicato era advertida de que as denúncias que fazia poderiam levar ao enquadramento na Lei de Segurança Nacional.

Não é exagero dizer que a reação dos jornalistas, conduzida pelo sindicato, frustrou um golpe que vinha sendo preparado havia tempo pelos militares da chamada linha dura.

No caso Herzog, a versão de suicídio apresentada pelo comando do II Exército não foi aceita em momento algum pelos jornalistas. Tratava-se de mais um caso de assassinato praticado contra opositores do regime, mas não seria, como muitos outros, recebido em silêncio. O corpo de Vlado não seria apenas mais um entregue em caixão lacrado e sepultado sob o peso do silêncio e do medo.

O comunicado que o Sindicato distribuiu no dia seguinte à morte do companheiro foi um grito e uma denúncia. Foi um basta, a expressão da consciência nacional, que não mais suportava a opressão. O documento responsabilizava os militares pela morte, independentemente da circunstância em que ela ocorrera: "Não obstante as informações

fornecidas pelo II Exército – dizia o documento – o Sindicato dos Jornalistas deseja notar que, perante a lei, a autoridade é sempre responsável pela integridade física das pessoas que coloca sob sua guarda".

E prosseguia: "O Sindicato dos Jornalistas, que ainda aguarda esclarecimentos necessários e completos, denuncia e reclama das autoridades um fim a essa situação em que jornalistas profissionais, no pleno, claro e público exercício de sua profissão, cidadãos com trabalho regular e residência conhecida, permanecem sujeitos ao arbítrio de órgãos de segurança, que os levam de suas casas e de seus locais de trabalho, sempre a pretexto de que apenas irão prestar depoimento, e os mantêm presos, incomunicáveis, sem a assistência da família e sem assistência jurídica, por vários dias e até por várias semanas, em flagrante desrespeito à lei".

A discussão desse documento, inicialmente no âmbito da diretoria, foi o começo de um formidável movimento que uniria, primeiro, os jornalistas e depois outros setores da sociedade civil. Na condução do processo, o sindicato se abriu à ampla participação da categoria, que, da perplexidade, passou à organização que levaria à mais contundente denúncia até então feita de um crime da ditadura militar.

Esse processo prosseguiria com a discussão ampliada que levaria à elaboração de um documento que desmontaria, ponto por ponto, a farsa do Inquérito Policial-Militar montado pelo II Exército para "apurar as circunstâncias em que ocorreu o suicídio do jornalista Vladimir Herzog". Resumido no manifesto "Em nome da verdade", o documento foi assinado por 1.004 jornalistas de todo o Brasil e distribuído à imprensa em janeiro de 1976. Apenas um jornal, "O Estado de S. Paulo" o publicaria na íntegra, mas como matéria paga. Isso dava a medida do quanto os jornalistas tinham avançado na denúncia dos crimes da ditadura.

Audálio Dantas é jornalista. Na época, presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo.

A posição das igrejas por Rabino Henry Sobel (texto escrito no ano 2000)

25 ANOS SEM VLADO HERZOG

Em outubro faz 25 anos que o Brasil perdeu Vladimir Herzog. Vlado era jornalista de destaque, professor da Universidade de São Paulo e diretor do Departamento de Jornalismo da TV Cultura. Era também um judeu. Não praticante, mas um judeu - um judeu dotado de grande capacidade intelectual, universal em sua visão e profundamente comprometido com as causas humanitárias no Brasil e no exterior. Eu o conhecia superficialmente. Conheço muito bem sua mãe, que é sócia da Congregação Israelita Paulista.

Na segunda-feira, dia 27 de outubro de 1975, os jornais noticiaram a morte de Herzog, aos 38 anos de idade, depois de ter sido submetido a intensos interrogatórios nas dependências do Departamento de Operações Internas do 2º Exército, em São Paulo. Estávamos então no auge da repressão neste país. Herzog foi encontrado morto em sua cela no DOI-CODI. A explicação oficial divulgada pelas Forças Armadas foi que ele havia se suicidado.

O enterro de Herzog, que se realizou nessa mesma segunda-feira no Cemitério Israelita do Butantã, teve ampla repercussão na imprensa local e internacional, não somente devido às circunstâncias trágicas em que ocorrera sua morte, mas também porque muitas das pessoas presentes ao sepultamento tiveram a impressão de que a cerimônia não havia sido celebrada de acordo com os rituais tradicionais judaicos. Entre os fatos destacados pela imprensa, noticiou-se com ênfase a ausência de um rabino no cemitério e a suposta rapidez com que se realizou o enterro. Como representantes da fé judaica

estavam presentes apenas um cantor litúrgico e os membros da Chevra Kadisha, o comitê funerário da Congregação Israelita Paulista.

Em entrevista que concedi à imprensa no dia seguinte, esclareci que os rituais de sepultamento haviam sido cumpridos rigorosamente de acordo com a lei judaica. E expliquei que o único motivo da minha ausência tinha sido um compromisso profissional inadiável, no Rio de Janeiro, no dia do enterro.

Ressaltei que a comunidade judaica estava chocada diante da violação dos direitos fundamentais de Herzog e que ele havia sido vítima da ditadura. Declarei categoricamente à imprensa que Herzog tinha sido sepultado com todas as honras que lhe eram devidas como judeu, como brasileiro, como ser humano. De acordo com a lei judaica, um suicida é enterrado na periferia do cemitério, como forma de condenar visivelmente o pecado cometido por aquele que destrói a própria vida. Não foi esse o caso de Vlado; ele foi sepultado no centro do campo-santo.

Preocupou-me imensamente não só a barbaridade do crime que havia sido cometido, mas também a imagem de passividade que foi atribuída à comunidade judaica. Fiz questão de declarar à imprensa que a Sinagoga defendia os Direitos Humanos com o mesmo fervor que a Igreja e que os judeus estavam tão revoltados com a morte de Herzog quanto todos os outros brasileiros.

Quando me perguntaram sobre "um certo apressamento da cerimônia do enterro", expliquei (depois de consultar o nosso pessoal da Chevra Kadisha) que, de fato, houve um apressamento, motivado pelo respeito ao falecido. Dado o grande número de pessoas presentes, a intenção tinha sido evitar que o funeral se transformasse num ato público de caráter político. Quando voltei do Rio a São Paulo, assegurei à família, tanto pessoalmente como publicamente, que todas as orações haviam sido devidamente recitadas.

Alguns dias depois da morte de Herzog, a pedido da família e do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, foi realizado um culto ecumênico na Catedral da Sé, co-celebrado pelo Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, pelo Reverendo Jaime Wright e por mim. Cerca de 8 mil pessoas compareceram à catedral para render tributo a Vlado, entre os quais inúmeros parlamentares, professores, estudantes e representantes dos centros acadêmicos de quase todas as faculdades paulistas.

O culto foi conduzido com a maior solenidade e dignidade. O cardeal Arns foi magnífico! Ele se referiu ao governo como "assassinos" e citou o mandamento do Decálogo: "Não matarás!". "Ninguém mata um homem e fica impune", disse o Cardeal. Os presentes ouviram as palavras dos oradores e o canto do "El malé Rachamim", a tradicional oração judaica em tributo aos falecidos. Foi recitado então o "Kadish", a prece dos enlutados. Audálio Dantas, presidente do Sindicato dos Jornalistas, concluiu o serviço religioso dizendo: "Em nome dos jornalistas, em nome de Deus e em nome dos homens, pedimos a paz e nos comprometemos a lutar pela paz."

Imediatamente após a morte de Herzog, milhares e milhares de universitários, jornalistas, intelectuais e líderes religiosos de todos os credos organizaram passeatas, greves e atos públicos, em consequência dos quais o comandante ultra-radical do 2º Exército foi substituído por outro mais moderado.

A morte de Vladimir Herzog mudou o rumo do país. Foi o catalisador da abertura política e do processo de redemocratização do Brasil. Seu nome será sempre uma recordação dolorosa de um sombrio período de repressão na história brasileira. Será também o eco eterno da voz da liberdade, que não cala jamais.

Vlado não foi a única vítima do establishment naquela época. Nos anos da ditadura militar no Brasil, centenas de opositores do regime foram espancados em repartições públicas. Muitos foram mortos. A tortura era o meio preferencial utilizado pela polícia

para buscar informações sobre outros militantes. Com a redemocratização do País, teceu-se a impressão de que a tortura acabou. Infelizmente, era uma impressão falsa.

A tortura, um crime inafiançável de acordo com a Constituição Brasileira, continua a ser praticada pelos agentes do estado, aviltando toda a polícia. O espancamento, o choque elétrico, o pau-de-arara são técnicas usadas rotineiramente. Nesta nossa civilização que se julga tão avançada, ainda é corriqueira a tortura de presos, a pretexto de puni-los pelos crimes que cometeram ou para extrair confissões de crimes que não cometeram.

A tortura precisa ser abolida. O que falta é a determinação da sociedade de não admitir que a tortura seja praticada no país. Não basta alguns defensores dos direitos humanos tentarem pressionar o governo para que proíba efetivamente a tortura. Tal pressão tem que vir da sociedade como um todo. Em última análise, os cidadãos da nação têm que responder pelos atos - e pela falta de atos - do seu governo.

Foi a pressão da sociedade que levou o governo a refrear a tortura nos anos da ditadura. O protesto maciço da população contra o assassinato de Vladimir Herzog surtiu efeitos positivos incomensuráveis. Infelizmente, a maioria das pessoas só se revolta com a tortura quando ela é de caráter estritamente político. Quando um criminoso comum é torturado, a sociedade se cala ou - pior ainda - aplaude. A triste verdade é que a violência da polícia conta hoje com o respaldo de uma parcela considerável da população. Na verdade, a lição do brutal assassinato de Herzog ainda não foi captada 25 anos mais tarde.

Se queremos render tributo à memória de Vlado, temos que preservar dentro de nós o sentimento de indignação e inconformismo, jamais nos acomodando à violação dos direitos alheios. O silêncio é o mais grave dos pecados. A indiferença em face do mal é um incentivo ao recrudescimento do mal. Se fechamos os olhos, se viramos a cabeça, se fingimos não saber, tornamo-nos cúmplices.

Digamos "não" à tortura. Alto e bom som, digamos "não" à violência institucionalizada. E, inspirados pelo legado de Vladimir Herzog, digamos "sim" à dignidade humana.

Henry Sobel é Presidente do Rabinato da Congregação Israelita Paulista e coordenador da Comissão Nacional de Diálogo Religioso Católico-Judaico, órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

A palavra dos artistas por Gianfrancesco Guarnieri (texto escrito no ano 2000)

VLADO, O PONTO DE PARTIDA

Há 25 anos, assassinado pelos órgãos de repressão da ditadura militar, morria Vladimir Herzog - o Vlado. Edu Lobo e eu, na ocasião, viajavamos pelo interior de São Paulo apresentando o show "Me dá o Mote", quando fomos fulminados pela terrível notícia. Diziam que Vlado tinha se suicidado nas dependências do DOI-CODI. Indignados e inconformados, imaginávamos os momentos infernais sofridos pelo nosso amigo sob as torturas aplicadas pelos algozes da OBAN. Atordoados, nossa primeira reação foi cancelar o show que realizaríamos naquele dia e voltar para São Paulo onde, junto aos amigos, poderíamos decidir como extravasar nossa revolta. Mas em seguida, percebemos que a não realização de nosso espetáculo (que muito tinha a ver com o clima do país na época) se constituiria em mais uma vitória da truculência e barbárie e que o que tínhamos a fazer, no momento, como resposta era realizar um espetáculo com muito amor e confiança no futuro, dedicando-o publicamente ao Vlado. Assim o fizemos. O público aplaudiu de pé. Não aclamavam apenas um espetáculo que lhes tocou o coração: reverenciavam o jovem jornalista, culto, sereno, patriota, progressista, de mil amigos e admiradores em razão de suas múltiplas qualidades. Por certo, sem o

saber ainda, homenageavam aquele que com o impacto de sua imolação determinava o desmoronamento da ditadura.

A reação de parte da sociedade diante da tragédia não se fez esperar. Os cidadãos mais conscientes, movidos pela indignação, procuravam as formas possíveis para demonstrar seu repúdio ao ato infame e corajosamente exteriorizaram seus sentimentos. Entre eles, muitos artistas que se manifestaram individualmente e, em seguida, através de algumas de suas obras, inspiradas por tão doloroso acontecimento.

Sob o impacto da morte de Vlado escrevi "Ponto de Partida". Intuí ser aquele momento decisivo para a derrocada do regime militar. Motivado não só pela dor e indignação mas, particularmente, pela urgência de alardear o que se passava conosco, com nosso país e com os melhores de nossa sofrida gente. Amordaçados pela censura, éramos obrigados a descobrir caminhos que nos permitissem a expressão sem colocar em perigo a obra e a nós mesmos. Impedidos de escrever sobre a realidade presente, classifiquei a peça como "fábula", na acepção de narração de coisas imaginárias, ficção. Afirmo ter-me inspirado em uma lenda medieval. "... é sobretudo a fria exposição de um instante histórico determinado e terrível. Um episódio serve de incontável estopim para uma crise sóciopolítica que envolve toda uma comunidade, no caso uma aldeia medieval. Poderosos e dominados estão perplexos e hesitantes, impotentes e angustiados. Contendo justos gestos de ódio e revolta, taticamente recuando diante de forças transitoriamente invencíveis. Um dia os tempos serão outros. Diante de um homem morto, todos precisam se definir. Ninguém pode permanecer indiferente. A morte de um amigo é a de todos nós. Sobretudo quando é o Velho que assassina o Novo."

Tencionava abrir meu espírito e coração escrevendo sobre os anos de chumbo em que vivíamos, assolados pelo medo, acordando sobressaltados, mas também sobre coisas belas, os atos de solidariedade, a generosidade na luta. De Vlado nasceu Birdo. Birdo, pássaro em esperanto, liberdade, ternura, consciência, sabedoria e amor. De Clarice Herzog, mulher de Vlado, nasceu Maíra, amada de Birdo, encontrado em uma triste manhã, enforcado em meio à praça. Maíra que espera um filho de Birdo, que se recusa a aceitar o suicídio do amante e que expressa as razões de sua incredulidade diante do povo: "Birdo jamais atentaria contra a própria vida, pois para viver tinha as mais belas razões". Prossegue afirmando que Birdo pretendia formar família, que construía uma pequena casa. Às margens do rio, entre os casebres dos menos favorecidos. Lá onde punha todo seu coração, entre sua gente, pois que deles era médico, conselheiro, mestre e cantor. Diz das crianças que alfabetizava, de sua indagação constante, sua inquietude, sua busca sem parada. Alerta: "Se a muitos estimulava, a alguns incomodava. Mas esses alguns têm poder e força. E Maíra, finalizando seu depoimento no inquérito, exige: "...e que, entre os "alguns" a quem o morto perturbava, se procure a verdade de sua morte. Para que possamos continuar existindo, cada qual olhando nos olhos do outro, mas sem medo e muito menos vergonha." Os pais de Maíra, poderosos senhores que detinham o total domínio político e militar da província, concluem o inquérito impondo a versão de suicídio. Sabendo, enfim, que Maíra é apaixonada por Birdo e que dele espera um filho, o poderoso pai, em fúria, exige o aborto, vociferando: "Não se abastardará meu sangue. Do celerado não sobrarão sementes. Do ventre de minha carne não se perpetuará o inimigo. Arrancarei de ti este embrião. Que sofras o quanto gozaste. Não tenho olhos, sou cego, por isso golpeio em círculo. Vem Áida!". A mãe segura a filha e ambos - pai e mãe - provocam o aborto. A jovem desfalece. Denotando uma ponta de admiração, o pai indaga da mãe se fora ela a responsável pela morte de Birdo. Ela assente: " Sim, fui! Esta tragédia é só minha pois não tenho salvação. A ti estou atrelada! Somos o velho e acabado e só tua força nos sustenta! (...) Matei-o. Mandei que o pendurassem na praça, de ódio pelo seu amor, pela sua beleza, pela sua esperança! Quisera esmagá-lo, mordê-

lo até sangrar, arrancar-lhe os olhos, a língua o sexo! Ele é vida, é sangue e humanidade pulsando. Sou fria e atra, sou passado, momento final!". E o pai-senhor, como em transe, exclama: " Golpearei em círculo e muitas cabeças rolarão. Haverá paz e trabalho! Viveremos em ordem! Em ordem! Orgulhosos de nossa força!". Finalizo a peça com Maíra, na praça, sozinha diante do amado morto: "Sozinhos, meu amado. Já em mim não continuas, pois mataram o pai e filho não nascido, e de ti só restará uma lembrança proibida. Mas eu ficarei meu amado, no centro desta praça, até que estes tempos se acabem e os homens se reencontrem no que conservarem de humano. Eu e meu sangue, e minha fé, e minha coragem, e minha certeza, e minha dor que é só o que há de irreversível!"

A Vlado, com o mais profundo respeito e saudade.

** Gianfrancesco Guarnieri é ator e dramaturgo.*

Prisão, tortura e morte - relatos dos companheiros de Vlado na prisão por Paulo Markun (texto escrito no ano 2000)

Vlado

Vinte e cinco anos depois, o que é preciso saber sobre Vladimir Herzog? Que ele morreu no dia 25 de outubro de 1975, durante uma sessão de tortura, na rua Tomás Carvalhal, 1030, no bairro do Paraíso, em São Paulo, num prédio utilizado pelo Destacamento de Operações Internas – Comando Operacional de Informações do II Exército?

Que os militares divulgaram fotos mostrando seu corpo em um uniforme verde, numa sala com um colchão e pedaços de anotações espalhados sobre os tacos do piso, em torno de uma cadeira de plástico? Que a cabeça pendia para o lado e as pernas se abriam para os dois lados, única e improvável maneira de alguém se enforcar com o cinto do uniforme na grade baixa colocada diante dos tijolos de vidro que garantia luz para a sala?

O que é preciso saber sobre Vladimir Herzog? Que o Inquérito Policial Militar foi manipulado do começo ao fim para concluir que a versão oficial, de que ele cometera suicídio, estava certa?

O que é preciso saber sobre Vladimir Herzog? Que no dia 25 de outubro de 1978, o juiz Márcio José de Moraes, da 7ª Vara de Justiça Federal responsabilizou a União pela sua morte e pelas torturas que sofreu?

Ainda é preciso dizer que a morte de Vlado, noticiada pelos jornais já livres da censura foi a primeira a chocar a classe média, que cinco mil pessoas foram a catedral da Sé para um ato ecumênico que se tornou o primeiro grande protesto contra a tortura em muitos anos?

Será necessário recordar o assassinato do operário Manoel Fiel Filho, igualmente travestido em suicídio, três meses mais tarde e que resultou na demissão do general Ednardo D'Avilla Mello, comandante do 2º Exército? Talvez fosse possível recordar ainda os que divulgaram essa versão na tribuna da Assembléia Legislativa e em colunas de jornais, mas, sinceramente, não sei do que isso adiantaria.

A política nunca foi o território de Vlado, que preferia teatro, cinema, ópera. Estudante de filosofia, foi contratado como repórter do jornal O Estado de S. Paulo por Perseu Abramo, onde em pouco tempo ficou amigo de Décio de Almeida Prado, Sábado Magaldi, Delmiro Gonçalves. Fez parte da equipe que cobriu a inauguração de Brasília, acompanhou a visita de Sartre e apaixonou-se pelo cinema.

Depois do golpe de 64, já casado com Clarice, foi trabalhar na BBC de Londres. Em julho de 1968, ela e os dois filhos, Ivo e André, voltaram para o Brasil. Vlado ficou,

para fazer um curso de produção de TV e em dezembro, durante uma viagem a Itália, leu a notícia sobre o AI-5, mas resolveu voltar. O emprego garantido na TV Cultura, não se concretizou – ele fora denunciado como comunista – e durante um ano, produziu comerciais numa agência de propaganda, até ser contratado pela revista Visão.

Vinte e cinco anos depois de sua morte, todas essas considerações importam menos que as lembranças ainda vivas do amigo cáustico, gozador e perfeccionista, com quem partilhei sonhos, decepções e fantasias.

Nos aproximamos quando o substituí no jornal Opinião, durante uma viagem dele e da mulher, Clarice, para os Estados Unidos. Na volta, aceitei seu convite para ser o chefe de reportagem da TV Cultura. Assumimos no dia três de setembro de 1975. Não houve tempo nem de arrumar as gavetas: no dia seguinte, uma nota na coluna do jornalista Cláudio Marques denunciava que os comunistas estavam transformando a Cultura num instrumento de propaganda.

O pretexto era uma reportagem produzida pela BBC de Londres sobre o líder vietcongue Ho Chi Min e exibida no telejornal do meio dia, cujo conteúdo não havíamos examinado. Editada por um jornalista da velha equipe, a matéria não incomodaria ninguém no Brasil de hoje, mas naquela época, cheirava a provocação.

De todo modo, a partir daquele momento, passamos a viver no olho do furacão. A prisão de meus companheiros de militância no Partido Comunista Brasileiro, então ilegal, só piorou as coisas. No dia 17 de outubro de 1975, uma sexta-feira, Vlado ia se encontrar com o chefe do escritório do Serviço Nacional de Informações em São Paulo. Incapaz de uma jogada maquiavélica, inimigo do dogmatismo e da burrice, ele achava que o mundo devia ter alguma lógica e pretendia explicar, olho no olho, que os discursos de Wadiah Helou e José Maria Marin, repercutindo notinhas publicadas na imprensa, sobre o controle comunista da TV Cultura, não tinham qualquer sentido.

Jamais soube o resultado do encontro: saí mais cedo naquela tarde e na mesma noite, fui preso e torturado para confessar que era membro do Partido Comunista. Oito dias depois, ainda no DOI-CODI, ao lado de outros jornalistas presos, me fizeram acionar uma máquina de dar choques, enquanto um torturador segurava a ponta dos fios para provar que aquele engenhoca não mataria ninguém. Disseram ainda que o Partidão era a favor da luta armada e tinha como dirigentes ultra-secretos figuras importantes, como um bispo ou um governador. Vlado, garantiam, era um agente da KGB.

Bom roteiro para um filme de ficção, como os que Vlado sempre quis fazer e que talvez fizesse, se não o tivessem em nota de rodapé da história e mártir a contragosto. Na contracapa do livro que coordenei quinze anos atrás tentei resumir o caso em oito linhas – ainda cheio de certezas e de esperanças. Repito aqui o que escrevi, mas confesso que não sei se é tudo tão simples assim:

A morte de Vladimir Herzog mudou o Brasil. Provocou a primeira reação popular contra a tortura, as prisões arbitrárias, o desrespeito aos direitos humanos. A morte de Vlado abortou um golpe dentro do golpe, estancou uma operação em marcha – teria sido um mero "acidente de trabalho"? E não é exagero dizer que ali, naquele prédio escuro do DOI-CODI, no confronto entre um homem encapuzado e seus algozes, começou a grande transformação que fez o Brasil voltar ao caminho da democracia.

** Paulo Markun é jornalista.*

Prisão, tortura e morte - relatos dos companheiros de Vlado na prisão por Sérgio Gomes

Preso alguns dias antes de Vladimir Herzog, no mesmo Doi-Codi do "Tutóia Hilton", o já repórter, mas ainda estudante, Sérgio Gomes da Silva chegou a ouvir os gritos que

acompanharam a tortura fatal de Vlado. Tendo ele próprio, antes e depois, sido vítima de sessões de tortura, nos mesmos ambientes e sob os mesmos tacões que vitimaram Vlado, Sérgio pensa hoje que é capaz, lembrando o que sofreu, de reconstituir o martírio e a morte do hoje jornalista-símbolo da luta pela liberdade, Vlado Herzog.

Sérgio Gomes, hoje (1992) professor universitário e ativo combatente da imprensa sindical, não relembra esses momentos por querer - foi obrigado a lembrá-los em seu depoimento na Polícia de São Paulo, que reabriu o processo da morte de Vlado.

A pedido de Unidade, Sérgio recompôs para o jornalista e professor José Carlos Rocha alguns trechos do que disse ao delegado.

Eu tentei me livrar pelo suicídio, a Vlado ninguém pôde salvar

Naquele dia 25 de outubro de 1975, a equipe de torturadores era dirigida pelo capitão Ramiro. Eram três equipes no Doi-Codi, cada um em plantão de 24 horas, com 48 de folga. O capitão Ramiro tinha um estilo diferente das duas outras equipes. Andava sempre munido de um sarrafo e sabia exatamente onde bater, nos cotovelos, nos joelhos, nos tornozelos - nas articulações. Ele conhecia muito bem a anatomia humana e desmontava uma pessoa com poucos golpes e sem barulho. Tinha prazer especial em amarrar as pessoas na chamada cadeira do dragão, que é uma espécie de troninho, de metal, molhado, onde os braços e as pernas, são imobilizados, amarra-se um fio elétrico no pênis, outro na orelha e aí, em seguida, com uma maquininha, um dínamo, chamada de "pimentinha", iam dando choques. Não é um choque que queima, não sei te dizer se é amperagem ou voltagem. Depois de encapuzar a pessoa, o capitão Ramiro jogava amoníaco sobre a parte frontal do capuz e apertava aqui na parte abaixo do queixo, de tal maneira que a pessoa ficava com aquele capuz bem colado no rosto.

Ao mesmo tempo, Ramiro dava porradas, gritos, choques elétricos e jogava amoníaco no capuz - a pessoa ia respirando esse amoníaco. À medida que o choque elétrico se dá, se você estiver expirando, você não consegue inspirar, e se você estiver inspirando, não consegue expirar. Então, como os choques são dados aos trancos, você vai ficando com a respiração completamente descontrolada e esse amoníaco entra pelas suas narinas, invade o cérebro como se fosse uma batalha de espadas, uma coisa maluca, cortando seu cérebro de todo jeito - e você ali imobilizado, levando choques, porrada, gritos. Tudo isso (...)...arma uma situação que é como se fosse surreal, você já não tem mais noção de se é com você mesmo que está acontecendo, começa a ficar confuso, não há saída para aquilo, você está amarrado."

Entre a loucura e a morte

"Fui submetido a isso muitas vezes e percebi em mim que a qualquer momento morreria, a qualquer momento podia ter um derrame, um colapso, a coisa ia se desagregar. Sentia essa proximidade. Você vai ficando completamente fora de si. É uma coisa que até precisaria ser vista por médicos neurologistas, para saber o que acontece, porque eu soube depois que, frente a situações-limite, como esta, de dores muito agudas e aflições muito intensas, o cérebro dá um tipo de descarga e mata o indivíduo para salvá-lo do enlouquecimento. Se a pessoa sofre um acidente de automóvel e tem esmagamento da coluna, por exemplo, que dizem ser a mais terrível das dores, o sujeito morre de dor, morre para fugir dessa dor, que é tão lancinante que a pessoa vai enlouquecer. Então, antes de enlouquecer, a pessoa se salva morrendo".

A morte como alternativa

"Eu senti isso. Tanto é que, numa dessas ocasiões, depois de passar por uma dessas sessões do capitão Ramiro, me desamarraram, me tiram o capuz, me deixaram lá, eu vomitei bÍlis, vomitei uma coisa como se fosse placenta, eu estava todo erodido, me lembro que abriram a porta do lugar onde estava, trouxeram uma pessoa, que não sei quem é, que tinha sido recentemente presa, e lhe disseram:

"Olha, é melhor colaborar senão vai acontecer com você a mesma coisa que está acontecendo com esse cara aí, que já está no fim". Isto me deixou com uma mistura de cagaço e humilhação, porque eu estava sendo usado a essa altura já como exemplo do estrago que se pode fazer com um ser humano".

"Depois de vários dias eu tinha emagrecido bem, estava todo arreventado, minha condição era usada para produzir pavor nos outros".

"Estou ali e vejo sobre um banquinho, um vidro de amoníaco, o vidro que o capitão Ramiro usava. Então fico olhando para aquele vidro e resolvo me suicidar, porque a coisa tinha passado do que parecia suportável, eu ia enlouquecer. Pego o vidro e tento tirar a tampa de plástico, dessas que tem como se fosse um biquinho de peito para dentro, cuja borda de plástico praticamente adere ao gargalo. Você tem de ter uma unha muito boa para conseguir separar esse plástico, que tem uma certa pressãozinha que resiste, ou então você tem de tirar com o dente. Eu estava com a boca toda fodida, então estava tentando tirar com o dente e com a mão, torcendo para que engolir o amoníaco daquele vidro fosse suficiente para me matar logo. Estou nessa tentativa desesperada para me matar quando entram o capitão Ramiro de novo e o seu grupo, me arrancam aquele vidro, me reamarram na cadeira do dragão e, aí começa outra sessão indescritível, coisa maluca".

Na manhã do dia 25

"Então, eu tinha passado por isso várias vezes. E lá naquela cela solitária, com o ouvido na janelinha, eu podia ouvir os gritos: "Quem são os jornalistas? Quem são os jornalistas? "Pô, o que é que podia ser? Não tinha idéia de que fosse o Vlado, não tinha a menor idéia. Pelo tipo de luta, pelo tipo de grito, pelo tipo de porrada, sabia que estava sendo feito com alguém exatamente aquilo pelo que eu tinha passado e sabia o que podia acontecer".

"Algum tempo depois, um grande silêncio. Mais um pouco de tempo e há um remanejamento, deslocam-se pessoas de um lado para outro dentro daquelas instalações lá na delegacia, desse ambiente onde eles tinham gente presa. Mais tarde sou informado por um médico chamado David Rumell que tinham apagado um cara, não sabia ainda quem era. Só venho a saber de quem se trata no dia seguinte, quando o Paulo Sérgio Markun, que foi um dos dois jornalistas que teve direito de ir ver o corpo, se encontra comigo numa das salas e me diz que tinham matado o Vlado".

"Foi de manhã, lá pela hora do almoço há uma azáfama, uma correria. Ele foi torturado durante toda a manhã e lá pela hora do almoço se dá o tal silêncio. A pessoa pára de ser torturada e em seguida há uma azáfama, uma correria, a gente percebe que tem alguma coisa estranha acontecendo. Eles tinham acabado de matar o Vlado."

Suicídio que não houve

"Sobre a hipótese de suicídio, inclusive a foto que eles divulgaram, tenho a dizer que eu estive preso numa daquelas celas. Por esse tempo todo fiquei preso em praticamente todas as celas ali. Não há nenhuma possibilidade de suicídio. Ninguém ficava com cinto, ninguém podia ficar com cinto. Depois da morte do Vlado, eles fazem justamente o remanejamento das pessoas dentro do Doi-Codi, para deslocar o corpo, montar a farsa, bater as fotografias. A cela onde eles tiraram a foto do Vlado era uma das celas que estava toda ocupada por pessoas presas. Quer dizer, o Vlado jamais esteve preso numa dessas salas que correspondiam às celas da delegacia. Ele foi torturado lá dentro, na sala especial onde ficava a cadeira do dragão. As pessoas não eram torturadas nas celas, eram torturadas lá dentro. Então o Vlado nunca esteve no lugar onde dizem que ele se suicidou. Ele estava sendo torturado daquela maneira que eu descrevi de forma simples e eu tenho para mim que ele morreu disso, de derrame, de colapso, pois foi uma longa

sessão de terrível tortura. Não sei se é possível, se a religião judaica admite que se faça a exumação do corpo, porque, se fizerem certamente encontrarão traços de amoníaco".

"Quanto a esse depoimento do japonês chamado Paulo, que se suicidou agora, que disse ter sido o Vlado morto de madrugada, não pelo capitão Ramiro, mas por outro, e que foi afogado numa lata com água e enxofre, isso é alucinação. O Vlado não foi assassinado de madrugada e eu não vi ninguém ser torturado ou afogado em água com enxofre. Isso não era o que se fazia ali".

"Então, eu afirmo: o Vlado não se suicidou. O Vlado foi assassinado, sob o comando da equipe dirigida pelo capitão Ramiro. Na manhã do dia 25 de outubro ele foi submetido à tortura, amarrado à cadeira do dragão, sob choques elétricos, possivelmente um fio amarrado ao sexo e outro à orelha, levando porrada de ripa nas articulações; e sendo asfixiado com amoníaco que era derramado sobre o capuz de lonita que se usava para impedir que os presos vissem os torturadores".

** Sérgio Gomes da Silva é jornalista.*

Depoimento publicado no Jornal Unidade de outubro de 1992.

Quem era Vlado por Luiz Weis em 25/10/2000

Um subversivo

Em 1975, quando Vlado foi morto, tanto quanto a ditadura precisava provar que ele tinha se suicidado, nós outros, seu amigos, colegas e companheiros jornalistas, precisávamos mostrar que os serviços de segurança haviam assassinado um cidadão de bem, pai de família, com endereço certo e sabido e sem vida clandestina — em suma, alguém que nada tinha a temer das autoridades porque nada lhes devia.

Era necessário que os brasileiros compreendessem imediatamente que a versão do suicídio era absurda; portanto, apresentar Vlado como pessoa "normal" equivalia a dizer que em hipótese alguma ele poderia ter se suicidado e que a ditadura matara um cidadão igual aos outros — como se, caso Vlado não fosse um cidadão igual aos outros, o regime pudesse ser absolvido de sua morte, indefeso, numa repartição do Exército.

Com isso, virtualmente excluiu-se da persona pública de Vlado uma dimensão fundamental: a política. Pois Vlado fazia política e tinha consciência do que fazia. Fazia política como jornalista e no jornalismo. Como homem de esquerda, possuía em 1975 mais dúvidas ideológicas do que seriam capazes de conceber os seus algozes. No entanto, possuía também algumas convicções límpidas — sendo a principal delas a de que, como jornalista, seu teatro de operações se localizava no território da informação.

Para ele, lutar contra a ditadura significava opor às mentiras fabricadas pelos aparelhos de propaganda do regime a verdade dos fatos — e das idéias —, de modo que alcançassem o maior número de pessoas. Isso trazia embutido, e ele não o ignorava, um critério predominantemente político na escolha e na maneira de tratar o material jornalístico.

Aquela altura de sua vida, num país submetido pela força, Vlado não cultivava ilusões sobre a "neutralidade" do jornalismo; tampouco se sentia tentado a buscar refúgio e consolo na técnica da profissão. Ele não trapaceava com a verdade nem subestimava a importância dos cuidados com a aparência da profissão. Mas a "isenção" do jornalista e o apreço à forma pela forma, Vlado os percebia, naquelas circunstâncias precisas, como desserviço ao país e à busca da liberdade.

Já em 1971, como editor cultural da revista Visão, havia realizado com Zuenir Ventura a reportagem de capa "O que é que há com a cultura brasileira", a mais circunstanciada exposição da miséria a que a supressão da liberdade havia reduzido a arte e o

pensamento do país. Na mesma época, sob o seu estímulo entusiasmado, fizemos a quatro mãos a primeira reportagem reveladora do programa de alfabetização do regime, o Mobral. Depois, na TV Cultura, sua atuação política se exprimia na preocupação de abrir espaço à presença do povo nos noticiários.

Outra convicção de Vlado era a de que a resistência democrática seria inócua se ato solitário, mera objeção de consciência. E que não poderia ser excludente, confinando-se a essa ou aquela família política. Por temperamento, formação e experiência, desacreditava das verdades dogmáticas. E aprendera que seria impossível mudar as coisas sem fazer concessões.

Vlado se fez homem de esquerda já homem feito. Foi um percurso demorado e pessoal que o levou a crer no socialismo numa fase da vida em que muitos socialistas já começavam a descrever. Colegas de escola, ele possivelmente se entediava com a minha insistência em falar de política. Além disso, o Vlado de 16, 17 anos, magro, orelhas de abano, olhos tímidos mas inteligentes, não concordava que as injustiças sociais e o atraso do Brasil fossem consequência da "espoliação internacional". Bobagem, ele dizia, o Brasil é o que é por causa da corrupção dos governos.

Cinema, literatura, música e, em especial, teatro — disso é que ele realmente gostava. Vlado gostava de falar de arte e cultura com o nosso professor de filosofia no Colégio Estadual de São Paulo Mário Leônidas Casanova, jornalista ele próprio, nos levou (e a mais dois colegas, Alexandre Gambirasio e José Chasin) ao chefe de reportagem de O Estado de S.Paulo, Perseu Abramo. Depois de duas semanas de experiência, fomos chamados para trabalhar na reportagem geral do jornal, em abril de 1959.

Vlado, já primeiroanista de filosofia, queria era escrever reportagens na seção de artes e artigos no Suplemento Literário do Estado. Em menos tempo do que faria supor o seu temperamento retraído, fez-se amigo dos maiores nomes do jornal na área de cultura, Décio de Almeida Prado, Sábato Magaldi e Delmiro Gonçalves — todos, não por acaso, ligados ao teatro. Mas, ainda que viesse a colaborar na "página de arte" e no suplemento, continuaria repórter de assuntos gerais.

O Estado era, então, algo único na imprensa paulista: um centro de política, cultura e inteligência. Nesse ambiente, nem sequer o mais verde repórter podia manter-se alheio ao cheiro político que ali se respirava. Ainda assim, Vlado continuava a manter com a política uma relação distante. Mas, no dia 1º de janeiro de 1959, tomando batida de maracujá e comendo camarão frito numa praia em Ubatuba, Vlado não ficaria menos emocionado do que os seus amigos "politizados", ao ouvir no rádio que Fidel acabara de entrar em Havana.

Em abril de 1960, Vlado fazia parte da equipe destacada para cobrir a inauguração de Brasília, sob o comando de Perseu Abramo. E foi em Brasília, na excitação do novo e na embriaguez da esperança, em meio à poeira vermelha levantada pelos caminhões de candangos, que Vlado Herzog, iugoslavo de nascimento e italiano de coração, começou a virar brasileiro — e a atentar para os políticos com quem esbarrávamos a toda hora.

Atentava também para o confronto das forças que se preparavam para disputar a presidência nas eleições de outubro daquele ano, de um lado, com o marechal Henrique Lott, pelo PSD-PTB, de outro, com o ex-governador Jânio Quadros, pela UDN. Mas o extremo rigor crítico de sua personalidade não lhe permitia tomar partido com a paixão ainda juvenil de muitos de seus colegas.

O esquerdismo de fachada dos políticos do PTB irritava-o não menos do que furor lacerdista dos conservadores. Via em Jânio um demagogo de ameaçadoras feições fascistas, mas lhe era difícil aceitar a trôpega sintaxe de boa parte da esquerda de então — e, mais ainda, acreditar que Lott estivesse preparado para fazer as reformas sociais

que ele, Vlado, por espírito compassivo, achava inadiáveis. A compaixão, a capacidade de indignar-se e o rigor de seus julgamentos o acompanhariam até a morte.

Mas nesse mesmo ano de 1960 um acontecimento faria estalar para sempre o ceticismo com que Vlado se punha perante o mundo: a vinda ao Brasil do pensador francês Jean-Paul Sartre, que já estivera em Cuba e dali sairia ardoroso defensor da revolução. Como repórter e estudante, Vlado acompanhou todos os eventos da estada de Sartre — e, ao ouvi-lo falar, com exuberância, precisão e paixão, descobriu o engajamento.

Não que tivesse ido filiar-se ao partido de esquerda mais próximo. O que fez foi aproximar-se dos movimentos culturais voltados para o Brasil real: o teatro de Augusto Boal, Gianfrancesco Guarnieri e Oduvaldo Viana Filho, o cinema novo de Nelson Pereira dos Santos. Fazer cinema, e cinema documental, tinha se tornado a sua principal aspiração. Descobriu e se apaixonara pelos documentários da chamada Escola de Santa Fé, na Argentina, dirigida por Fernando Birri, especialmente por *Tire Die*, o filme sobre as crianças das favelas que corriam atrás dos trens pedindo aos passageiros que lhe atirassem 10 centavos. Por aí se vê a que temas — e a que fração da humanidade — Vlado se ligara.

O golpe de 64 tornou irrespirável para ele o ar do Brasil. Recém-casado com Clarice Ribeiro Chaves, obteve em 1965 um emprego no Serviço Brasileiro da BBC, em Londres, onde já trabalhavam dois outros ex-colegas do Estado, Fernando Pacheco Jordão e Nemércio Nogueira. Ali, Vlado completaria o seu amadurecimento profissional, político e cultural; por influência de Jordão, transferiu seu interesse imediato do cinema documental para a TV. No começo, ele ainda tentava deixar o futuro pessoal entre parênteses. Mas, em fins de 1968, resolveu o dilema íntimo do qual não pudera se furtar — que fazer da vida? — e voltou ao Brasil.

Naquele terrível começo da década de 70, ele mais de uma vez se confessaria arrependido da decisão. O Brasil da tortura e do "milagre" cobrava de Vlado, no dia-a-dia, um preço que nem sempre ele tinha como pagar. Ainda assim, o Vlado daqueles anos era um temperamento que em nada lembrava o moço tímido, ar de judeuzinho perseguido, que tinha sido meu colega de colégio. Dizia que "não devemos ter medo das próprias emoções" — e com certeza não as temia. Temia, isso sim, como falava, que "de tanto ficar no meio da merda a gente se acostume com seu cheiro".

Ele, pelo menos, nunca se acostumou. Aproximou-se do Partido Comunista para vacinar-se contra a solidão política. Embora eventualmente simpatizasse com pessoas que haviam escolhido a luta armada, não se identificava nem com os meios nem com os propósitos de mais longe alcance dos movimentos a que pertenciam. Vlado via no PCB a alternativa política mais adequada para o momento — e o momento, entendia ele, exigia manter vivas e integrar as organizações da sociedade ao esforço pela reconquista da liberdade.

As vitórias da oposição na eleição de 1974 pareciam acelerar a distensão proposta pela ala moderada do regime. E, embora já estivesse em curso o novo e brutal ciclo repressivo desencadeado pela linha-dura, dessa vez contra o "Partidão", Vlado aceitou com otimismo o convite para dirigir o jornalismo da TV Cultura. Ele não acreditava no retrocesso — e não poderia imaginar que o retrocesso só seria detido com a sua morte.

Morto Vlado, tentaram pintar Vlado ora como agente da KGB, que teria se suicidado para prestar um derradeiro serviço à causa comunista, ora como uma figura inexpressiva, que se matara por alguma misteriosa "razão íntima". Vlado, obviamente, não era uma coisa nem outra, mas uma daquelas pessoas que as ditaduras jamais conseguem dobrar. Sua coragem diante dos algozes não se provinha de alguma ideologia granítica. O que lhe deu alento até para insultar seus torturadores, já no limite

do martírio, era a força do livre espírito humano. Por isso, Vlado Herzog era um subversivo.

* Luiz Weis é jornalista. Extraído e adaptado de Vlado — Retrato da Morte de um Homem e de uma Época, Paulo Markun (organizador), Brasiliense, São Paulo, 1985, páginas 36 a 52.

A palavra dos artistas por Lélia Abramo em 25/10/2000

Extraído do livro "Vida e Arte"

(...) eu havia entrado, como já foi dito, para o Muse Italiche, grupo italiano de teatro, (...) que não era formado somente por amadores; havia também profissionais já tarimbados que, por razões pessoais ou outras, haviam abandonado a Itália após o término da Segunda Guerra Mundial. Outros ainda haviam participado de vários grupos filodramáticos italianos espalhados em grande número pela capital e pelo interior de São Paulo, desde o final do século passado. O Muse Italiche era um dos últimos e raros remanescentes, sobre os quais Miroel Silveira escreve competentemente em seu livro, A influência italiana no teatro brasileiro.

Os atores do Muse Italiche eram bem organizados, disciplinados, dedicados. Aprendi muito com eles. Mas, depois de algum tempo, o grupo, que já vinha passando por uma crise interna, dividiu-se e uma parte dos atores decidiu formar outra companhia. E lá fui eu para esse novo grupo. Não havia quem o dirigisse. Indiquei meu irmão Athos que, nessa época, já era conhecido como crítico de teatro por sua colaboração em vários jornais, como a Folha da Manhã, Jornal de São Paulo e O Tempo. Ele aceitou e também foi aceito com entusiasmo pelo grupo, que era administrado pelo ator Giuseppe Bertoli.

A proposta apresentada por Athos era a de encenar autores italianos contemporâneos. Como o grupo desejava representar em italiano mesmo, foi escolhido o nome I Guitti (os mambembes ou os saltimbancos, em português). A primeira peça selecionada foi Ispezione (Inspeção), de Ugo Betti, um drama interessante, cujos protagonistas eram Ângelo Valentini e eu, com o nome artístico de Lia Dogliani, sendo o elenco formado também por Pola Astri, Mário Leonardi, Beatriz Romano Tragtemberg (cujo nome artístico era Beatriz Berg), Silvio Bruni, Alberto Bonini, Ernesto Pettinati, Mário Pirri e Vlado Erzi (nome usado pelo jovem Vladimir Herzog, enquanto participou desse nosso grupo de teatro). Estreamos em 6 de agosto de 1956, no Teatro de Cultura Artística. A direção foi elogiada pela crítica, assim como a interpretação dos atores e os cenários de Lívio Abramo.

Gostaria de recordar aqui como Vlado Herzog passou a fazer parte da nossa vida. Certa noite, logo no início dos ensaios, surgiu um jovem magrinho, muito pálido, com grandes olhos luminosos e aparência adolescente. Quem o apresentou foi Beatriz Berg, que com ele participava das leituras dramáticas, dirigidas por Gianni Ratto, feitas em italiano pelos alunos do Instituto Ítalo-Brasileiro de São Paulo. O instituto era dirigido pelo professor Eduardo Bizzarri, e o seu Departamento de Teatro por Olga Navarro. Vlado gostava de teatro, falava corretamente italiano e queria participar do elenco. Contou que havia nascido na Iugoslávia e era bem pequeno quando seus pais, judeus iugoslavos, tinham sido forçados a fugir do país, que fora invadido pelos alemães. A família havia se refugiado na Itália, em casa de amigos, onde permanecera até o final da guerra, viajando então para o Brasil. Vlado foi aceito imediatamente, pois era o tipo físico perfeito que nos faltava para interpretar o papel de meu filho na peça. Ele foi ótimo no seu papel e nos tornamos grandes amigos.

Certa noite, terminado o espetáculo, Vlado muito timidamente pediu-me que o apresentasse ao meu irmão Cláudio, na época chefe de redação do jornal O Estado de S.

Paulo, pois queria ser jornalista. Entreguei a ele um bilhete dirigido ao Cláudio, pedindo que o acolhesse como amigo e que lhe arranjasse algo a fazer no jornal. Em resposta, meu irmão mandou-me um bilhete desaforado dizendo que aceitara Vlado Herzog, não porque eu o tivesse apresentado como meu amigo, mas por ser o jovem muito talentoso, demonstrando aptidão para o trabalho no jornal. Apesar do desaforo do Cláudio, fiquei contentíssima.

Esse foi o começo da brilhante carreira do jornalista Vladimir Herzog. Ainda no Estadão, Vlado fez parte da equipe de reportagem que, em 1960, dirigida por Perseu Abramo, fez a cobertura da inauguração de Brasília. Por esse trabalho, a equipe, que incluía outros jovens jornalistas como Luiz Weis, Alexandre Gambirásio e Fernando Pedreira, recebeu o Prêmio Esso de Jornalismo daquele ano (categorias regional e menção honrosa). Muitos anos depois, quando Vlado foi trabalhar na BBC de Londres não se esquecia de me enviar cartões postais, dando notícias suas.

Foi trágica a vida desse jovem, tão talentoso, decente, gentil, culto e competente: fugido da Iugoslávia para escapar dos nazistas, conseguiu abrigar-se na Itália fascista, de onde, embora tenha certamente sofrido traumas por sua situação de refugiado, conseguiu sair vivo, para vir morrer no Brasil, assassinado pelos capangas torturadores da ditadura militar, no dia 25 de outubro de 1975. As circunstâncias de sua morte, ocorrida algumas horas depois de Vlado ter recebido uma intimação policial e se apresentado livremente, e especialmente a versão montada pelos órgãos da repressão, tentando caracterizar esse assassinato como suicídio, levantaram uma onda de protestos, liderada pelo Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, com a adesão imediata de todos aqueles que já participavam da luta contra as arbitrariedades do regime. Nessa altura, Vlado trabalhava na TV Cultura e já era um jornalista conhecido internacionalmente. O impacto causado por sua morte repercutiu até no exterior e essa reação contribuiu de maneira importante para apressar o fim da ditadura militar, que se havia iniciado em 1964 (...)

Quando Vladimir Herzog foi morto na prisão, em 1975, os jornalistas e os atores foram os primeiros a se manifestar, apesar do medo que imperava. Naquela noite – er um sábado – todos os atores comunicaram a seus públicos a morte de Vlado. Na segunda-feira, dia do enterro, eu estava gravando na televisão e disse ao Carlos Zara, diretor da novela: "Vou ao enterro e levo cinco atores que queiram ir comigo; portanto não vamos trabalhar hoje." Carlos Zara continuou gravando e nós seis fomos para a cerimônia fúnebre.

Lélia Abramo é Atriz.



Observatório da Imprensa

Você nunca mais vai ler jornal do mesmo jeito

Quinta-feira, 19 de Abril de 2012 | ISSN 1519-7670 - Ano 16 - nº 690

DOSSIÊ VLADIMIR HERZOG (1937-1975)

VLADO, A MEMÓRIA NECESSÁRIA

Enterro de um `suicida`

25/10/2005 na edição 352

Apoio



FORD FOUNDATION



ALBERTO DINES

Uma questão teológica judaica comprovou que ele [*Herzog*] não tinha se suicidado. E a questão teológica é o seguinte: pela religião judaica, o suicida não pode ser enterrado como qualquer outra pessoa; ele fica, digamos, um pouco marginalizado, fica encostado no muro do cemitério, mas não fica no centro. Há a famosa frase "Deus dá a vida e Deus tira a vida". É definitivo, é uma cláusula pétrea do judaísmo: você não se suicida. Também pelos ritos judaicos, a pessoa tem que ser preparada para ser enterrada, tem que ser limpa, limpa até por dentro. É da tradição judaica que os cadáveres sejam todos preparados para subirem, com lavagens, com uma certa assepsia externa, e isso exige um manuseio do cadáver. Na hora de enterrar o Herzog, a ordem era para enterrar junto aos suicidas, mas não foi. Foi essa pequena dúvida de caráter teológico, se ele é ou não é suicida, onde será enterrado, que realmente ligou o sistema todo, deu um curto-circuito. Ao ser enterrado em um lugar normal, ficou evidente que os laudos do DOI-Codi e do legista [*Harry Shibata*] eram mentirosos, era tudo fajuto. Os cristãos em geral não têm problemas com o enterro do suicida, mas os judeus têm. E chegou a haver uma pressão de pessoas da comunidade judaica para que ele fosse enterrado como suicida, porque os militares tinham determinado aquilo, e a comunidade tinha pessoas, por convicções ou instinto de defesa, próximas ou que aceitavam imposições das autoridades militares. Mas felizmente o [*rabino*] Sobel foi firme e, além disso, botou a boca no mundo. A partir daí o episódio se configurou não como um suicídio, mas como um assassinato político.

RODOLFO KONDER

O rabino [*Henry*] Sobel fez a lavagem do corpo e constatou que ele tinha morrido nessas circunstâncias. Nós não estávamos sabendo de nada a essa altura, aí nos tiraram da sala de espera e nos levaram para o andar de cima, supostamente para reconhecer fotos. Nós não entendemos bem o motivo, mas ficou claro depois: o Vlado já tinha morrido e eles precisavam retirar o cadáver daquela sala e tinham que passar pela sala de espera e em que nós estávamos. Mesmo com o capuz você sempre vê alguma coisa e eles não queriam correr esse risco. Voltamos para sala de espera, mas o cadáver já não estava mais lá. Passamos a noite ali, que não tinha vaga nas celas ainda.

No dia seguinte de manhã, o comandante do DOI-Codi convocou os jornalistas, só os jornalistas, para comunicar que o Vlado tinha se matado. Nós ficamos evidentemente chocados, perplexos. E aí ele disse... é aí que vamos entrar no plano da decodificação e Freud vai nos ajudar um pouquinho. Primeiro, ele disse o seguinte, que o Vlado era agente da KGB. Até o [Paulo] Markun disse: "Mas não é possível!". E ele disse: "Fica quieto aí, menino, você não sabe de nada! Ele era agente da KGB e o governo está infiltrado de agentes da KGB. O governo está infiltrado de agentes da KGB e nós estamos sabendo quem são". E depois ele ainda disse o seguinte: "E vocês têm que entender qual é a nossa função: a pessoa entrou aqui a gente baixa o cacete. Pode ser até o presidente da República, entrou aqui a gente baixa o cacete!". Eu também achei essa referência nada fortuita ao presidente da República como uma indicação, não é verdade? Então, fomos informados da morte do Vlado e depois fomos dispensados para ir ao enterro. Eu fui ao enterro nessas circunstâncias, ainda com a roupa suja, a cueca suja, aquela coisa.

O cemitério estava cheio de agentes. Saímos do enterro e fomos, o [George] Duque Estrada e eu, que ficamos juntos o tempo todo, cada um foi na sua casa tomar banho, se trocar, e fomos para o DOPS, onde eu fui fichado pelo Dulcídio Wanderley Boschilla, juiz de futebol, que me disse: "Fique tranquilo que aqui dentro não tem porrada!". Eu digo: "Ah, tá bom!". E me levaram para uma cela, onde já tinha várias pessoas presas, conhecidas nossas: Sérgio Gomes e outras figuras. E o carcereiro era muito gentil, sempre vinha nos oferecer: "Os senhores hoje querem chá ou café?". Porque a gente dava um dinheirinho para o carcereiro. E ele trazia os jornais também. Fiquei alguns dias lá, depois fomos liberados. Estávamos sendo processados e eu tinha que me apresentar toda semana no gabinete do delegado [Sérgio Paranhos] Fleury. E aí fiz o depoimento no escritório do José Carlos Dias. Quando o Geisel substituiu o Ednardo no comando, divulgamos o meu depoimento e aí eu decidi fugir. Saí pela fronteira de Foz do Iguaçu e Puerto Iguazu.

LUIZ WEIS

Não fui ao enterro e não fui à missa porque estava preso. No domingo [26/10/1975], o pessoal do DOI-Codi divulgou aquele bilhete que o Vlado tinha escrito e rasgado, que era uma confissão: "Eu, não sei o que lá, recrutado por Fulano de Tal, membro da base do Partido Comunista, juntamente com blábláblá...", e estava o meu nome lá. Aí eu fui parar numa outra casa, fiquei clandestino. Mas, ainda assim, na segunda-feira de manhã fui para a *Veja*, meu emprego. Eu não podia viver na clandestinidade, eu também não iria me expor no fim de semana, porque, para todos nós que vivemos a ditadura, fim de semana era muito diferente de segunda a sexta. Todos os cuidados que uma pessoa devia ter, devia ter especialmente, e acima de tudo, no fim de semana – quando você não tem advogado, os jornais estão fechados, entende? Você não tem arrimos, não tem a pouca proteção que teria num dos dias úteis. No fim de semana as pessoas somem, as notícias são mais devagar. Mas na segunda-feira, eu disse: "Bom, eu vou para o meu abrigo" – meu abrigo era o meu emprego. Aí o Mino [Carta] primeiro me ofereceu [uma alternativa], foi uma coisa muito generosa da parte dele, mas inteiramente inviável, do ponto de vista prático e do ponto de vista da minha distância de filho, minha ex-mulher tava internada, enfim, coisas da vida. Ele perguntou se eu não queria morar em Madri pela revista. Agradei muito, mas não via como é que eu ia sair e muito

menos como é que eu viveria fora do meu quadro pessoal. Aí, ele e o Audálio Dantas, presidente do Sindicato dos Jornalistas, articularam a minha apresentação. E foi que aconteceu: na tarde do dia seguinte, terça-feira, fomos lá o Mino Carta, o José Roberto Guzzo, que dividia a chefia da redação com o Sérgio Pompeu. Iam o Carta, ele [*Guzzo*], o Audálio Dantas e eu. Fomos recebidos pelo coronel Paes. Ele era um sujeito que, no QG do 2º Exército, pressionava o DOI-Codi. Disse, sobre o Vlado: "É, que coisa, como é que ele foi se matar, que coisa terrível". Lógico, fazia parte de toda a encenação. Isso sobreveio ao longo da conversa.

Bom, aqui está tudo bem, então o senhor vai, um pouco no raciocínio "não deve, não teme": "O senhor será levado lá no DOI-Codi onde o senhor prestará depoimento". E aí, de fato, logo chegou uma viatura do Exército, que me levou. Entrei lá entrei e o sujeito já foi dizendo: "Bom, aqui é assim: quem colabora, a gente trata como gente, quem não colabora a gente trata como cachorro. Tira a roupa, veste o macacão". Enfim, aí estamos, tirei a roupa, vesti o raio do macacão. Tinha uma espécie de sala, um corredor, atulhado de gente, já com capuz. E fiquei horas ali, nada acontecia. E tinha uma menina, uma voz de criança, que estava armando o maior auê ali, reclamava do que, não sei o que ela reclamava, mas eu fiquei muito pasmo. O que é isso, essa pessoa que eu não conseguia ver quem era, que coragem que ela tem? Essa pessoa chama-se Marinilda [*Carvalho*] Marchi. Ela foi barbaramente torturada e eu nunca vi lá uma pessoa tão corajosa quanto ela, ou não vi ninguém mais corajoso do que ela, uma coisa impressionante. Ela tinha uma coisa que vinha com uma naturalidade, brotava, era uma coisa assim... dando esporro lá dentro, o que não impediu que ela tenha sido torturada. Comeu o pão que o diabo amassou.

Aí eu também reclamei: "Pô, eu quero ir para a cela, eu quero ir dormir!". E aí me levaram de madrugada para uma cela onde eu ficaria uma semana. Eu não fui torturado. Houve ameaças, mas não fizeram nada. Era uma cela muito divertida, como nos dias seguintes vim a saber. Não eram jornalistas, tinha de tudo ali, tudo do PC. Tinha um feirante, tinha um capitão da Marinha Mercante, que tinha viajado o mundo e passava o dia contando anedotas... E tinha um menino que – e eu pela primeira vez eu vi o que é a tortura – não podia pôr os pés no chão: a planta dos pés dele era carne viva.

Os gritos de madrugada, tudo o que se segue, começam interrogatórios. O primeiro que me interroga é o mau – tem o bom e o mau, o *good cop* e o *bad cop*. "Conta aí.". "Eu me apresentei.". "Apresentou nada, você está é preso, seu filho da puta!". Ele estava mais preocupado com a base judaica do Partido Comunista, e o Alberto Goldman em especial. Eu realmente não tinha a mais remota idéia, não tinha contato com o mundo judaico. O segundo interrogador, o bonzinho, eu entrei de capuz, ele disse: "Tira o capuz, aqui comigo não tem essa coisa de usar capuz nada!". Sabe, essa coisa é uma farsa. Daí começou a falar no suicídio: "Como é que é você entende o suicídio do Vlado, vocês eram amigos". Eu falei: "Não sei de suicídio". "Mas ele era da KGB?". "Não, ele não era.". "Ele era, mas ele não era equilibrado.". Enfim, tudo fazia parte. Em certa hora ele me apresentou um depoimento de alguém, cuja assinatura ele tampou, e disse: "Veja só.". Era um depoimento [*sobre*] o que nós éramos. Falei: "É isso mesmo.". Não ia negar o óbvio, estava lá, então era uma espécie de equivalente àquele bilhete do Vlado: nos reuníamos na casa de Fulano, na casa de Cicrano etc. etc.. Depois teve a coisa que todo mundo passava, uma espécie de prestação de contas, que era para os analistas: se escrevia de próprio punho uma análise dos objetivos do Partido Comunista, quais são as metas, era mais para o cérebro usar. Enquanto isso tinha havido o enterro

[do Vlado] e tinha havido a missa, cuja verdadeira dimensão lá dentro a gente não tinha. Eu fui saber depois.

Minha prisão foi legalizada e fui para o DOPS, mais três dias no DOPS. E aí já é a civilização, é a Suécia. Você entra e o primeiro que te recebe lá, no meu caso, oferece o leite, vai tirar as tuas digitais, vai te fotografar, e diz: "Não esqueça que te tratei bem.". Era o juiz [de futebol] Dulcídio Wanderley Boschilla, que trabalhava no DOPS. Hoje eu soube que vários outros falaram isso. O Romeu Tuma disse isso para alguém, que outro dia me contou: "Nunca esqueça que te tratei bem". O Tuma era delegado lá. Aí você é levado para o Sérgio Paranhos Fleury, só para ele te olhar. Você vai, abre-se uma porta, ele te olha, fecha-se a porta, você volta para cela. E aí um belo dia, sem mais aquela, você é tirado do DOPS, para onde? De volta para o 2º Exército. Você não sabe se está voltando para o DOI-Codi, a situação é de terror. Não, você vai fazer um testemunho no IPM do suicídio do jornalista Vladimir Herzog, onde você passa por uma coação. O presidente do IPM é o Cerqueira Lima, boa gente, falava que eu fumava muito, "faz mal". Perguntou se eu já tinha estado na Rússia: "Não, nunca estive". "Lá faz muito frio, estive lá uma vez." E ao mesmo tempo você tem o procurador, que era um civil, que realmente fica te enfiando palavras na boca. "O Vlado se suicidou.". "Não!" E o cara já vai botando nos autos. Eu falei: "Não! A morte. Eu não falei em suicídio.". Mas isso vai, e você não sabe o que vai acontecer depois, quando terminar aquele depoimento, e a sala cheia de milicos, de oficiais, todos com as caras adequadas à ocasião. E você não sabe se volta para o DOPS, se daí você volta para o DOI-Codi... Depois, quando houve o processo que a Clarice moveu, e o Márcio José de Moraes Barros [deu a sentença] responsabilizando a União pela prisão ilegal e tortura e morte de Vladimir Herzog, todos nós depusemos naquele processo e todos contávamos a mesma história sobre o que foi aquele IPM que concluiu pelo suicídio...

<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/enterro-de-um-suicida>



Memória Viva

Clarice Herzog

Para saber mais

Visite o **blog Muito Além da História** sobre a Ditadura Militar no Brasil

Clarice Herzog: "Eu não anistio os torturadores do Vlado"

Por Cylene Dworzak Dalbon



25 de outubro de 1975, Rua Tutóia, cidade de São Paulo. Nas dependências do DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna), um homem é torturado com pancadas e choques elétricos. Seus companheiros, na sala ao lado ouvem seus gritos.

O homem recusa-se a assinar um suposto depoimento por não admitir que as informações constantes naquele pedaço de papel sejam verdadeiras. Ele não escrevera nenhuma palavra daquilo. Em um ato de indignação, rasga o papel. E num ato

de maior indignação ainda, mesclado a ira, seu torturador o esbofeteia. Os amigos, na outra sala, não ouvem mais seus gritos.

Algumas horas mais tarde, dentro de uma cela no mesmo departamento, uma foto do homem morto, amarrado por uma tira de pano em um pequeno pedaço de ferro no alto da cela. O Inquérito Policial Militar (IPM) dá como causa da morte suicídio por enforcamento. Esta era a versão oficial sustentada pelos militares e ignorada pela família. Vladimir Herzog havia sido assassinado e seus torturadores haviam montado uma farsa grotesca para encobrir a barbaridade que haviam feito.

O relato acima caberia muito bem em um romance policial. Mas não é ficção. O fato tenebroso e covarde existiu. Quando os gritos silenciaram, Vladimir Herzog estava morto. Inicia-se então, o começo da luta pela abertura política na história ditatorial que acabaria de fato, 10 anos depois, em 1985. Vlado, como era conhecido por familiares e amigos, é hoje um símbolo, e não só para os jornalistas. E está tão vivo na memória de quem presenciou e viveu a história, como na de pessoas que se apaixonam pela emocionante história de vida de Vlado e se revoltam com a monstruosidade e tristeza de sua morte.

Em conversa exclusiva com o Jornal Segundas Intenções, a publicitária Clarice Herzog fala do terrível outubro de 1975, quando seu marido, o jornalista Vladimir Herzog foi assassinado dentro das dependências do DOI-CODI pelos órgãos de repressão da ditadura.

O outubro de 1975



Clarice, abraçada aos filhos Ivo e André durante o velório de Vlado Herzog

Foto: Elvira Alegre

“O outubro de 1975 foi complicadíssimo. Ficaram na memória as coisas relacionadas ao que aconteceu com o Vlado. No começo do mês vários jornalistas foram presos. Estava havendo inclusive um encontro nacional de jornalismo e mesmo assim as prisões continuavam. Foram presos muitos jornalistas ligados ao Vlado e da TV Cultura, o Markum, o Anthony, Rodolfo Konder, o Sérgio Gomes. Foi um momento extremamente tenso. Esperávamos que o Vlado fosse preso devido a essas prisões, e discutimos muito sobre qual seria o teor de seu depoimento – o que nunca passou pelas nossas cabeça é que ele acabaria sendo morto. Vlado, naquele momento estava no Partido [Comunista Brasileiro]. Ele nunca foi muito ligado à política, ele não era comunista – aliás era bastante crítico ao partido. Na verdade, o Vlado era um intelectual, ligado a teatro, cinema, que desejava um mundo melhor, um mundo onde as idéias pudessem ser discutidas e respeitadas. Naquela época existiam duas forças contra a ditadura militar: uma era a igreja e a outra o PCB. Como o Vlado era judeu, optou pelo Partido –a sua área de atuação como militante era a discussão da situação cultural no país – a produção artística, nos vários níveis, estava sendo totalmente massacrada pela censura. O motivo da forte repressão contra o PCB, é que ele estava se tornando uma nova e forte frente de enfrentando da ditadura. Mas aconteceu o que não esperávamos que acontecesse: afinal, apesar do Vlado estar envolvido com o partido comunista, tínhamos empregos, passaporte, residência fixa e não éramos envolvidos com a luta armada.”

Londres

“Depois do término do contrato do Vlado com a BBC em Londres, eu retornei primeiro com as crianças e o Vlado ficou mais três meses fazendo um curso sobre TV Educativa. Era pra ele chegar ao Brasil dia 15 de dezembro de 1968 (o AI-05 foi no dia 13). Mas ele não chegou. Antes de vir para o Brasil, ele passou por Roma para se despedir do [Fernando] Birri [cineasta e guru de Vladimir Herzog] e lá em Roma viu a manchete no jornal: “Ditadura Militar no Brasil”. E aí ficou a dúvida, se voltava pra Londres, se vinha para o Brasil. E durante duas semanas permanecemos nessa dúvida. Mas a sensação que nós tínhamos é, mesmo com o A15 seria possível fazer alguma coisa aqui, valia a pena tentar.”

O grito da sociedade e o silencio dos judeus

“A morte do Vlado foi um basta. A sociedade civil percebeu que aquilo foi a gota d’água. Na hora em que ele morreu houve uma movimentação. Ele era muito conhecido no Brasil e no exterior; então todo mundo ficou sabendo. A comunidade judaica nunca deu apoio pra nada. Isso é muito importante que se deixe claro. Não havia rabino no velório nem no enterro do Vlado. O culto ecumênico aconteceu graças ao D. Paulo [Evaristo Arns] – aliás, Dom Paulo também esteve presente no velório. Não houve apoio nenhum da comunidade judaica, muito pelo contrário. Tive apoio de amigos judeus, mas não da comunidade enquanto instituição.”



D. Paulo Evaristo Arns acompanha o velório de Vlado

Foto: Elvira Alegre

Correio Brasiliense

“A maneira como foi feita a matéria foi muito sensacionalista, o Correio Brasiliense foi ‘marrom’. Realmente, reconheci a foto de frente como sendo do Vlado; as outras não. A pessoa fotografada era muito parecida com ele, mas houve um engano da minha parte, que só se esclareceu quanto o Nilmário Miranda (Ministro da Comissão dos Direitos Humanos) e o General chefe da segurança do presidente Lula estiveram aqui e me mostraram o dossiê completo da pessoa que tinha sido fotografada e aí percebi que realmente aquele não era o Vlado.”

A ação judicial

“Foi um processo importante porque houve um resgate da justiça brasileira, do judiciário, e isso fez com que outras famílias também entrassem com o processo contra a União. Não pleiteei indenização porque queria que fosse reconhecido publicamente que o Vlado não havia se matado e sim, que havia sido assassinado; e eu tinha medo de que me pagassem a indenização sem qualquer processo porque afinal o Vlado estava sob proteção do Estado.

Clara Charf e Carlos Marighela

“Quando voltei de Londres, eu queria ajudar de alguma forma. Fui então apresentada a Clara Charf que na época tinha um nome de guerra, que eu não lembro qual era. Ela se encontrava, vez ou outra, com o companheiro dela. E quando ia com ele em casa, o

Vlado e eu permanecemos no andar de cima – não queríamos saber quem era a pessoa que estava na clandestinidade. Mas, um dia tive um contato breve com o companheiro da Clara porque ela comentou com ele que eu havia perdido um tio assassinado durante o Estado. Então, ele subiu as escadas e me disse: fui companheiro do seu tio na prisão e posso lhe dizer que ele foi um combatente muito corajoso. E eu não sabia que ele era o Marighela, e nem queria saber. Eu tinha medo de me envolver demais.”

Anistia

“Eu não anistio os torturadores do Vlado. A minha opinião sobre anistia é essa.”

32 anos depois



“Este ano o Vlado completou 70 anos. Dói. É uma dor amenizada, claro, mas ela sempre existe. É uma cicatriz que fica. Pode não estar mais inflamada, mas cada vez que se olha pra ela, lembra-se de toda a dor.”

[.http://www.latinoamericano.jor.br/memoria_viva_clarice.html](http://www.latinoamericano.jor.br/memoria_viva_clarice.html)

Vladimir Herzog

Foto: Sindicato dos
Jornalistas de São
Paulo

ENTREVISTA COM RABINO HENRY SOBEL

AK: Não houve um movimento organizado institucionalmente (no caso Herzog)?

HS: Mas esporadicamente existem momentos em que ativistas a favor dos direitos humanos reuniram, por exemplo, por ocasião da inauguração do museu sobre os direitos humanos na velha sede do DETRAN (DOPS).

AK: Voltando a 1975, o senhor era um jovem rabino era um jovem rabino na CIP quando ocorreu o assassinato de Vladimir Herzog. Mesmo assim o senhor teve uma atitude corajosa. O senhor deve ter tido o apoio da CIP ou de pessoas da comunidade judaica, porque era uma atitude muito perigosa.

HS: Não havia nenhum seguro muito pelo contrário eu fui na Catedral da Sé e participei no movimento de esclarecimento da opinião pública sem aval nenhum, nem da congregação nem da comunidade. Fui até aconselhado, não quero mencionar nomes, de ir para Brasília e avisar a Embaixada Americana, por ser americano de cidadania e avisar caso houver um perigo, o governo americano deveria assumir a responsabilidade. Então houve da parte da comunidade uma lástima de omissão que me doe até hoje.

AK: Quando do evento na Catedral da Sé, que foi em outubro de 1975, (...) quem de figuras judias o estava acompanhando?

HS: Ninguém representativo da comunidade judaica, amigos meus judeus foram lá junto comigo conscientes das repercussões em potencial do caso. Mas eles foram comigo, repito, na qualidade de judeus e não na qualidade de representantes da comunidade judaica.

AK: Quem?

HS: Marcos Furer.

AK: Que era da congregação.

HS: E um jornalista judeu de origem italiana, Alessandro Porro. Ele veio aqui e se convidou a me acompanhar até a Catedral. E Samuel Schwartz... É difícil lembrar quem mais...

AK: O Senhor declarou em outras oportunidades que o assassinato do Vlado foi um ponto de inflexão extremamente importante para a luta pela democracia neste país.

HS: Verdade. (assentiu com a cabeça) Quando recebi uma comunicação da direção da congregação de que você deve se conscientizar que você vai a próprio risco e não contar com o apoio da CIP, aí eu resolvi ir para Brasília e contar a história para o embaixador. (John Hugh Cummins - Embaixador, 1973-78). Não me lembro do nome dele.

AK: E o posicionamento dele foi de garantir de alguma forma uma assistência da embaixada?

HS: Ele me conscientizou da gravidade da situação, mas me deixou muito a vontade em aceitar o convite ou não aceitar o convite. Fiquei realmente à vontade. Voltei e aceitei o desafio.

AK: O Senhor se sentiu respaldado de certa forma pelo embaixador, ele deu um suporte?

HS: Indiretamente, não houve nada evidente naquela época era tudo muito sutil. Ninguém queria se expor. Acabei me expondo juntamente com o cardeal por dois motivos: um porque acreditava na causa e segundo motivo porque acreditava na pessoa do Paulo Evaristo Arns, cuja coragem nunca faltou e para mim ele foi um modelo de líder espiritual, sempre atuante e sempre na linha de frente, é isso.

AK: Mais a frente nós tivemos o movimento pela anistia. Onde várias figuras judias, da coletividade judaica paulistana que participaram isoladamente e não institucionalmente. A Federação Israelita, a CIP, a Hebraica, o Macabi, todos não existia uma representação judaica institucional de forma alguma. Mas eram muitos judeus que participavam. Aqueles notadamente de esquerda e alguns tantos liberais. Os de esquerda eu já tenho uma facilidade muito maior de reconhecer e falar. Dos liberais lembro da figura do José Mindlin, que foi uma pessoa muito corajosa.

HS: Ele realmente teve muito peso, ele foi uma referência. A posição do José Mindlin deu para os judeus liberais um respaldo que a comunidade organizada não deu.

AK: Além do Mindlin teve alguém do grupo Klabin ou Feffer que de alguma forma apoiou ou se articulou junto com o Mindlin por esse movimento de liberação do regime? Ou mesmo depois?

HS: Celso Lafer participou modestamente, mas muito sutilmente. Feffer, definitivamente não. Do grupo Klabin definitivamente não. Sofremos muitas decepções naquela época. Eu em particular sofri decepções, porque me senti isolado demasiadamente e não gostaria que meu comentário fosse interpretado como uma falta de apoio, mas eu diria como uma falta de (...) qual palavra que estou procurando? Uma falta (...) Não houve uma falta de encorajamento e sim uma falta de apoio. Agora 25 anos depois eu posso falar.

AK: Clara Scharf foi uma figura importante? A ex-mulher do Marighella...

HS: Me lembro de Clara. Ela está viva? O que ela faz?

AK: Está viva e aposentada... Quem mais eu me lembro? Goldman?

HS: Claudio Goldman?

AK: Alberto Goldman...

HS: Alberto Goldman. Um papel pequeno. Uma voz silenciada pela maioria, mas presença física sim.

AK: Sempre?

HS: Sim.

AK: Eram tantos presos...

AK: Dos novos grupos empresariais, ou melhor, dos novos empresários judeus, como Oded e outros, algum deles se envolveu na luta pela redemocratização, que o senhor se lembre? Pelos direitos humanos, pela anistia.

HS: O José Mindlin para começar, o Celso Lafer (...) eram todos anônimos... não quero me omitir, mas não me lembro.

AK: Da TDB, os Bobrow de alguma forma? O David?

HS: Não.

AK: O Oded mais a frente de alguma forma... O da Estrela, como era o nome dele?

HS: Adler. Zero.

AK: Rosset?

HS: Zero. Ele se converteu a política quando se casou com a Dona Eleonora que é amiga íntima de Marta Suplicy. Ivo Rosset entrou pela porta de Eleonora. Naquela época (de Herzog) ele nunca ousou se manifestar.

AK: Antes da sua chegada no Brasil, vários empresários judeus, ou melhor, os poucos que existiam, como o Klabin e Lafer, eles tinham uma relação amistosa com os governantes, no caso o grupo Klabin até com o Getulio Vargas.

HS: Houve uma omissão no caso de Vladimir.

AK: Como?

HS: Eles não queriam se envolver no caso de Vladimir.

AK: Por que ele era comunista?

HS: Sim. Você pode citar as minhas palavras. Não porque ele era comunista, mas porque o rabino não quiz falar...

AK: O Pinkus?

HS: Por que o rabino não tem provas (que foi assassinado). Acho que foi incomodo. E por causa disso, era muito mais seguro para os Klabin não se manifestar.

AK: Os negócios eram muito mais importantes do que a política?

HS: também não gostaria de ser citado, porque é uma crítica direta. Não é nada frutífero tantos anos depois.

AK: É uma atitude que sempre aparece na coletividade judaica, particularmente aqui em São Paulo, de um quietismo, de se calar e preservar a proximidade com o poder (...) e assegurar a continuidade da coletividade judaica no país.

AK: Tivemos gente muito corajosa. Inclusive o Senhor. O Sr. assumiu uma postura de liderança da coletividade judaica paulistana e do Brasil que foi motivo de orgulho para muitos pelo seu posicionamento. Inclusive pelo papel de certo relevo na trajetória da política brasileira. O Sr. teve uma proximidade não só com o Cardeal Dom Paulo, mas com os governadores Paulo Egydio, não vou falar do Paulo Maluf (...), mas o governador Franco Montoro já na transição democrática.

HS: Fui muito ligado a ele. Ele foi uma luz no caminho. A coerência dele, a coragem dele, o apoio intelectual dele. Ele era um homem de grande valor.

AK: Como o senhor traduziria sua relação com o governador Montoro? De colaboração, de amizade?

HS: Era um relacionamento de apoio mútuo. Ele sabia que contava comigo e eu sabia que contava com ele. E aquela segurança mútua foi algo muito forte e muito bonito durante, eu diria, dois anos quase três anos. Nunca chegamos a ter um movimento dramático em conjunto mas tivemos um relacionamento de amizade que era conhecida pelos líderes da oposição, oposição governamental e pelos líderes da situação. Quando organizava eventos, movimentos, chamava ele. Ele sempre compareceu. O público sabia que o Montoro era um dos homens do rabino. Eu digo isso com sincera modéstia e não com arrogância.

AK: O sr. quer dizer então que a sua relação com o governador do Estado também reforçava a sua liderança na coletividade judaica?

HS: Com certeza absoluta pois foi um apoio visível do establishment e isso facilitou, boa pergunta sua, perspicaz. Ele sendo amigo do rabino, o rabino não pode ser tão mau assim, tão ruim assim. Quando convidava o governador Montoro para eventos na CIP e na Hebraica ele sempre veio e sempre fazia questão de falar sobre a luta que todos nós devemos abraçar, a luta pelos direitos humanos e democracia.

AK: Com o governador Quéricia o sr. também teve uma boa relação?

HS: Sim, mas não tão próxima. O principal é que a luta valeu. O que Vlado deixou como legado ninguém mais pode eliminar do cenário político brasileiro. E Oxalá outras vidas humanas sejam poupadas em tributo à memória de Vlado. É isso. Não sei se fui útil.

AK: Uma última pergunta: Existia algum problema com aqueles, mesmo dentro da CIP da Federação, com as pessoas que tinham cargos, como presidente da Congregação, Federação, Hebraica, eles se sentiam absolutamente eles não eram nem conhecidos pelo governador pela prefeitura, pois o senhor era o grande representante, a grande imagem da coletividade judaica paulistana. Não havia um ciúme, uma fricção, um incômodo?

HS: Não tanto enquanto a crise durou. Depois dos fatos consumados, quando a situação política geral se assentou, aí sim eu senti sim alguma fricção. Eu quero deixar bem claro que eu entrei nisso por causa do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns. Foi ele quem me chamou. Eu não assumi o caso por livre e espontânea vontade. Eu aceitei o papel de protagonista porque Dom Paulo, um homem tão idôneo, achava na importância do caso para o futuro do país. Então na hora não houve tempo para o establishment judaico se posicionar. Tudo aconteceu tão rápido. E duas três semanas depois houve uma manifestação aqui e outra ali de fricção interna, mas para contrabalançar aquela fricção, acho que mais motivado por vaidade do que razão, algumas lideranças começaram a apoiar a posição do rabino enquanto eles começaram a sentir a importância e o sucesso do caso no que tange a situação global. Então, esse apoio que não existiu antes, mas existiu sim depois, contrabalançou os problemas de vaidade que surgem em qualquer situação como esta.

ENTREVISTA COM ALBERTO GOLDMAN

SÃO PAULO, 8 DE FEVEREIRO DE 2012

AK: O meu tema refere-se diretamente à influência judaica no processo de abertura, em particular a partir do caso Herzog e estou procurando-o, pois você como deputado estadual e líder do MDB na Assembléia era uma porta nas quais as pessoas iam bater, certo?

AG: Sim, mas é muito tênue a ligação toda entre o caso Herzog e a suposta influência judaica no processo de abertura política. Muito mais por ele ser comunista, talvez signifique algum agravamento no caso dele ser judeu, mas não temos nenhuma informação sobre isso. Se ocorreu, ocorreu no momento da tortura dele. Tanto que aconteceu depois o caso do Manoel Fiel Filho e teve o caso do oficial da PM... caso que passou despercebido e quase desconhecido até hoje. E deve haver outros casos que nós não sabemos até hoje.

AK: Teve algum tipo de articulação entre políticos e figuras da coletividade judaica?

AG: Teve alguma coisa. Sempre que há algum evento que envolva um membro da comunidade judaica, esta se mexe de alguma forma, pois sentem mais próximas de si quando este evento envolva alguém da comunidade judaica... Naquela época as entidades da comunidade também elas balançavam sempre, pois elas sempre gostam de ficar muito próximas do poder, isso é uma característica das minorias, daí o receio de enfrentar o poder, apesar de não concordar com o sistema e a ordem rígida que existia as entidades ficavam sempre próximas do governo. Procurando ser simpáticos aos governantes e os governantes entenderem que eles eram simpáticos a eles.

AK: O Senhor se considerou de alguma forma um representante da coletividade judaica?

AG: Nunca fui um representante da Comunidade Judaica.

AK: Só depois?

AG: Nem depois. Não tive apoio considerável na coletividade judaica paulistana em nenhum momento da minha trajetória política. Quem se colocou de forma mais agressiva e atuante foi o Rabino Sobel, que teve uma atitude assim como um liberal, um democrata, um homem que achava que aquilo não poderia ficar sem resposta.

AK: Mas ele agiu assim “do nada”?

AG: Do nada, em certo sentido sim, das suas próprias convicções pessoais. Ele teve um papel importante.

AK: Ele agiu sozinho? Sem nenhum suporte ou apoio dentro da comunidade judaica?

AG: Isso é possível, mas eu não sei dizer. Mas devemos lembrar que isso se passou em 1975 e no ano anterior, 1974, houve eleições e nós aqui em São Paulo da oposição elegemos a maioria da Assembléia Legislativa, com dois terços dos votos e uma vitória avassaladora para o senado. Havia um sentimento na sociedade em geral e na comunidade também, contrário ao regime. Tinha pessoas que na hora do voto apoiava, que era uma hora fácil, pois não tinha problema com o voto secreto, mas na hora de colocar a cara, aí nem sempre. Daí a importância do papel desempenhado pelo Sobel. Nessa época, em 75, quando do assassinato do Herzog, eu era líder do MDB na Assembléia Legislativa e era um momento muito tenso. Eu não dormia em casa, saía da

Assembléia para ir cada dia para um lugar diferente. Temia que pudesse acontecer comigo o que aconteceu com o Herzog. Mas não identifiquei em nenhum momento um papel institucional da comunidade judaica, mas era simpática.

AK: Teve elementos da comunidade judaica?

AG: Teve o Mindlin, que teve um papel importante. Na época ele era secretário no governo Paulo Egydio e ele tinha uma postura liberal democrática e condicionou sua participação no governo e quando do caso Herzog teve um peso significativo. Ele era próximo do Paulo Egydio e o governador tinha uma postura mais equilibrada, ele também era um dos objetivos da linha mais radical... ele segurava os seus radicais na medida do possível.

AK: Daí sua relação com o Paulo Egydio?

AG: Eu como líder da oposição na Assembléia tinha uma relação com o governador que, com o passar do tempo foi se tornando mais e mais próxima. O Jorge Wilhelm era um nome de seu secretariado que tinha transito entre a oposição, ou seja, também fazia a aproximação do governo do estado com o MDB. Mas como líder da bancada do MDB, e este sendo o maior partido da Assembléia Legislativa, a nossa relação (com o Governador) era muito próxima. Todas as vezes que precisávamos discutir algum projeto isto se dava de forma muito positiva e nunca tivemos crise entre a Assembléia e o Governo, mesmo sendo de partidos opostos. Ele sempre foi um cara aberto e equilibrado e acabou por tornar-se um amigo até hoje.

AK: Havia algum acordo entre o PCB e o Paulo Egydio?

AG: Não, entre o partido e o governo não. Havia uma relação comigo enquanto líder da oposição, que era a maioria na A.L.E.S.P. Ele era um liberal que acreditava na distensão política do regime. Ele acreditava e participava disso.

AK: Então de alguma forma o senhor foi um mediador entre a coletividade judaica e o poder constituído?

AG: É difícil dizer isso, pois era procurado como um deputado que era judeu para questões de interesse da comunidade judaica.

AK: Alguma vez foi apoiado por alguma instituição judaica?

AG: Nunca fui apoiado por nenhuma instituição da comunidade, mas a Casa do Povo (ICIB) e o pessoal do Scholem eram meus eleitores, ou seja, os 1500 ou 2000 votos que eu tinha na comunidade vinham dali. Sempre tive uma identidade com a esquerda e os eleitores da comunidade eram conservadores. Isso mudou um pouco quando fui candidato a Deputado Federal pelo PMDB, na eleição de 78, por conta da abertura e distensão, em 82 também aumentou meus votos na comunidade, mas em 86 quando fui candidato pelo PCB aí deu zero.

AK: De alguma forma o Sr. como Deputado Estadual e líder da oposição, que era maioria na Assembléia Legislativa, indicou o Vlado ou outro profissional para exercer algum cargo no governo estadual comandado pelo Paulo Egydio Martins?

AG: O Vlado foi convidado pelo seu currículo, assim como o Mindlin e o Wilhelm.

AK: O Movimento pela anistia... como foi sua participação?

AG: Eu participei ativamente em tudo que era possível.

AK: Nesta época tinha alguns judeus presos políticos, como Jacob Gorender, Sergio Sister, entre outros...

AG: O Gorender era dirigente do PCB até a dissidência (PCBR)... o Sister eu não conheci. Na época teve o caso do Chael Shreier... e me envolvi para descobrir algo...

AK: Sei que enquanto deputado federal o senhor teve projetos de interesse da comunidade judaica, como a proibição da suástica...

AG: A suástica e quando tinha alguma manifestação antisemita, mas eu tinha uma posição sobre o conflito palestino-israelense discordante da liderança da comunidade judaica. Eu defendia que qualquer acordo de paz deveria ser tratado diretamente com o Arafat, que era a única representação existente, que eu achava que não tinha outro interlocutor. E aí que fui muito criticado dentro da comunidade..

AK: E também no caso de Sabra e Shatila?

AG: É eu participei do ato em desagravo que aconteceu no TAIB. E anos depois com quem se fez a paz? Foi com o Arafat que se fez a paz, foi com Arafat que se estendeu a mão e foi um radical israelense que matou Itzhak Rabin. Assassinado exatamente por ter levado Israel à paz... ninguém se lembra da posição que eu defendi.

AK: E apoio financeiro para suas campanhas para deputado estadual, federal, O Senhor pedia dinheiro para o pessoal da comunidade judaica?

AG: Sim, mas raramente conseguia. O senso comum dizia que eu tinha facilidade para fazer campanha pois a comunidade me bancava. Enquanto instituições a comunidade não dava nada, mas as pessoas colaboravam um pouco, posso dizer, quase nada. Teve uma vez que o dono de uma indústria, que era amigo íntimo de meu pai, o Davi Bobrow da TDB (Têxtil Davi Bobrow) organizou uma reunião com empresários e me fizeram uma sabatina: Você se considera judeu? Eu não sou religioso mas me considero judeu. E porque você se considera judeu? Eu sou porque eu sou. Eu não sou religioso, não sou sionista, mas eu sou judeu, por que eu sou. E as pessoas acham que eu sou. Eles se deram por satisfeitos e me apoiaram, mas isso mais recente.